

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA – POSGRAP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO – PRODIR**

**ANA TERRA TELES DE CARVALHO**

**DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO:  
INCLUSÃO DO PAI SOCIOAFETIVO NO REGISTRO CIVIL**

**São Cristóvão**

**2016**

**ANA TERRA TELES DE CARVALHO**

**DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO:  
INCLUSÃO DO PAI SOCIOAFETIVO NO REGISTRO CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal de Sergipe.

**Orientadora:** Dr<sup>a</sup> Clara Angélica Gonçalves Dias

**São Cristóvão**

**2016**

**ANA TERRA TELES DE CARVALHO**

**DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA NA CERTIDÃO DE NASCIMENTO:  
INCLUSÃO DO PAI SOCIOAFETIVO NO REGISTRO CIVIL**

Dissertação apresentada como requisito parcial para  
obtenção do título de mestre pelo Programa de Pós-  
graduação em Direito da Universidade Federal de  
Sergipe.

São Cristóvão, 15 de fevereiro de 2016

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Clara Angélica Gonçalves Dias

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Flávia Moreira Guimarães Pessoa

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liziane Paixão Silva Oliveira

*Dedico este trabalho a minha mãe, Ju Teles, um exemplo de vida e minha fonte de  
inspiração diária.*

## **AGRADECIMENTOS**

A Deus, meu Senhor, Salvador e autor da minha fé. Que eu nunca esqueça, Pai, que tudo que tenho, sou e o que vier a ser vem de Ti. Muito obrigada pelo teu amor, teu cuidado e por tuas misericórdias que se renovam a cada manhã. Que todo o meu ser te louve!

Para muitos, esse pode ser apenas mais um título ou um passaporte para um aumento salarial, mas para mim é a realização de um sonho e eu não teria conseguido chegar até aqui sozinha.

A Rodrigo Terra, meu amor, meu amigo meu companheiro por quase metade da minha vida. Porque deixa o homem a teu pai e a tua mãe para unir-se a tua mulher e eles se tornam uma só carne. Muito obrigada pelo apoio incondicional, por suportar meus extremos e por conseguir ser mais perfeccionista do que eu!

A minha mãe, Ju Teles, que sempre foi minha musa, meu exemplo de beleza, força, superação, honestidade, integridade, fidelidade e garra. Minha rainha, minha guerreira, minha inspiração, minha amiga, minha mãe! Aquela que sempre segurou do outro lado da minha sacola (isso quando não a carregava sozinha)!!! O ser humano que mais me amou e mais se esforçou para que tudo desse certo na minha vida! Eu me lembro, mãe. Mamãezinha, conta, conta uma história!

Ao meu pai, Moabe Teles, meu presente de Jesus. Não sei dizer precisamente quando foi ou o que me arrebatou... Talvez aquele leite com nescau antes de dormir; ou o fato dele segurar a minha mão e ficar ao meu lado quando estou com cólica; posso listar as broncas ou quem sabe o fato dele enfrentar o mundo inteiro para me defender e ser assumidamente Ana Terra Futebol Clube; ou quem sabe tenha sido as 1001 maneiras que ele preparou soja com arroz.

A verdade é que eu poderia passar o dia escrevendo suas qualidades e o porquê que eu me apaixonei por ele, mas não foram somente suas ações que fizeram isso possível (é verdade que elas consolidaram tudo), foram as promessas que aqueles olhos me fizeram sem que a boca precisasse dizer uma palavra, e a certeza que meu latifúndio tinha sido simplesmente invadido e que não havia reintegração para isso. É a convicção de que embora ele tenha primeiro conhecido e se apaixonado pela minha mãe, ele nasceu mesmo para ser MEU PAI e que ele é o cumprimento da minha promessa. Eu te amo muito, pai. É muito bom ter a certeza que antes de nós

dois nascermos, Deus já havia sonhado com a nossa história! Está quente hoje, né?

A João Teles, meu irmão, minha rocha, meu porto seguro. Ele sempre me acha melhor do que eu sou e eu sempre me esforço para ser melhor por ele. Não existem palavras para descrever tudo o que já passamos juntos... Só quero que tenha certeza que minha vida foi muito mais fácil por ter você ao meu lado. Eu te amo.

A minha avó Ivete, minha amiga, minha confidente, a quem eu devo o privilégio de servir ao Rei dos reis e Senhor dos senhores. Muito obrigada, Voinha, por cada palavra, cada oração e por ter compreendido minha ausência nessa fase.

Ao meu avô, João Alberto Teles, por ser meu herói, meu exemplo de pai. A coragem foi sua marca, a força o seu estilo, a paciência o seu jeito e a sua principal qualidade, a solidariedade.

À Gleícia, a irmã que Deus me deu, por todo o seu companheirismo e amizade; por tudo que passamos juntas; por cada cup noodles dividido; por todas as vezes que abriu mão de coisas importantes para me socorrer ou simplesmente me acalmar; e por ter me dado dois presentes lindos que embelezam e alegram minha vida: Geisa e Valentina.

Ao meu sogro, Evaldo Farias de Santana e a minha sogra, Eusice Rosa de Carvalho Farias, por todo apoio e confiança. Sem vocês nada disso seria possível! A minha querida Tia Helena, pelo exemplo de fé que tem nos dado. À Nayme e Yasmim.

Aos meus tios e tias, Deni, Jone, Nilma, Mayre, Dea, Mauro, Dinha, Erasmo, Veca, Beto, Sandra, Crio, Manuel, Jocka, Mario e Fernando pelo apoio. Aos meus primos, Ive, Urso, Beto, Thay, Rafa, July, João Alberto, Laís, Sara, Lara, Larinha, João Pedro, Duda e Mario Arthur, por quem possuo amor maternal e sinto a necessidade de ser melhor a cada dia. Aos meus familiares, os Teles, os Oliveiras, os Barbosas, os Farias e os Carvalhos que me ajudaram nesta jornada.

Ao meu colega Ricardo Abreu, aquele que tantas vezes ouviu meus desabafos, que me incentivou e me fez perseverar. Trilhamos lado a lado esta estrada!

Ao meu amigo Ivis Melo, meu sócio na vida, porque quando eu subo, trago você comigo; quando você sobe, me arrasta junto. Que Deus conserve nossa amizade.

Aos meus professores amigos da Fase: Betânia, Ayana, Luciana, Fernando, Marcelo, Horino, Plínio, Geórgia, Samira, Márcio, Hortência e América.

As minhas seis mulheres: Berta, Lu, Ju, Sobral, Thaty e Couty, porque algumas amizades não acabam nunca. Aos meus tios Paulo Roberto, Rosangela,

Ricardo, Rosana, Irmão e Inês, por sempre me receberem de braços abertos, por todas as vezes que suas casas foram minhas, pelo carinho e amor que sempre me deram.

Ao meu querido tio Paulo Silva! Nossas longas conversas foram fonte de inspiração para a minha vida. Obrigada por tudo, tio! Eu seguirei o seu legado.

As minhas tias da Escola Parque, as mais fantásticas e criativas que o mundo já viu: Greice, Nadir, Paula, Sandra, Cátia, Ana, Zilda, Denise, Marta, Manu, Naná, Zinha... porque educar é amar as pessoas! Aos meus colegas da EPS, onde vivi anos maravilhosos, aprendi e fui feliz!

Aos meus amigos mais chegados que irmãos Filhos da Luz! Que juntos sempre entoemos o Perfeito Louvor! Amo vocês!. Aos meus pastores e irmãos da PIBA.

Aos meus amigos do Censo 2010, especialmente Poloi e Franco.

Aos meus colegas do mestrado, PRODIR 2013 e 2014, por cada dica, debate, livro emprestado, porque me fizeram evoluir uma década nesses últimos anos: Ricardo, Hercília, Dani, Maria, Mario, Léo, Flávio, Alex, Edyleno, Gilton, João, Emerson, Ramon, Vitor, Anderson, Samira, Layanna, Cecília, Marcelo, Ermelino e, especialmente, Marcela Pithon. Vocês marcaram a minha história.

A minha orientadora Clara Angélica por toda a confiança, por dividir comigo todas as oportunidades possíveis, por me abrir as portas do Direito, por todo o respeito demonstrado a mim e a minha pesquisa.

À professora Flávia Pessoa, um poço de conhecimento, simplicidade e presteza. Muito obrigada por me ajudar nesses anos e estar presente em cada etapa dessa vitória.

À professora Liziane Paixão, pelo privilégio de tê-la compondo a banca o que com certeza contribuirá com o presente trabalho.

À professora Carla Eugênia, por toda atenção a mim dispensada, pelo cuidado e carinho com que me auxiliou na inestimável minutinha.

À professora Jussara Jacintho pelas brilhantes discussões que nos tiravam da zona de conforto e nos desafiavam a pensar o Direito.

Ao ilustre professor Otávio Augusto Reis pela amizade e pelo incentivo desde o início da minha trajetória no PRODIR.

À professora Karyna Sposato pelas excelentes considerações e contribuições

para esta pesquisa.

À professora Constança Marcondes, pela simplicidade e paciência ao nos ensinar a engatinhar na Filosofia.

A todos os professores do PRODIR pela dedicação e empenho para que o programa cresça.

Às funcionárias do PRODIR, Catiuscha Pitombo e Renata pelo excelente trabalho e presteza.



## EPÍGRAFE

Então vieram duas mulheres prostitutas ao rei, e se puseram perante ele.

E disse-lhe uma das mulheres: Ah! senhor meu, eu e esta mulher moramos numa casa; e tive um filho, estando com ela naquela casa.

E sucedeu que, ao terceiro dia, depois do meu parto, teve um filho também esta mulher; estávamos juntas; nenhum estranho estava conosco na casa; somente nós duas naquela casa.

E de noite morreu o filho desta mulher, porquanto se deitara sobre ele.

E levantou-se à meia-noite, e tirou o meu filho do meu lado, enquanto dormia a tua serva, e o deitou no seu seio; e a seu filho morto deitou no meu seio.

E, levantando-me eu pela manhã, para dar de mamar a meu filho, eis que estava morto; mas, atentando pela manhã para ele, eis que não era meu filho, que eu havia tido.

Então disse a outra mulher: Não, mas o vivo é meu filho, e teu filho o morto. Porém esta disse: Não, por certo, o morto é teu filho, e meu filho o vivo. Assim falaram perante o rei.

Então disse o rei: Esta diz: Este que vive é meu filho, e teu filho o morto; e esta outra diz: Não, por certo, o morto é teu filho e meu filho o vivo.

**Disse mais o rei: Trazei-me uma espada. E trouxeram uma espada diante do rei.**

**E disse o rei: Dividi em duas partes o menino vivo; e dai metade a uma, e metade a outra.**

**Mas a mulher, cujo filho era o vivo, falou ao rei (porque as suas entranhas se lhe enterneceram por seu filho), e disse: Ah! senhor meu, dai-lhe o menino vivo, e de modo nenhum o mateis. Porém a outra dizia: Nem teu nem meu seja; dividi-o.**

**Então respondeu o rei, e disse: Dai a esta o menino vivo, e de maneira nenhuma o mateis, porque esta é sua mãe.**

**E todo o Israel ouviu o juízo que havia dado o rei, e temeu ao rei; porque viram que havia nele a sabedoria de Deus, para fazer justiça.**

## RESUMO

Com a constitucionalização do Direito Civil, em especial do Direito de Família, tem-se a dignidade da pessoa humana como norteadora do ordenamento jurídico desde a criação da norma até sua aplicação. Nesse diapasão, reconhece-se o princípio da afetividade, o qual mitiga os antigos pilares da família, consanguinidade e casamento, ao passo que reorganiza as relações dessa instituição. Sob o manto destes dois princípios, a união estável ganha status de entidade familiar, o casamento homoafetivo é legalizado e a paternidade socioafetiva, firmada na solidariedade, no respeito mútuo e no relacionamento diário, torna-se uma realidade na legislação, jurisprudência e doutrina brasileiras. Uma breve análise sobre o nome civil (histórico, natureza jurídica, composição e hipóteses de alteração/retificação) o apresenta como elemento da personalidade, identificador e individualizador da pessoa na sociedade, razão pela qual exsurge o direito de portar um nome que não remeta às angústias decorrentes do abandono paterno e, principalmente, corresponda à sua realidade familiar. Discute-se ainda sobre a inclusão do pai socioafetivo no Registro Civil do filho, abordando os principais posicionamentos jurisprudenciais e doutrinários existentes no Brasil, bem como os efeitos jurídicos decorrentes de tal medida. Para tanto, torna-se imprescindível discorrer sobre as duas principais consequências imediatas da inclusão, quais sejam: multiparentalidade e a exclusão do genitor do registro civil. O presente estudo visa apresentar uma visão geral do fenômeno da constitucionalização do Direito de Família no Brasil, identificar a dignidade da pessoa humana e a afetividade como princípios norteadores da elaboração e aplicação de normas jurídicas referentes ao Direito de Família, destacar o nome civil da pessoa natural como um dos componentes da dignidade humana e apontar a inclusão do pai socioafetivo no registro civil do filho como instrumento de concretização dos valores constitucionais.

**Palavras-chave:** Direito de Família. Dignidade da pessoa humana. Afetividade. Nome civil. Paternidade socioafetiva.

## ABSTRACT

Along with the constitutionalizing of private law, family law especially, dignity of human person is the north of legal order since creation of rule until application. The clause of affection arises, mitigating ancient pillars of family, such as kinship and marriage, while organizing the dynamics of that institution. Under the mantle of these two principles, a stable union becomes family entity, homosexual marriage is legalized and the socio-affective paternity consolidates itself through solidarity and mutual respect in the everyday life, being a reality in Brazilian law. A brief analysis about de civil name (historic, juridical nature, composition and hypothesis of alteration/rectification) shown as a personality element, identifier and individualizer of person in society, reason by what arise the right of carry a name that don't remember the anguish arising out of the paternal abandonment and, mainly, matches with actual family reality. It is argued about the inclusion of the socio-affective father on private record of son, addressing the main jurisprudential and doctrinal positions existing on Brazil, just like the juridical effects arising from this act. In this way, it is indispensable talk about the two main consequences immediate of inclusion: multi-parenting and the exclusion of genitor of private record. This study presents a general viewer about the phenomenon of constitutionalizing of private law on Brazil, identify the dignity of human person and the affection like guide principles of elaboration and application of juridical rules related to private law, highlight the civil name of person like a human dignity component and show the inclusion of socio-affective father on private record of son as an instrument of concretization of constitutional values.

**Keywords:** Private law. Human person dignity. Affection. Civil name. Socio-affective paternity.

## SUMÁRIO

<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>13</b>
<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL.....</b>	<b>21</b>
2.1 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA .....	24
2.1.1 A Evolução do Direito de Família no Brasil.....	31
2.2 PATERNIDADE SOCIOAFETIVA.....	46
<b>3 NOME CIVIL DA PESSOA NATURAL.....</b>	<b>52</b>
3.1 HISTÓRICO.....	52
3.2 NATUREZA JURÍDICA .....	54
3.3 COMPOSIÇÃO .....	56
3.4 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL.....	60
3.5 NOME COMO INTEGRANTE (COMPONENTE) DA DIGNIDADE .....	68
3.6 HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO NOME.....	70
3.6.1 Não correspondência do assento com a declaração ou erro de grafia .....	71
3.6.2 Retificação no primeiro ano após a maioridade civil .....	72
3.6.3 Prenome ridículo .....	72
3.6.4 Apelido notório .....	74
3.6.5 Homonímia.....	75
3.6.6 Programa de proteção à testemunha .....	75
3.6.7 Nome do estrangeiro.....	76
3.6.8 A questão dos transexuais .....	77
3.6.9 Casamento, divórcio e viuvez .....	78
3.6.10 Adoção .....	79
3.6.11 Alteração decorrente de abandono paterno ou materno .....	80
3.6.12 Lei Clodovil.....	81

3.6.13 Paternidade socioafetiva .....	82
<b>4 INCLUSÃO DO PAI SOCIOAFETIVO NO REGISTRO CIVIL .....</b>	<b>83</b>
4.1 MULTIPARENTALIDADE .....	90
4.2 EXCLUSÃO DO NOME DO GENITOR.....	97
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>105</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>109</b>

## APRESENTAÇÃO

A concepção patrimonialista, fruto do individualismo burguês, a qual tinha por pilares o contrato e a propriedade, dominante no século XIX, demonstrou-se insuficiente para a contemporaneidade, razão pela qual foi paulatinamente substituída pela concepção personalista, a qual elevou o ser humano ao topo do ordenamento civilista.

Atualmente a dignidade da pessoa humana é um dos temas mais debatidos e estudados no mundo jurídico. Seu conceito, natureza jurídica e alcance ainda não foram completamente delimitados pela legislação, doutrina ou jurisprudência. Trata-se de um tema aberto, porém aplicável e aplicado diariamente nas decisões de primeiro e segundo grau por todo o Brasil.

Paralelo a isso, o Direito de Família vem se adaptando às novas formas de se associar afetivamente na sociedade contemporânea. Esta pesquisa alerta para a necessidade de um direito atual, apto a satisfazer as necessidades do ser humano, consoante com a realidade fática e não acorrentado a trechos literais da lei.

Ademais, o nome, elemento da personalidade, identificador e individualizador da pessoa na sociedade e no âmbito familiar, exsurge como componente da dignidade humana, necessitando ser compatível com a realidade fática do ser humano e não vexatório ou desmoralizador.

A motivação é acadêmica posto que pela relevância e atualidade do tema se vislumbra a possibilidade da discente “nascer” para o mundo jurídico, mas principalmente pessoal por diariamente deparar-se com um nome em seus documentos de alguém que nada representou na sua formação como ser humano, enquanto o seu pai, sim, **seu pai** não tem este privilégio. Pois embora a certidão de nascimento e a genética insistam no contrário, não podem mudar anos de dedicação, afeto e entrega total de dois seres humanos.

## 1 INTRODUÇÃO

Em decorrência da transição de um modelo de Estado Liberal para o Estado Social, o Direito, acompanhando os anseios da sociedade, vem passando por grandes transformações. Enquanto naquele defendia-se a autonomia da vontade como gestora das relações humanas, neste tem-se a intervenção do governo na economia, a garantia de direitos mínimos e a proteção do hipossuficiente. Embora costumeiramente as pressões sociais alterem o Direito, concomitantemente, o reconhecimento de novos direitos também interfere nas relações em sociedade, tornando a referida retroalimentação cada dia mais importante e complexa.

À época, o Direito funcionava como instrumento que assegurava os pilares da injustiça de uma sociedade desigual. “Por muito tempo, o Direito e o Estado estiveram a serviço daqueles que detém o poder estatal, funcionando como ferramenta de opressão e de manutenção das estruturas sociais.” (LIMA, 2007, p. 2).

O Direito torna-se, então, um instrumento de controle e de manipulação e, pois, forma perversa de comunicação, pois ilude o endereçado, ao dar-lhe a impressão de que o discurso obedece às regras situacionais de fundamentação, quando, na verdade, isto é um engodo, que esconde as regras reais, introduzidas de fora pelo editor e por ele dissimuladas, caso em que o sistema normativo se legitima na medida em que esta ilusão é garantida. (FERRAZ JUNIOR, 1997, p. 174).

Nos dizeres de Bourdieu (2010, p. 12), o Direito pode ser considerado um sistema ideológico que os especialistas produzem para a luta pelo monopólio da produção ideológica legítima, e por meio dessa luta, sendo instrumento de dominação estruturante, posto que está estruturado.

A função propriamente ideológica do campo de produção ideológica realiza-se de maneira quase automática na base da homologia de estrutura entre o campo de produção ideológica e o campo de luta de classes. A homologia entre os dois campos faz com que as lutas por aquilo que está especificamente em jogo no campo autônomo produzam automaticamente formas eufemizadas das lutas econômicas e políticas entre as classes: é na correspondência de estrutura a estrutura que se realiza a função propriamente ideológica do discurso dominante, intermediário estruturado e estruturante que tende a impor a apreensão da ordem estabelecida como natural (ortodoxia) por meio da imposição mascarada (logo, ignorada como tal) de sistemas de classificação e de estruturas mentais objetivamente ajustadas às estruturas sociais. (BOURDIEU, 2010, p. 13-14).

Sobre o tema, (BARROSO, 2001, p. 10) aduz:

A teoria crítica, portanto, enfatiza o caráter ideológico do Direito, equiparando-o à política, a um discurso de legitimação do poder. O Direito surge, em todas as sociedades organizadas, como a institucionalização dos interesses dominantes, o acessório normativo da hegemonia de classe. Em nome da racionalidade, da ordem, da justiça, encobre-se a dominação, disfarçada por uma linguagem que a faz parecer natural e neutra. A teoria crítica preconiza, ainda, a atuação concreta, a militância do operador jurídico, à vista da concepção de que o papel do conhecimento não é somente a interpretação do mundo, mas também a sua transformação.

Desta forma, embora o Direito costumeiramente tenha sido utilizado como um instrumento de poder, ele, por si só, não é bom nem é mau, podendo ser um instrumento de dominação ou de emancipação, dependendo do ponto de vista e do uso que é feito dele. (LIMA, 2007, p. 2). Nesse sentido, muitos doutrinadores tem defendido a importância dos princípios para a mudança de foco do Direito do patrimônio para o ser humano.

Assim é que a coerência normativa exigida pela integridade do/no direito é de princípios (exigências do hoje), e não meramente de regras (convenções do passado). Disso se pode dizer que, se o Direito não nascer na(s) rua(s), se a legalidade não nascer também das reivindicações populares, a partir de demandas sociais diversas, e não se sustentar com base em razões que sejam capazes de mobilizar os debates públicos, pela atuação da sociedade civil e dos setores organizados da sociedade, e assim, sem uma perspectiva generalizada, universalizada, instaurada pelas lutas por reconhecimento e por inclusão social e econômica, não ganhar os fóruns oficiais do Estado, não ganhar o centro do sistema político, e não se traduzir em decisões participadas, como falar em legitimidade democrática? (STRECK, 2013, p. 2).

Com a passagem da Constituição para o centro do sistema jurídico, esta passa a atuar como filtro axiológico pelo qual se deve ler todo o ordenamento. (BARROSO, 2009, p. 368). Desta forma, os diversos ramos do Direito passam a ser reinterpretados à luz dos princípios da Constituição a qual possui força normativa e influencia, através dos seus valores e princípios, a feitura e interpretação das demais normas do ordenamento.

Nesse sentido, George Marmelstein Lima (2007, p. 3) assevera que “a partir do momento em que a Constituição passa a incorporar em seu texto os valores éticos mais relevantes, ou seja, os direitos fundamentais, o direito positivo ganha uma nova dimensão axiológica, muito mais humanista e mais preocupada em fazer justiça ao caso concreto.”.



O Brasil é exemplo desse fenômeno. Desde a promulgação da constituição de 88, está havendo uma profunda mudança de paradigma na forma de encarar o Direito. O Direito brasileiro, tradicionalmente, sempre foi conservador e formalista. Sua finalidade consistia basicamente em assegurar o status quo, garantindo aos “donos do poder” uma cômoda preservação da ordem estabelecida e de seus privilégios. Contudo, sob a égide da Constituição cidadã, o ordenamento jurídico brasileiro tornou-se nitidamente comprometido com os direitos fundamentais e com a mudança social, conforme se observa na simples leitura do art. 3º, que traça os objetivos da República federativa do Brasil. Lá está escrito claramente que o papel do Estado brasileiro é acabar com a miséria e reduzir as desigualdades sociais, demonstrando um inegável compromisso com a transformação da sociedade. É a própria Constituição, como norma suprema do ordenamento jurídico, que está dizendo isso. (LIMA, 2007, p. 3).

No Brasil, após a Constituição de 1988, todo o ordenamento deve ser analisado através dela. Em outras palavras, pode-se dizer que a constituição é o “centro gravitacional” em um Estado Democrático de Direito (PRADO, 2012, p. 1). Gonçalves (2010, p. 45) reforça a ideia de que com a constitucionalização do Direito é necessária uma releitura das normas através da nova tábua axiológica, fundada na dignidade da pessoa humana, na solidariedade social e na igualdade substancial.

Publica-se, neste contexto, o Código Civil de 2002 posto que o vigente quando da promulgação da Constituição de 1988, o Código Civil de 1916, não mais comportava os anseios e as necessidades da sociedade contemporânea. Tem-se então o fenômeno conhecido como a constitucionalização do Direito Civil, ou seja, não há mais como analisar ou aplicar as normas do Direito Civil sem que antes estas passem pelo filtro dos princípios constitucionais.

Atualmente a dignidade da pessoa humana é mais que um princípio, um fundamento da República Federativa do Brasil, conforme o disposto no artigo 1º da Constituição (BRASIL, 1988). Embora muito debatidos e estudados, seu conceito, natureza jurídica e alcance ainda não foram completamente delimitados pela legislação, doutrina ou jurisprudência. Trata-se de um tema aberto, porém aplicável e aplicado diariamente nas decisões de primeiro e segundo grau por todo o Brasil.

Segundo Maria Berenice Dias (2009, p. 61):

Na medida em que a ordem constitucional elevou a dignidade da pessoa humana a fundamento da ordem jurídica, houve uma opção expressa pela pessoa, ligando todos os institutos a realização de sua personalidade. Tal fenômeno provocou a despatrimonialização e a personalização dos institutos, de modo a colocar a pessoa humana no centro protetor do direito.

Um dos ramos do Direito Civil mais modificado com a absorção dos princípios constitucionais foi o Direito de Família<sup>1</sup>; posto que esta, no século XXI, não mais se compõe nos moldes hierarquizados, patriarcais e patrimonializados da família romana (SANTOS, E., 1999, p. 20). Nesse sentido, asseveram Maria Berenice Dias e Rodrigo da Cunha Pereira (2001, p. VIII):

Família não é mais essencialmente um núcleo econômico e de reprodução, onde sempre esteve instalada a suposta superioridade masculina. Passou a ser – muito mais que isto – o espaço para o desenvolvimento do companheirismo, do amor e, acima de tudo, o núcleo formador da pessoa e elemento fundante do próprio sujeito.

Reconhecida como base da sociedade e sob proteção especial do Estado, conforme o artigo 226 da Constituição (BRASIL, 1988), a família é muito mais do que transmissão de patrimônio, trata-se do lugar onde o ser humano irá se desenvolver como pessoa e cidadão.

[...] quer pela emancipação da mulher, quer pela descoberta dos métodos contraceptivos, pela evolução da engenharia genética - dissociaram os conceitos de casamento, sexo e reprodução. O moderno enfoque dado à família pelo direito volta-se muito mais à identificação do vínculo afetivo que enlaça seus integrantes (DIAS, 2009, p. 30).

Para Maria Helena Diniz (2005, p. 20), as transformações ocorridas na família não significam uma crise nesta instituição, mas sim modificações comuns nos organismos naturais, devendo acarretar mudanças no mundo jurídico.

Sobre a proteção constitucional da família, seus fins e suas diversas formas de organização afirma Pietro Perlingieri (2002, p. 243):

A família é valor constitucionalmente garantido nos limites de sua conformação e de não contradição aos valores que caracterizam as relações civis, especialmente a dignidade humana: ainda que diversas possam ser as suas modalidades de organização, ela é finalizada à educação e à promoção daqueles que a ela pertencem. O merecimento de tutela da família não diz respeito exclusivamente às relações de sangue, mas, sobretudo, àquelas afetivas, que se traduzem em uma comunhão espiritual de vida.

---

<sup>1</sup> Alguns doutrinadores defendem o uso da expressão Direito das Famílias, uma vez que não existe apenas um modelo de entidade familiar a ser tutelado e resguardado por este ramo do Direito. Para Dias (2009, p. 28), tal expressão atende melhor à necessidade de proteção de todas as famílias, sem discriminação e preconceito. “Como a linguagem condiciona o pensamento, é mister subtrair qualquer adjetivação ao substantivo família e simplesmente falar em famílias.”. (DIAS, 2009, p. 28). Nesta pesquisa as duas expressões serão utilizadas indistintamente.

Neste novo e mais abrangente conceito de família, reconhece-se o parentesco por afetividade, o qual vem sendo legitimado pelo Poder Judiciário. Por opção metodológica, esta pesquisa terá por objeto de investigação a paternidade socioafetiva, firmada na solidariedade, no respeito mútuo, no relacionamento diário, sendo consolidada pelo tempo e pelo afeto. “Assim, o significado de ser ‘pai’ é indicado através de estudos sociais e psicológicos como aquele homem que cria, educa, ensina e direciona, convive e oferece respaldo afetivo, além do material.” (SOUZA, I., 2009, p. 3).

É cediço que inúmeras vezes a paternidade biológica restringe-se a um exame de DNA e um nome na certidão de nascimento, não havendo responsabilidade, transmissão de valores ou mesmo afeto entre o filho e o genitor.

Uma breve análise sobre o nome civil da pessoa natural (histórico, natureza jurídica, composição e hipóteses de alteração/retificação) o apresenta como elemento da personalidade, identificador e individualizador da pessoa na sociedade e no âmbito familiar, razão pela qual exsurge o direito da pessoa de portar um nome que não lhe remeta às angústias decorrentes do abandono paterno e, principalmente, corresponda à sua realidade familiar.

Embora o fato social anteceda o jurídico, assim como a jurisprudência à legislação, o direito não pode se omitir diante deste novo panorama, precisando estar sensível aos anseios sociais, tendo por meta respeitar e proteger a dignidade da pessoa humana.

Há de se observar que a luta pela transformação do direito não pode ser a luta pela ampliação das cortesias, mas sim pelo bem de estar de todos. (SANTOS, A., 2009, p. 5). Desta forma, o Direito precisa ser eficaz como instrumento de transformação social, ou seja, que realmente consiga exercer influência e modificar condutas e situações que degradem o próprio gênero humano. (SANTOS, A., 2009, p. 9).

O presente estudo visa apresentar uma visão geral do fenômeno da constitucionalização do Direito de Família no Brasil, identificar a dignidade da pessoa humana e a afetividade como princípios norteadores da elaboração e aplicação de normas jurídicas referentes ao Direito de Família, destacar o nome civil da pessoa natural como um dos componentes da dignidade humana e apontar a inclusão do pai

socioafetivo no registro civil do filho como instrumento de concretização dos valores constitucionais.

A metodologia aplicada será a pesquisa bibliográfica e jurisprudencial através de livros dos mais renomados civilistas, constitucionalistas e sociólogos, artigos científicos, revistas jurídicas e julgados dos principais Tribunais do país a fim de apresentar o posicionamento dos doutrinadores e julgadores brasileiros sobre o tema, sempre em busca do estado da arte.

Trata-se de pesquisa bibliográfica de caráter exploratório de abordagem qualitativa, utilizando o método dedutivo sobre Direito Civil, ou melhor, sobre a constitucionalização do Direito de Família e a possibilidade de medidas concretas como a inclusão do pai socioafetivo na certidão de nascimento do filho para efetivar o princípio norteador do ordenamento jurídico pátrio: a dignidade da pessoa humana.

Por questões didáticas, a fundamentação teórica da presente dissertação foi dividida em três capítulos, versando o primeiro sobre a constitucionalização do Direito Civil, especialmente do Direito de Família; a evolução histórica deste instituto; o caminho legislativo percorrido pelo Direito de Família no Brasil e a íntima relação do princípio da afetividade com as principais alterações deste, podendo lastrear construções ainda maiores; e a paternidade socioafetiva, seus pilares e fundamentos.

No segundo capítulo, será apresentado um breve histórico do nome civil das pessoas naturais e sua composição desde os povos primitivos. Realizar-se-á ainda uma sucinta análise sobre a natureza jurídica deste, bem como a evolução legislativa do tema no país. Fundamento da República Federativa do Brasil, a Dignidade da Pessoa Humana funciona como norte e lastro do ordenamento jurídico pátrio, razão pela qual se aborda, neste capítulo, sua origem, conceito e possíveis alcances em relação ao nome civil.

Ademais, pretende-se discutir as principais hipóteses de alteração e retificação do nome civil da pessoa natural, casos de vexame ou constrangimento, erro de grafia, acréscimo de apelido, homonímia, incluindo a questão dos transexuais; discorrer sobre as hipóteses de exclusão do nome do genitor do Registro Civil do filho abandonado afetivamente; bem como apresentar a possibilidade de inclusão do patronímico do pai socioafetivo no Registro Civil do filho.

O terceiro capítulo visa aprofundar a discussão sobre a inclusão do pai socioafetivo no Registro Civil do filho, abordando os principais posicionamentos

jurisprudenciais e doutrinários existentes no Brasil e os efeitos jurídicos decorrentes de tal medida. Para isso, torna-se imprescindível discorrer sobre as duas principais consequências imediatas da inclusão, quais sejam: multiparentalidade e a exclusão do genitor do registro civil.

## 2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO CIVIL

Conforme os ensinamentos do professor Luís Roberto Barroso (2009, p. 366), nos últimos dois séculos, Direito Civil e Direito Constitucional, antes indiferentes, foram paulatinamente se aproximando até chegarem à “convivência intensa”. O referido doutrinador divide o período em três fases: “mundos apartados”, “publicização do direito privado” e “constitucionalização do direito civil”.

O marco inicial dessa trajetória é a Revolução Francesa, que deu a cada um deles o seu objeto de trabalho: ao direito constitucional, uma Constituição escrita, promulgada em 1791; ao direito civil, o Código Civil napoleônico, de 1804. Apesar da contemporaneidade dos dois documentos, direito constitucional e direito civil não se integravam nem se comunicavam entre si. (BARROSO, 2009, p. 366-367).

Para, Alexandre Gazetta Simões (2013, p. 4), “nessa fase inicial das interpenetrações entre o Direito Civil e o Direito Constitucional, vislumbra-se a hegemonia absoluta do Código Civil, o qual se incumbia dos comandos normativos delineadores do direito privado.”.

Os códigos civis tiveram como paradigma o cidadão dotado de patrimônio, vale dizer, o burguês livre do controle ou impedimento públicos. Nesse sentido é que entenderam o homem comum, deixando a grande maioria fora de seu alcance. Para os iluministas, a plenitude da pessoa dava-se com o domínio sobre as coisas, com o ser proprietário. A liberdade dos modernos, ao contrário dos antigos, é concebida como não-impedimento. Livre é quem pode deter, gozar e dispor de sua propriedade, sem impedimentos, salvo os ditados pela ordem pública e os bons costumes, sem interferência do Estado. (LOBO, 1999, p. 2-3).

Alexandre Gazetta Simões (2013, p. 4) e Luís Roberto Barroso (2009, p. 367) apontam os códigos civis da época como verdadeiras constituições do direito privado. Afirmam ainda que neste momento histórico “o papel da Constituição era limitado, funcionando como uma convocação à atuação dos Poderes Públicos, e sua concretização dependia, como regra geral, da intermediação do legislador.” (BARROSO, 2009, p. 367).

Desta forma, por não possuir força normativa, a Constituição “não desfrutava de aplicabilidade direta e imediata” (BARROSO, 2009, p. 367), sendo “meramente

uma Carta Política, e não, propriamente, um documento normativo capaz de gerar direitos subjetivos de modo direto.” (SIMÕES, A., 2013, p. 4).

Gradualmente, a configuração inicial de Estado mínimo, baseado “na liberdade individual, na igualdade formal entre as pessoas e na garantia absoluta do direito de propriedade”, torna-se insuficiente. (BARROSO, 2009, p. 367).

As primeiras constituições, portanto, nada regularam sobre as relações privadas, cumprindo sua função de delimitação do Estado mínimo. Ao Estado coube apenas estabelecer as regras do jogo das liberdades privadas, no plano infraconstitucional, de sujeitos de direitos formalmente iguais, abstraídos de suas desigualdades reais. Consumou-se o darwinismo jurídico, com a hegemonia dos economicamente mais fortes, sem qualquer espaço para a justiça social. Como a dura lição da história demonstrou, a codificação liberal e a ausência da constituição econômica serviram de instrumento de exploração dos mais fracos pelos mais fortes, gerando reações e conflitos que redundaram no advento do Estado social. (LOBO, 1999, p. 3).

Visando a solidariedade social e a função social das instituições, o Estado passa a interferir nas relações entre particulares através das normas de ordem pública. (BARROSO, 2009, p. 367).

Inobstante, enrodilhada em seus predicados, a codificação liberal míope, padecia de uma visão econômica constitucional, chancelando a exploração dos mais fracos pelos mais fortes economicamente, de modo a culminar em uma polarização de reações e situações conflituosas que acabaram fazer nascer, no plano jurídico, o Estado Social. (SIMÕES, A., 2013, p. 4).

Busca-se, portanto, um maior equilíbrio nas relações privadas. “É a fase do dirigismo contratual, que consolida a publicização do direito privado.” (BARROSO, 2009, p. 367). Vislumbra-se ainda a publicação de microssistemas jurídicos autônomos, os quais coexistem com o Código Civil, mitigando a “proeminência normativa” deste. (SIMÕES, A., 2013, p. 5).

Nas palavras de Paulo Lobo (1999, p. 2):

A denominada publicização compreende o processo de crescente intervenção estatal, especialmente no âmbito legislativo, característica do Estado Social do século XX. Tem-se a redução do espaço de autonomia privada para a garantia da tutela jurídica dos mais fracos. A ação intervencionista ou dirigista do legislador terminou por subtrair do Código Civil matérias inteiras, em alguns casos transformadas em ramos autônomos, como o direito do trabalho, o direito agrário, o direito das águas, o direito da habitação, o direito de locação de imóveis urbanos, o estatuto da criança e do adolescente, os direitos autorais, o direito do consumidor. (LOBO, 1999, p. 2).

A terceira fase de interpenetrações entre o Direito Civil e o Direito Constitucional “é marcada pela passagem da Constituição para o centro do sistema jurídico, de onde passa a atuar como filtro axiológico pelo qual se deve ler o direito civil.” (BARROSO, 2009, p. 368).

Deveras, a posição hierárquica superior da Constituição, a abertura das suas normas, e o fato de que estas, por uma deliberada escolha do contribuinte, versam também sobre as relações privadas, possibilitam que se conceba a Lei Maior como novo centro do Direito Privado, apto a cimentar as suas partes e a informar seu conteúdo. (SARMENTO, 2008, p. 75).

Diante disso, a visão de que o Direito Civil era estático, atemporal e desideologizado e estava imune às alterações sociais, políticas e econômicas que ocorriam a sua volta foi superada. “Pretende-se não apenas investigar a inserção do direito civil na Constituição jurídico-positiva, mas os fundamentos de sua validade jurídica, que dela devem ser extraídos.” (LOBO, 1999, p. 1).

Para tanto, Lobo (1999, p. 1) defende uma unidade hermenêutica, na qual a Constituição funcionaria como “ápice conformador da elaboração e aplicação da legislação civil”. Há, portanto, uma mudança de paradigma, uma vez que “deve o jurista interpretar o Código Civil segundo a Constituição e não a Constituição segundo o Código, como ocorria com frequência (e ainda ocorre).” (LOBO, 1999, p. 1).

A mudança de atitude também envolve uma certa dose de humildade epistemológica. O direito civil sempre forneceu as categorias, os conceitos e classificações que serviram para a consolidação dos vários ramos do direito público, inclusive o constitucional, em virtude de sua mais antiga evolução (o constitucionalismo e os direitos públicos são mais recentes, não alcançando um décimo do tempo histórico do direito civil). Agora, ladeia os demais na mesma sujeição aos valores, princípios e normas consagrados na Constituição. Daí a necessidade que sentem os civilistas do manejo das categorias fundamentais da Constituição. Sem elas, a interpretação do Código e das leis civis desvia-se de seu correto significado. (LOBO, 1999, p. 1).

Lobo (1999, p. 2) diferencia ainda os fenômenos da publicização e da constitucionalização, indicando o primeiro como a intervenção do Estado através de leis que resguardam os hipossuficientes e esta como a filtragem das normas civilistas pelos princípios e fundamentos constitucionais.

Em suma, para fazer sentido, a publicização deve ser entendida como o processo de intervenção legislativa infraconstitucional, ao passo que a



constitucionalização tem por fito submeter o direito positivo aos fundamentos de validade constitucionalmente estabelecidos. Enquanto o primeiro fenômeno é de discutível pertinência, o segundo é imprescindível para a compreensão do moderno direito civil. (LOBO, 1999, p. 2).

Desta forma, o Direito Civil passa a ser reinterpretado à luz dos princípios da Constituição a qual agora possui força normativa e influencia, através dos seus valores e princípios, a feitura e interpretação das demais normas do ordenamento.

A expressão direito civil-constitucional apenas realça a necessária releitura do Código Civil das leis especiais à luz da Constituição, redefinindo as categorias jurídicas civilistas a partir dos fundamentos principiológicos constitucionais, na nova tábua axiológica fundada na dignidade da pessoa humana (art. 1º, III) na solidariedade social (art. 3º, III) e na igualdade substancial (arts. 3º e 5º). (GONÇALVES, 2010, p. 45).

Nas palavras de Fachin (2003, p. XVII-XVIII):

Eis o que sustentamos: opera-se, pois, em relação ao Direito dogmático tradicional, uma inversão do alvo de preocupações do ordenamento jurídico, fazendo com que o Direito tenha como fim último a proteção da pessoa humana, como instrumento para seu pleno desenvolvimento. Nossa tese, pois, é a de que a Constituição Federal de 1988 impôs ao Direito Civil o abandono da postura patrimonialista herdada do século XIX, em especial do Código Napoleônico, migrando para uma concepção em que se privilegiam a subjetividade, o desenvolvimento humano e a dignidade da pessoa concretamente considerada, em suas relações interpessoais. É por isso que cabe enfatizar a concepção plural de família presente na Constituição, apta a orientar a melhor exegese do novo Código Civil brasileiro. (FACHIN, 2003, p. XVII-XVIII).

Ante o exposto, há uma visível mudança de paradigma no Direito Civil (do patrimônio para a pessoa) após a elevação da Constituição ao cume do Ordenamento Jurídico. Um dos ramos do Direito Civil mais modificado com a absorção dos princípios constitucionais foi o Direito de Família.

## 2.1 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA

A família é a primeira instituição conhecida pelo homem. Antes mesmo de o ser humano tornar-se sedentário, construir cidades, ou instituir o Estado, este ente

social já existia e era o responsável pela transmissão de valores, costumes e conhecimento (MENEZES, 2008, p. 1).

No decorrer dos séculos, o conceito e a finalidade da família tem passado por muitas transformações. Nos tempos mais remotos, tinha-se a entidade familiar formada por um ancestral comum e seus vários descendentes, compondo os chamados clãs. O crescimento populacional e territorial dos clãs e a união destes formaram as tribos.

Na obra *A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado*, Engels discorre sobre as modificações da família primitiva desde a união conjugal poligâmica até o casamento monogâmico. O autor defende que existiu um estado primitivo no qual todas as mulheres de uma tribo pertenciam a todos os homens da mesma e vice e versa. (ENGELS, 1984, p. 31).

O estudo da história primitiva revela-nos, ao invés disso, um estado de coisas em que os homens praticam a poligamia e suas mulheres a poliandria, e em que, por consequência, os filhos de uns e outros tinham que ser considerados comuns. É este estado de coisas, por seu lado, que, passando por uma série de transformações, resulta na monogamia. Essas modificações são de tal ordem que o círculo compreendido na união conjugal comum, e que era amplo em sua origem, se estreita pouco a pouco até que, por fim, abrange exclusivamente o casal isolado, que predomina hoje. (ENGELS, 1984, p. 31).

Na referida obra, Engels subdivide a evolução das famílias em quatro estágios: família consanguínea, família punaluna, sindiásmica ou pré-monogâmica e monogâmica. Na família consanguínea, os grupos conjugais estavam divididos em gerações, ou seja, todos os avôs e avós da família exerciam as funções de marido e mulher entre si. Da mesma forma, os filhos destes eram casados entre si, bem como os netos e assim sucessivamente. (ENGELS, 1984, p. 37-38).

Nessa forma de família, os ascendentes e descendentes, os pais e filhos, são os únicos que, reciprocamente, estão excluídos dos direitos e deveres (poderíamos dizer) do matrimônio. Irmãos e irmãs, primos e primas, em primeiro, segundo e restantes graus, são todos, entre si, irmãos e irmãs, e por isso mesmo maridos e mulheres uns dos outros. O vínculo de irmão e irmã pressupõe, por si, nesse período, a relação carnal mútua. (ENGELS, 1984, p. 38).

Nesse diapasão, paulatinamente as comunidades foram proibindo que alguns membros da mesma família pudessem ter relações sexuais. Quer dizer, se na família consanguínea pais e filhos não poderiam exercer as funções de marido e mulher entre

si, na punaluana os irmãos nascidos da mesma mãe e até mesmo os primos foram impedidos de casar. (ENGELS, 1984, p. 39). “Esses maridos, por sua parte, não se chamavam entre si irmãos, pois já não tinham necessidade de sê-lo, mas ‘punalua’, quer dizer, companheiro íntimo, como quem diz ‘associe’.” (ENGELS, 1984, p. 40).

Há de se observar que nas comunidades nas quais se praticava o casamento por grupos a descendência era estabelecida pela linha materna, posto que não havia como determinar quem era o pai. (ENGELS, 1984, p. 43).

Engels (1984, p. 48) explana que mesmo nos casamentos grupais, por vezes, o marido tinha uma esposa principal. Ademais, com a restrição de matrimônio entre determinados parentes (pais e filhos, irmãos e primos), o número de casamentos coletivos foi diminuindo, sendo aos poucos substituídos pela família sindiásmica.

Nesta, embora um homem comumente viva com apenas uma mulher, a poligamia e a infidelidade masculinas são permitidas, sendo a primeira mais rara devido às restrições econômicas. A fidelidade feminina passa a ser exigida sob pena de castigos cruéis, mas a união pode ser dissolvida a qualquer tempo por qualquer das partes, ficando os filhos com a mãe. Se nas etapas anteriores os homens não possuíam nenhuma dificuldade para encontrar esposas, na família sindiásmica é comum o rapto de mulheres ou a compra destas. (ENGELS, 1984, p. 49).

Além do mais, entre os índios da América e em outras tribos (no mesmo estágio), o arranjo de um matrimônio não concerne aos interessados, aos quais, muitas vezes nem se consulta, e sim as suas mães. Comumente, desse modo, ficam comprometidos dois seres que nem sequer se conhecem e de cujo casamento só ficam sabendo quando chega o momento do enlace. Antes do casamento, o noivo dá presentes aos parentes gentílicos da noiva (quer dizer; aos parentes por parte de mãe, excluídos os parentes por parte de pai e o próprio pai) e esses presentes são considerados o preço pelo qual o homem compra a jovem núbil que lhe cedem. (ENGELS, 1984, p. 54).

Sobre o papel da mulher nas sociedades primitivas, Engels (1984, p. 51) aduz que as mesmas constituem uma grande força dentro dos clãs e que, por vezes, elas destituíam um chefe e o rebaixavam a simples guerreiro.

Uma das ideias mais absurdas que nos transmitiu a filosofia do século XVIII é a de que na origem da sociedade a mulher foi escrava do homem. Entre todos os selvagens e em todas as tribos que se encontram nas fases inferior, média e até (em parte) superior da barbárie, a mulher não só é livre como, também muito considerada. [...] A senhora civilizada, cercada de aparentes homenagens, estranha a todo trabalho efetivo, tem uma posição social bem inferior à mulher bárbara, que trabalha duramente e, no seio social de seu

povo, vê-se respeitada como uma verdadeira dama (lady, frowa, frau = senhora) e o é de fato por sua própria posição. (ENGELS, 1984, p. 50-51).

Com o advento da monogamia feminina, passa a ser possível identificar o genitor da prole, razão pela qual a filiação que ocorria na linha materna passou para a paterna, assim como a sucessão dos bens. (ENGELS, 1984, p. 58-60).

O homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução. Essa baixa condição da mulher, manifestada sobretudo entre os gregos dos tempos heroicos e, ainda mais, entre os dos tempos clássicos, tem sido gradualmente retocada, dissimulada e, em certos lugares, até revestida de formas de maior suavidade, mas de maneira alguma suprimida. (ENGELS, 1984, p. 61).

No trânsito entre o casamento sindiásmico e a monogamia, Engels (1984, p. 61) destaca família romana, na qual o chefe é poligâmico e tinha esposa, filhos e escravos com o objetivo de cuidar e manter o patrimônio. Segundo Matheus Antônio da Cunha (2011, p. 2):

Com o desenvolvimento de sociedades mais complexas, na qual os laços sanguíneos eram cada vez mais dissolvidos entre a população, ganha importância no Direito da Roma Antiga a expressão *família natural*, formada apenas por um casal e seus filhos. Ao contrário dos clãs, que se formavam a partir da relação de parentesco com um ancestral comum, a *família natural* romana originava-se através de uma relação jurídica, o casamento.

Em Roma, a família estava alicerçada na autoridade, sendo o *pater*, ao mesmo tempo, chefe político, sacerdote e juiz, possuindo poder sobre todos os seus descendentes (mulher, filhos e escravos) independentemente do laço consanguíneo (MENEZES, 2008, p. 2).

Para Wald (2004, p. 9), embora se pudesse vislumbrar a figura do afeto, o poder no modelo romano de família estava concentrado nas figuras do *patria potestas* (ascendente comum vivo mais velho) e os *pater familias*, o chefe da família natural.

Desta forma, uma vez que abarcava uma gama de interesses, a família romana era uma unidade econômica, religiosa, política e jurisdicional (WALD, 2004, p. 2). Nas palavras de Cunha (2011, p. 2):

O termo “família” advém da expressão latina *famulus*, que significa “escravo doméstico”, que designava os escravos que trabalhavam de forma legalizada

na agricultura familiar das tribos ladinas, situadas onde hoje se localiza a Itália.

Da família sindiásmica, nasce a família monogâmica, a qual é mais sólida que a primeira por não ser facilmente dissolvida. Nesta, somente o homem pode repudiar a esposa ou ter relacionamentos extraconjugais. O adultério feminino era rigidamente castigado. (ENGELS, 1984. p. 66).

Na Idade Média, a Igreja Católica funcionava como um instrumento de unificação diante da fragmentação política da sociedade medieval, influenciando a maioria dos países europeus. Neste período, “o culto familiar deslocou-se para as capelas, deixando o pater de ser o seu sacerdote.” (SIQUEIRA, 2010. p. 3).

Na Idade Média surge também a idéia [sic] de que a família deve ser garantia de amparo aos seus membros doentes, inválidos e impossibilitados de prover o próprio sustento, idéia [sic] que hoje se confunde com o dever de prover alimentos. O conceito de assistência aos incapacitados é essencial neste período histórico, eis que as famílias produziam todos os bens necessários à sobrevivência, tais como alimentos, peças do vestuário e armas. A assistência implicava também no dever familiar de ajuda moral e psicológica aos membros. [...] Num momento histórico em que os nobres fechavam-se em seus feudos, vivendo da exploração de camponeses que dependiam de suas terras para a sobrevivência, onde o Estado era apenas a representação de um homem – o Senhor Feudal –, a família era a única garantia de assistência recíproca entre seus membros. (SIQUEIRA, 2010, p. 3).

A Igreja Católica adaptou a família natural e institucionalizou o casamento, sagrado e indissolúvel, como único meio de formar a família cristã, exigindo ainda que este fosse celebrado por um sacerdote. (MAGALHÃES, 2002, p.13).

O cristianismo levou o casamento a sacramento. O homem e a mulher selariam a união sob as bênçãos do céu e se transformariam em um único ser físico, e espiritualmente, de maneira indissociável. O sacramento do casamento não poderia ser desfeito pelas partes e somente a morte poderia fazê-lo. (BARRETO, 2013, p. 207).

Sobre o assunto, afirma Cristiano Chaves de Farias (2007, p. 4): “que a ambientação familiar, necessariamente matrimonializada, imperava a regra até que a morte nos separe, admitindo-se o sacrifício pessoal dos membros da família, em nome da manutenção do vínculo do casamento.”.

A função de defesa é retirada da família na Idade Moderna, uma vez que nesta, ao invés de recorrer à autotutela, os cidadãos passam a contar, em tese, com a proteção do Estado. (SIQUEIRA, 2010, p. 4).

No início da Idade Moderna, com a Reforma Protestante de Lutero, surgiram posições contrárias à competência exclusiva da Igreja para o casamento e à indissolubilidade do mesmo (MENEZES, 2008, p. 5). “Nos países onde ocorreu a Reforma Protestante, surgiram as primeiras leis civis disciplinando o casamento não religioso e transformando-o no único válido legalmente.” (SIQUEIRA, 2010, p. 4).

Segundo Arnoldo Wald (2004, p.15):

Para os protestantes, a competência em matéria de direito de família devia pertencer ao Estado, não se justificando a atribuição de caráter sagrado ao casamento. Tratando-se de um simples ato da vida civil, de um contrato natural, nada impedia que a vontade dos cônjuges dissolvesse o vínculo matrimonial, no entender da religião reformada.

Em resposta à Reforma Protestante, os católicos se manifestaram através do Concílio de Trento, o qual, conforme Wald (2004, p.15), “reafirmou solenemente o caráter sacramental do casamento, reconhecendo a competência exclusiva da Igreja e das autoridades eclesiásticas em tudo que se relaciona com o casamento, a sua celebração e a declaração de sua nulidade.”.

Com a Revolução Industrial, houve um enxugamento (em número de integrantes) da família, que migrou do campo para os grandes centros industriais. Ademais, foram estabelecidos papéis para cada membro desta instituição, a qual gradativamente foi perdendo, com o seu estreitamento, a sua finalidade principal de exploração econômica rural, voltando-se para a realização individual de seus membros. (MADALENO, 2013, p. 5-6).

O mundo testemunhou a partir da Revolução Industrial um súbito enxugamento da família que migrou do campo para os grandes centros industriais, reduzindo a quantificação da composição familiar. Surge pequeno grupo, formado por pais e filhos centrando no seu domicílio o ninho, o abrigo reservado à exposição dos seus assuntos familiares mais íntimos. No começo a tendência foi a de concentrar a mulher nas atividades domésticas, no trato diário da prole conjugal e conferir ao esposo a chefia econômica do lar. Organizada a família nesse modelo social e político de conveniente divisão imaterial e econômica das funções conjugais, fica fácil constatar que cada membro precisava alcançar sua realização pessoal com a responsável execução das tarefas conjugais tradicionalmente destinadas a cada esposo. (MADALENO, 2013, p. 5).

Após a perda das funções política e econômica, a família gradativamente transfere para a sociedade a educação, assistência e segurança de seus membros. Coelho e Oliveira (2011, p. 100, 101) defendem que a desfuncionalização reforçou o

núcleo desta instituição, fortalecendo o que há de mais essencial nela, ou seja, o amor entre os cônjuges e a transmissão de cultura e valores para os filhos.

A família pós-moderna não cabe nos moldes anteriores, não possui padrão único e está sempre passos a frente da legislação em vigor. Para Fachin (2009, p. 316), “a busca desse novo desenho familiar perpassa pela necessária superação da herança colonial clássica que a vê através de lentes abstratas descoladas da práxis social.”.

Ao tratar das características das famílias pós-modernas, Hironaka (2008, p. 65) aduz:

a) são relações que se valorizam por si mesmas e não por condições exteriores da vida social e econômica; b) são relações que primam pelo que podem trazer de bom para cada um dos membros do núcleo familiar envolvidos; c) organizam-se pelo viés reflexivo, no qual a comunicação é aberta e tem base contínua; d) são relações que tendem a se verem mais focadas na intimidade, na cumplicidade e na confiança mútua; e) são relações que transformam a obrigação do contato constante em compromisso ético entre os partícipes.

A legalização da dissolução do casamento<sup>2</sup>; o avanço da ciência, possibilitando as inseminações artificiais; o reconhecimento de uniões homoafetivas<sup>3</sup>; a independência civil da mulher<sup>4</sup>; bem como seu definitivo ingresso no mercado de

<sup>2</sup> Com a legalização do divórcio em Malta, em 2011, a dissolução legal de um casamento não é permitida somente nas Filipinas e no Vaticano. (SAN JUAN, 2012, p.1).

<sup>3</sup> A Holanda foi o primeiro país do mundo a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo, em 2000. Na ocasião, regulamentou ainda o divórcio e o direito de adoção de crianças por esses casais. Com a decisão da Suprema Corte Americana em 26 de junho de 2015, os Estados Unidos se tornaram o vigésimo segundo país a aprovar o casamento homoafetivo. Compõem a lista de países que passaram a permitir o casamento entre pessoas do mesmo sexo em todo o seu território, em ordem cronológica: Holanda (2001), Bélgica (2003), Canadá e Espanha (2005), África do Sul (2006), Noruega e Suécia (2009), Argentina, Islândia e Portugal (2010), Dinamarca (2012), Brasil, França, Nova Zelândia e Uruguai (2013), Escócia, Inglaterra, Luxemburgo, Finlândia e País de Gales (2014), Irlanda e Estados Unidos (2015). Israel e os países caribenhos pertencentes ao Reino dos Países Baixos não realizam casamentos homoafetivos, mas reconhecem os realizados em outros países. A Austrália reconhece casamentos homoafetivos apenas se um dos parceiros mudar de sexo após o casamento. (G1, 2015).

<sup>4</sup> A igualdade civil entre homens e mulheres ainda é uma realidade distante em muitos países. A Organização Não Governamental Equality Now divulgou em 2015 uma lista na qual denuncia 44 países que carregam leis que legitimam a desigualdade e, em determinados casos, a violência contra a mulher. O documento, de mais de 40 páginas, divide as leis discriminatórias em quatro grandes grupos matrimoniais, pessoais, econômicas e violência. Dentre as distinções listadas, o correio brasileiro destacou: “No Lêmem, a mulher não pode sair de casa sem a autorização do marido. Também no Lêmem, ela é obrigada a permitir que o marido tenha relações sexuais com ela, sempre que ela estiver ‘apta’”. Na Guiné, a mulher só pode ter uma profissão fora da casa, caso o marido permita. No Congo e nas Bahamas, se o estupro for cometido pelo marido da vítima, não é um crime. No Irã, dois homens como testemunha equivalem a quatro mulheres em um caso de julgamento. Em Malta e no Líbano, é permitido ao marido sequestrar a mulher sem punições. Em Malta, se um sequestrador se casar com a mulher sequestrada depois do sequestro, ele também está livre de punição. [...] No Congo, a lei diz

trabalho, culminaram em novas composições familiares e novas finalidades para esta instituição.

Essa mutação social da família patriarcal para a família celular permite que as prestações vitais de afetividade e realização individual sejam atingidas, perdendo importância a sua antiga áurea sagrada e os tabus deitados sobre a maternidade e paternidade, parecendo interessar atualmente, mais a formação natural e espontânea da família. (MADALENO, 2013, p. 40).

Ante o exposto, paulatinamente, os arranjos familiares foram se modificando, culminando em alterações legislativas. Da mesma forma, o reconhecimento de direitos fundamentais legitimou situações fáticas antes ignoradas pelo Direito.<sup>5</sup>

### 2.1.1 A Evolução do Direito de Família no Brasil

Quanto ao Brasil, do “descobrimento” à “independência”, estava sujeito às regras de Portugal, país que possui uma forte ligação com o catolicismo. Desde 1500 “os costumes e tradições portuguesas passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro, dentre eles as leis e as imposições sacras advindas daquele Estado-Eclesiástico”. Durante séculos, o Brasil esteve subordinado às Ordenações Afonsinas (1446), Manuelinas (1512) e Filipinas (1603), estando estas últimas vigentes quando da proclamação da Independência, no ano de 1822. (SIMÕES, T., 2007, p. 1).

A legislação portuguesa, em suas Ordenações, era mais evoluída que o regime instituído posteriormente pelo Código de Napoleão. Entretanto, fazia distinção entre a família aristocrática e a plebeia. Enquanto para os nobres a família é cuidadosamente defendida pelo Estado, em relação aos plebeus, a família não é tão importante, fazendo-se mais concessões aos direitos dos indivíduos. Nas sucessões, havia igualdade entre os filhos naturais e legítimos para os plebeus, entretanto, entre os nobres, só os filhos legítimos

---

claramente que o marido é o chefe da casa, e portanto a mulher deve sempre obedecê-lo. Na Rússia, há uma lista de empregos que mulheres não podem exercer. Na Tunísia, um filho homem terá sempre direito ao dobro de sua(s) irmã(s). Na Arábia Saudita, mulheres não podem dirigir.”. (CORREIO BRAZILIENSE, 2015).

<sup>5</sup> Em Portugal, uma lei aprovada em julho de 2015 possibilita que juízes atribuam responsabilidades de pais a madrastas ou padrastos sempre que a mãe ou o pai de uma criança esteja impedido de tomar conta do menor (incapacidade, desaparecidos, presos, mortos, etc). Para ser atribuída a responsabilidade parental é preciso que o padrasto ou a madrasta estejam casados ou unidos de fato com o pai ou a mãe da criança (a lei não faz distinção entre uniões heterossexuais ou homoafetivas), que haja vontade das partes e um requerimento entregue no tribunal. (IBDFAM, 2015a).



herdavam, porquanto vigorava o costume extremamente protetor da hereditariedade da família. (LUCCHESI, 2013, p. 234).

O Decreto 463, de 2 de setembro de 1847 equiparou os direitos hereditários dos filhos naturais dos nobres aos dos filhos naturais dos plebeus. Era indispensável o reconhecimento do pai, feito por escritura pública, antes do seu casamento, para que qualquer filho natural pudesse ter parte na herança paterna, concorrendo com os filhos legítimos do mesmo pai. Nos demais casos, apenas a escritura pública e o testamento serviam de prova da filiação natural. (BRASIL, 1847).

Posteriormente, o Decreto 181 de 1890 promulgou a Lei sobre o casamento civil. Ao versar sobre os impedimentos matrimoniais, o referido decreto tratou sobre o reconhecimento dos filhos.

Art. 7º São proibidos de casar-se:

§ 1º Os ascendentes com os descendentes, por parentesco legítimo, civil ou natural ou por afinidade, e os parentes collateraes, paternos ou maternos, dentro do segundo grau civil.

A afinidade ilícita só se póde provar por confissão espontanea nos termos do artigo seguinte, e a filiação natural paterna tambem póde provar-se ou por confissão espontanea, ou pelo reconhecimento do filho, feito em escriptura de notas, ou no acto do nascimento, ou em outro documento authenticico, offerecido pelo pae. (BRASIL, 1890).

O Código Civil de 1916 versava sobre a família patriarcal, a indissolubilidade do casamento e a capacidade relativa da mulher, designando o marido como único chefe da sociedade conjugal. Quanto à filiação, “havia evidente distinção entre filhos legítimos e ilegítimos, naturais e adotivos, registrado no assento de nascimento a origem da filiação.” (DILL; CALDERAN, 2011, p. 4).

Devido às mudanças da sociedade, a legislação precisou adaptar-se, sendo aos poucos publicadas leis esparsas que mudaram a posição da mulher e dos filhos na família brasileira.

Em 26 de outubro de 1949, foi publicada a Lei 883, que versava sobre o reconhecimento dos filhos ilegítimos, trazendo em seu bojo alterações significativas como a possibilidade de reconhecimento do filho havido fora do matrimônio, mas somente se a sociedade conjugal já estivesse dissolvida. (BRASIL, 1949).

Sob o manto da nova lei, o filho ilegítimo poderia ainda acionar o pai em segredo de justiça para receber alimentos. “Na hipótese de ação investigatória da paternidade terá direito o autor a alimentos provisionais desde que lhe seja favorável

a sentença de primeira instância, embora se haja, desta interposto recurso.” (BRASIL, 1949).

O principal avanço da referida lei foi a vedação, no Registro Civil, de qualquer referência à filiação ilegítima. Ademais, o art. 2º da Lei 883 dispunha que “o filho reconhecido na forma desta Lei, para efeitos econômicos, terá o direito, a título de amparo social, à metade da herança que vier a receber o filho legítimo ou legitimado.” (BRASIL, 1949).

A Lei 3.133 de maio de 1957 atualizou o instituto da adoção, alterando a redação dos artigos 368, 369, 372, 374 e 377 do Código Civil de 1916, determinando, dentre outras coisas, que “quando o adotante tiver filhos legítimos, legitimados ou reconhecidos, a relação de adoção não envolve a de sucessão hereditária.” (BRASIL, 1957).

Em 27 de agosto de 1962 foi publicada a Lei 4.121 que dispunha sobre a situação jurídica da mulher casada, também conhecida como o Estatuto da Mulher Casada, a qual revogou os artigos 6º, 233, 240, 242, 246, 248, 263, 269, 273, 326, 380, 393, 1.579 e 1.611 do Código Civil e o artigo 469 do Código do Processo Civil.

Com o advento da referida lei, a mulher, antes considerada relativamente capaz enquanto subsistisse a sociedade conjugal, passa a ser plenamente capaz. Ademais, a nova redação do artigo 233 incluiu a esposa como colaboradora do marido na sociedade conjugal, sem, contudo, retirar o papel deste de chefe da família. “O marido é o chefe da sociedade conjugal, função que exerce com a colaboração da mulher, no interesse comum do casal e dos filhos.” (BRASIL, 1962).

Outrossim, com a nova redação do art. 240, esposa passa de auxiliar para colaboradora dos encargos da família, sendo ainda lhe incumbida a função de velar pela direção material e moral desta. (BRASIL, 1962).

Nesse diapasão, a redação original do art. 326 do Código Civil de 1916 estabelecia que nos casos em que ambos os cônjuges eram culpados pelo desquite, a mãe teria direito de conservar em sua companhia as filhas, enquanto menores, e os filhos até a idade de seis anos. Os filhos maiores de seis anos seriam entregues à guarda do pai. (BRASIL, 1916).

A nova redação dada pela Lei 4.121, de 1962, embora mantivesse a ideia do caput de que “sendo desquite judicial, ficarão os filhos menores com o cônjuge inocente”, determinou que nos casos em que ambos os cônjuges fossem culpados,

os filhos menores ficariam em poder da mãe, salvo se o juiz verificasse que de tal solução poderia advir prejuízo de ordem moral para eles. (BRASIL, 1962).

Inovação importante trazida pela supracitada lei é a possibilidade da mulher exercer o poder familiar em conjunto com o marido. “Durante o casamento compete o pátrio poder aos pais, exercendo-o o marido com a colaboração da mulher. Na falta ou impedimento de um dos progenitores, passará o outro a exercê-lo com exclusividade.” (BRASIL, 1962).

Ademais, a mãe não perderá mais o poder familiar quanto aos filhos do casamento anterior por contrair novas núpcias, exercendo-o, nesse caso, sem qualquer interferência do marido. (BRASIL, 1962).

Importante salientar, no entanto, que mesmo com todos os avanços advindos da Lei 4.121/62, a vontade do homem ainda prevalecia sobre a da mulher, conforme o disposto no parágrafo único do art. 380, “divergindo os progenitores quanto ao exercício do pátrio poder, prevalecerá a decisão do pai, ressalvado à mãe o direito de recorrer ao juiz, para solução da divergência.” (BRASIL, 1962).

Em dezembro de 1977, entrou em vigor a Lei 6.515 que regulava os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, sendo popularmente conhecida como Lei do Divórcio.

A referida Lei alterou a Lei 883/49, estabelecendo que o reconhecimento do filho havido fora do casamento poderia ocorrer ainda na constância deste e que independente da natureza da filiação, o direito à herança seria reconhecido em igualdade de condições. (BRASIL, 1977).

O regime de comunhão parcial de bens foi elevado ao status de regime legal; a mulher passou a optar pela inclusão ou não do patronímico do marido no ato do casamento; estabeleceu-se o fim do vínculo conjugal pelo divórcio e o foro da residência da mulher como competente para a ação de separação dos cônjuges, a conversão desta em divórcio e para a anulação de casamento. A culpa pela separação ainda era fator determinante para atribuir a guarda dos filhos e havia prazo mínimo para solicitar a separação judicial e a conversão desta em divórcio. (BRASIL, 1977).

O Código de Menores<sup>6</sup> foi instituído pela Lei 6.697 de 1979 e dispunha, conforme o disposto em seu art. 1º, sobre assistência, proteção e vigilância a

---

<sup>6</sup> Antes da promulgação da Lei 6.697/79, o Decreto 17.943-A, de 12 de outubro de 1927, consolidava as leis de assistência e proteção a menores.

menores. Versava sobre a adoção simples e plena e sobre menores em situação irregular. Há de se observar que o foco da nova legislação não era a proteção das crianças e adolescentes, mas sim, a segurança pública.

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;

b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;

b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal. (BRASIL, 1979)

Para (DILL; CALDERAN, 2011, p. 4), o Código de Menores era “uma legislação discriminatória, onde seus dispositivos faziam punir os denominados “menores delinquentes”, pois se acreditava que estes não poderiam se adaptar à vida em sociedade, devendo ser afastados.”.

Ante o exposto, antes da Constituição Federal de 1988, os filhos eram classificados em “biológicos, legítimos, ilegítimos, naturais, espúrios, adulterinos, incestuosos e adotivos.” (DILL; CALDERAN, 2011, p. 4). Consideravam-se legítimos os filhos gerados dentro do casamento e ilegítimos os gerados por pessoas não ligadas pelo matrimônio (LUCCHESI, 2013, p. 232).

Os ilegítimos eram classificados em naturais ou espúrios, sendo aqueles a prole de pessoas que embora não casadas, não possuíam impedimento para tal, e estes os que decorriam do enlace entre duas pessoas juridicamente impedidas de casar. (LUCCHESI, 2013, p. 233).

Os filhos espúrios se subdividiam em incestuosos (fruto do relacionamento entre duas pessoas para as quais há impedimento legal para o casamento, decorrente de vínculo de parentesco) e, os adulterinos (resultantes da união entre duas pessoas, sendo uma ou ambas legalmente casadas com terceira pessoa). (LUCCHESI, 2013, p. 233).

Por força do art. 358 do Código Civil de 1916, os filhos incestuosos ou adulterinos não poderiam ser reconhecidos. Tal dispositivo só foi revogado pela Lei

7.841 de 17 de outubro de 1989, a qual também revogou o art. 38 da Lei 6.515 de 1977 que limitava o pedido de divórcio a uma única vez e alterou os prazos para requerimento da separação judicial e sua conversão em divórcio. (BRASIL, 1989).

Os anseios sociais e as alterações legislativas culminaram na Constituição Federal de 1988 que trouxe a igualdade entre os cônjuges, liberdades e garantias à mulher. “Os direitos e deveres referentes à sociedade conjugal são exercidos igualmente pelo homem e pela mulher”, conforme disposto no art. 226, § 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988).

O § 6º do art. 226 da Lei Maior (BRASIL, 1988), prevê a possibilidade da dissolução do casamento o que ratifica a mudança do foco do Direito de Família do patrimônio para o ser humano e sua realização como pessoa.

Em 20 de novembro de 1989 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Convenção sobre os Direitos da Criança. Este é o instrumento de direitos humanos mais ratificado na história universal, com a adesão de 195 países.<sup>7</sup> (ONUBR, 2015).

O Governo brasileiro ratificou a referida Convenção em 24 de setembro de 1990. Ademais, o Decreto 99.710 de 21 de novembro de 1990 promulgou a Convenção sobre os Direitos da Criança no Brasil, determinando em seu artigo 1º que a mesma seria executada e cumprida por inteiro no país. (BRASIL, 1990b).

Os valores desta Convenção estão expostos em seu preâmbulo, o qual reconhece a dignidade e os direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana e reafirma a fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor da pessoa humana. Apresenta ainda a família como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças. (UNICEF, 1989).

Os Estados Partes da Presente Convenção,  
Considerando que, de acordo com os princípios proclamados na Carta das Nações Unidas, a liberdade, a justiça e a paz no mundo se fundamentam no reconhecimento da dignidade inerente e dos direitos iguais e inalienáveis de todos os membros da família humana;  
Tendo em conta que os povos das Nações Unidas reafirmaram na carta sua fé nos direitos fundamentais do homem e na dignidade e no valor da pessoa humana e que decidiram promover o progresso social e a elevação do nível de vida com mais liberdade;

---

<sup>7</sup> O Sudão do Sul ratificou a Convenção sobre Direitos da Criança em 2015. O processo de ratificação da Somália já foi iniciado, esperando apenas ser formalizado, o que torna os Estados Unidos o único país que ainda não ratificou o tratado histórico. (ONUBR, 2015).

Reconhecendo que as Nações Unidas proclamaram e acordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos que toda pessoa possui todos os direitos e liberdades neles enunciados, sem distinção de qualquer natureza, seja de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição;

Recordando que na Declaração Universal dos Direitos Humanos as Nações Unidas proclamaram que a infância tem direito a cuidados e assistência especiais;

Convencidos de que a família, como grupo fundamental da sociedade e ambiente natural para o crescimento e bem-estar de todos os seus membros, e em particular das crianças, deve receber a proteção e assistência necessárias a fim de poder assumir plenamente suas responsabilidades dentro da comunidade;

Reconhecendo que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão; [...] (UNICEF, 1989).

Diante da nova visão de responsabilidade estatal e social com as crianças e adolescentes e o reconhecimento dos direitos destes, a Lei 8.069, de 13 de julho de 1990 dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente determinando a proteção integral desses seres em desenvolvimento. (BRASIL, 1990a).

Nesse diapasão, a Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, regulamentou a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento, concedendo ao Ministério Público legitimidade para ingressar com ação de investigação de paternidade, quando constar do registro civil apenas a filiação materna e, notificado o suposto pai, o mesmo não atender a notificação em trinta dias ou negar a paternidade.

Art. 2º Em registro de nascimento de menor apenas com a maternidade estabelecida, o oficial remeterá ao juiz certidão integral do registro e o nome e prenome, profissão, identidade e residência do suposto pai, a fim de ser averiguada oficiosamente a procedência da alegação.

§ 1º O juiz, sempre que possível, ouvirá a mãe sobre a paternidade alegada e mandará, em qualquer caso, notificar o suposto pai, independente de seu estado civil, para que se manifeste sobre a paternidade que lhe é atribuída.

§ 2º O juiz, quando entender necessário, determinará que a diligência seja realizada em segredo de justiça.

§ 3º No caso do suposto pai confirmar expressamente a paternidade, será lavrado termo de reconhecimento e remetida certidão ao oficial do registro, para a devida averbação.

§ 4º Se o suposto pai não atender no prazo de trinta dias, a notificação judicial, ou negar a alegada paternidade, o juiz remeterá os autos ao representante do Ministério Público para que intente, havendo elementos suficientes, a ação de investigação de paternidade. (BRASIL, 1992b).

Com o advento da Constituição de 1988, o Código Civil de 1916 não comportava mais os anseios e as necessidades da sociedade contemporânea, sendo então promulgado o Código Civil de 2002. O novo diploma civil trouxe a expressão

“poder familiar”, substituindo a antiga “pátrio poder”, designando a igualdade entre homens e mulheres e a posição destes na família. Estabeleceu ainda que a obrigação de sustento, a qual recaía somente sobre o marido na legislação anterior, passaria a ser de ambos os cônjuges, na proporção de seus bens e rendimentos.

Sobre o tema afirma Thiago Simões (2007, p. 2):

A proteção à família e suas formas de constituição e reconhecimento passaram a ter na CF/88 linhas gerais, devendo o texto civil se adequar a tais modificações. A família oriunda do casamento e da união estável (que passou a ser reconhecida como formadora de núcleo familiar) teve tratativa constitucional.

Repetindo o disposto no art. 227, § 6º da Constituição Federal, o artigo 1596 do Código Civil ratifica o fim da distinção entre a prole. “Os filhos, havidos ou não da relação de casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.” (BRASIL, 2002).

Assim, na questão referente à igualdade dos filhos, passa-se da necessidade de preservação do núcleo familiar (na realidade, preservação do patrimônio), com expressões de discriminação (filhos legítimos, legitimados e ilegítimos, estes últimos divididos em naturais ou espúrios, sendo que os espúrios se subdividiam em incestuosos e adulterinos), para a aplicação plena dos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e a proibição de tratamento discriminatório quanto à filiação (art. 227, § 6º, da Constituição Federal). (LUCCHESI, 2013, p. 232).

Nesse sentido, Rose Melo Venceslau (2004, p. 45) afirma que:

O estatuto constitucional da filiação reflete uma filiação una, igualitária, qualquer que seja sua origem. Para a norma constitucional não há vínculo mais forte, nem o de sangue, nem o do amor. Filho é tão somente filho. E esse filho, não importa a que forma de família pertença, encontra nela instrumento de realização de direitos.

A Lei 12.004, de 29 de julho de 2009 alterou a Lei 8.560 de 1992, que regulava a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e revogou a Lei 883/49. Ademais, estabeleceu a presunção de paternidade no caso de recusa do suposto pai em submeter-se ao exame de código genético - DNA.

Art. 2º A Lei no 8.560, de 29 de dezembro de 1992, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

Art. 2º-A. Na ação de investigação de paternidade, todos os meios legais, bem como os moralmente legítimos, serão hábeis para provar a verdade dos fatos.

Parágrafo único. A recusa do réu em se submeter ao exame de código genético - DNA gerará a presunção da paternidade, a ser apreciada em conjunto com o contexto probatório. (BRASIL, 2009b).

Atualmente, segundo os ensinamentos de Daniela Rosário Rodrigues (2011, p. 16), a doutrina civilista brasileira apresenta três conceitos de família: em sentido amplíssimo seria a reunião de pessoas ligadas por uma relação de dependência, ainda que não houvesse parentesco entre elas; em sentido amplo abrangeria aqueles que guardam entre si algum tipo de parentesco, consanguíneo, civil ou afim e; em sentido restrito seria composta pelas pessoas ligadas entre si pelo casamento ou filiação. Nesse sentido, Cristiano Chaves de Farias (2004, [n. p.]) assevera:

O direito de família no Brasil atravessa um período de efervescência. Deixa a família de ser percebida como mera instituição jurídica para assumir feição de instrumento para a promoção da personalidade humana, mais contemporânea e afinada com o tom constitucional da dignidade da pessoa humana. Não mais encerrando a família um fim em si mesma, finalmente, averba-se que ninguém nasce para constituí-la (a velha família cimentada no casamento, não raro, arranjado pelo pai que prometia a mão de sua filha, como se fosse uma simples negociação patrimonial). Ao revés, trata-se do lugar privilegiado, o ninho afetivo, onde a pessoa nasce inserta e no qual modelará e desenvolverá a sua personalidade, na busca da felicidade, verdadeiro desiderato da pessoa humana. Está é a família da nova era.

Cabe ressaltar ainda que importantes doutrinadores brasileiros apontam para a mitigação dos antigos fundamentos da família, ou seja, a consanguinidade e o casamento, pela afetividade. Para Luiz Edson Fachin (2003, p. 317):

Na transformação da família e de seu Direito, o transcurso apanha uma 'comunidade de sangue' e celebra, ao final deste século, a possibilidade de uma 'comunidade de afeto'. Novos modos de definir o próprio Direito de Família. Direito esse não imune à família como refúgio afetivo, centro de intercâmbio pessoal e emanador da felicidade possível [...]. Comunhão que valoriza o afeto, afeição que recoloca novo sangue para correr nas veias do renovado parentesco, informado pela substância de sua própria razão de ser e não apenas pelos vínculos formais ou consangüíneos. Tolerância que compreende o convívio de identidades, espectro cultural, sem supremacia desmedida, sem diferenças discriminatórias, sem aniquilamentos. Tolerância que supõe possibilidade e limites. Um tripé que, feito desenho, pode-se mostrar apto a abrir portas e escancarar novas questões. Eis, então, o direito ao refúgio afetivo.

“A afetividade produz a impressão do amor pratico, é a ação de amar o outro ou algo, em gestos (por meio da linguagem corporal, não verbal) ou por meio da fala



e da escrita, é a conduta individual.”. (TORRES; SILVA, 2014, p. 9). Nas palavras de José Sebastião de Oliveira (2002, p. 233), “a afetividade, traduzida no respeito de cada um por si e por todos os membros — a fim de que a família seja respeitada em sua dignidade e honorabilidade perante o corpo social — é, sem dúvida nenhuma, uma das maiores características da família atual.”. Uma vez que o afeto é característica inata ao ser humano, é dever do Estado assegurar que tal direito não seja violado e propiciar, promover, que este seja exercido (BARROS, 2009, p. 1).

Nesse diapasão, a afetividade pode ser visualizada como um dos elementos estruturantes da família, não podendo ser confundida com emoção, humor, temperamento ou sentimento. A afetividade é conduta humana que cria vínculos na coexistência diária familiar, envolvendo emoções, sentimentos e amor; e que apresenta dentre suas funções a construção histórica, a aprendizagem e ajustamento social, a expressão da subjetividade e da individualidade. Assim, o afeto como fato psíquico, ligado a intimidade, não interessa ao direito; mas sim a sua exteriorização, pois é a ação decorrente do afeto que é acessível ao direito. (TORRES; SILVA, 2014, p. 18).

Fundamentada na afetividade e na dignidade da pessoa humana, a Constituição Federal trouxe proteção para a união estável ao reconhecê-la como entidade familiar, conforme o disposto no § 3º do art. 226, CF: “para efeito da proteção do Estado, é reconhecida a união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar, devendo a lei facilitar sua conversão em casamento.” (BRASIL, 1988).

[...] ao serem reconhecidas como entidade familiar merecedora da tutela jurídica as uniões estáveis, que se constituem sem o selo do casamento, tal significa que o afeto, que une e enlaça duas pessoas, adquiriu reconhecimento e inserção no sistema jurídico. Houve a constitucionalização de um modelo de família eudemonista e igualitário, com maior espaço para o afeto e a realização individual. (DIAS, 2009, p. 69).

Tal princípio, substancial na equiparação da união estável ao casamento e no reconhecimento das uniões homoafetivas, é indispensável também para a caracterização da paternidade socioafetiva.

Embora o Código Civil tenha sido promulgado em 2002, seu anteprojeto é de 1973, razão pela qual mesmo representando um avanço em diversos pontos, não abordou temas como gênero e homoafetividade. Nesse diapasão, as questões mais atuais são tratadas pela doutrina e jurisprudência como a responsabilidade civil pelo abandono afetivo; a alienação parental; o reconhecimento do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e a adoção por casais homoafetivos.

De acordo com os ensinamentos do professor Luís Roberto Barroso (2009, p. 2), com a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a redemocratização do Brasil, o país gradativamente, sofre um processo de judicialização, ou seja, questões de repercussão política e social que antes eram solucionadas pelo Congresso Nacional e pelo Poder Executivo, estão sendo cada vez mais decididas pelo Judiciário. O referido doutrinador destaca ainda que o fenômeno da judicialização possui inúmeras causas, sendo algumas uma tendência mundial e outras fortemente ligadas às peculiaridades do ordenamento pátrio. (BARROSO, 2009, p. 2).

A judicialização da política ocorre porque os tribunais são chamados a se pronunciar onde o funcionamento do Legislativo e do Executivo mostra-se falhos, insuficientes ou insatisfatórios. Sob tais condições, ocorre certa aproximação entre Direito e Política e, em vários casos, torna-se mais difícil distinguir entre um 'direito' e um 'interesse político', sendo possível se caracterizar o desenvolvimento de uma 'política de direitos'. (CASTRO, 1997, p.27).

A redemocratização trouxe consigo uma gama de informações agora disponíveis para a população, tornando o cidadão mais consciente dos seus direitos e da possibilidade de recorrer ao judiciário a fim de resguardá-los. Além disso, ampliou as competências do Ministério Público e da Defensoria Pública, fortalecendo-os, o que também contribuiu para expansão do Poder Judiciário. (BARROSO, 2009, p. 2).

Outros dois fatores determinantes foram o caráter analítico da Constituição Cidadã, que trouxe em seu corpo inúmeros temas antes restritos aos Poderes Legislativo e Executivo, e o alcance do controle de constitucionalidade, o qual permitiu que Supremo Tribunal Federal se posicionasse sobre os mais diversos assuntos, corroborando com a ampliação da força e da abrangência do Poder Judiciário. (BARROSO, 2009, p. 2).

A terceira e última causa da judicialização, a ser examinada aqui, é o sistema brasileiro de controle de constitucionalidade, um dos mais abrangentes do mundo. Referido como híbrido ou eclético, ele combina aspectos de dois sistemas diversos: o americano e o europeu. Assim, desde o início da República, adota-se entre nós a fórmula americana de controle incidental e difuso, pelo qual qualquer juiz ou tribunal pode deixar de aplicar uma lei, em um caso concreto que lhe tenha sido submetido, caso a considere inconstitucional. Por outro lado, trouxemos do modelo europeu o controle por ação direta, que permite que determinadas matérias sejam levadas em tese e imediatamente ao Supremo Tribunal Federal. A tudo isso se soma o direito de propositura amplo, previsto no art. 103, pelo qual inúmeros órgãos, bem como entidades públicas e privadas – as sociedades de classe de âmbito nacional e as confederações sindicais – podem ajuizar ações diretas. Nesse

cenário, quase qualquer questão política ou moralmente relevante pode ser alçada ao STF. (BARROSO, 2009, p. 2-3).

Fundamentado nesta nova função/posição/competência do Poder Judiciário, advinda da Constituição Federal, Fernando Gomes de Andrade (2007, p. 322) defende a abrangência do controle de constitucionalidade no Brasil:

Cremos ser o Judiciário competente para controlar a legalidade de todo e qualquer ato emanado pelo poder público, seja vinculado ou discricionário, e ademais, o controle político condizente com a conveniência e oportunidade – típicos do administrador – deve de igual modo ter sua contingência também controlada pelo Judiciário numa interpretação não mais lógico-formal de suas atribuições, mas em sentido material-valorativo, ao verificar se a medida coaduna-se com os princípios consagrados na Constituição. (ANDRADE, 2007, p. 322).

Nesse diapasão, José Afonso da Silva (2006, p. 557) sustenta que “a jurisdição constitucional emergiu historicamente como um instrumento de defesa da Constituição, não da Constituição considerada como um puro nome, mas da Constituição tida como expressão de valores sociais e políticos.”.

Diante disso, após a Constituição de 1988, “o Judiciário deixou de ser um departamento técnico-especializado e se transformou em um verdadeiro poder político, capaz de fazer valer a Constituição e as leis, inclusive em confronto com os outros Poderes.” (BARROSO, 2009, p. 2).

Em maio de 2011, visando uma interpretação conforme a Constituição e esteado nos princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a Ação Direita de Inconstitucionalidade (ADI 4277) e a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF 132), superou o entendimento de que uniões homoafetivas devem ser consideradas sociedades de fato para outorgar-lhes o status de entidade familiar.

O acórdão se fundamentou na “proibição de discriminação das pessoas em razão do sexo, seja no plano da dicotomia homem/mulher (gênero), seja no plano da orientação sexual de cada qual deles”. Destacou o pluralismo como valor sócio-político-cultural, considerando a liberdade para dispor da própria sexualidade um direito fundamental, posto que é expressão da autonomia intimamente ligado à intimidade e à vida privada. (BRASIL, STF, 2011).

O sexo das pessoas, salvo disposição constitucional expressa ou implícita em sentido contrário, não se presta como fator de desigualação jurídica. Proibição de preconceito, à luz do inciso IV do art. 3º da Constituição Federal, por colidir frontalmente com o objetivo constitucional de “promover o bem de todos. [...] Reconhecimento do direito à preferência sexual como direta emanção do princípio da “dignidade da pessoa humana: direito a auto-estima no mais elevado ponto da consciência do indivíduo. Direito à busca da felicidade. Salto normativo da proibição do preconceito para a proclamação do direito à liberdade sexual. O concreto uso da sexualidade faz parte da autonomia da vontade das pessoas naturais. Empírico uso da sexualidade nos planos da intimidade e da privacidade constitucionalmente tuteladas. Autonomia da vontade. Cláusula pétrea. (BRASIL, STF, 2011).

Em seu voto, o ministro relator Ayres Britto ressaltou o tratamento constitucional da instituição família, reconhecendo que a Lei Maior não empresta ao substantivo família nenhum significado ortodoxo ou da própria técnica jurídica. Destacou também o direito subjetivo que todo homem tem de constituir família e a identidade constitucional dos conceitos desta e de “entidade familiar”.

Asseverou ainda que o art. 1.723 do código civil, “é reconhecida como entidade familiar a união estável entre o homem e a mulher, configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituição de família”, (BRASIL, 2002), deve ser interpretado em conformidade com a Constituição Federal, a fim de reconhecer as uniões homoafetivas como entidade familiar. (BRASIL, STF, 2011).

Diante disso, resta excluída qualquer significação que impeça o reconhecimento da união contínua, pública e duradoura entre pessoas do mesmo sexo como família, a qual deve vigorar com as mesmas regras e com as mesmas consequências da união estável heteroafetiva.

O Conselho Nacional de Justiça, considerando que a supracitada decisão do Supremo Tribunal Federal possui eficácia vinculante à Administração Pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário, através da Resolução 175 de 2013, vedou a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo, legalizando o casamento homoafetivo.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, CONSIDERANDO a decisão do plenário do Conselho Nacional de Justiça, tomada no julgamento do Ato Normativo no 0002626-65.2013.2.00.0000, na 169ª Sessão Ordinária, realizada em 14 de maio de 2013; CONSIDERANDO que o Supremo Tribunal Federal, nos acórdãos prolatados em julgamento da ADPF 132/RJ e da ADI

4277/DF, reconheceu a inconstitucionalidade de distinção de tratamento legal às uniões estáveis constituídas por pessoas de mesmo sexo; CONSIDERANDO que as referidas decisões foram proferidas com eficácia vinculante à administração pública e aos demais órgãos do Poder Judiciário; CONSIDERANDO que o Superior Tribunal de Justiça, em julgamento do RESP 1.183.378/RS, decidiu inexistir óbices legais à celebração de casamento entre pessoas de mesmo sexo; CONSIDERANDO a competência do Conselho Nacional de Justiça, prevista no art. 103-B, da Constituição Federal de 1988;

RESOLVE:

Art. 1º É vedada às autoridades competentes a recusa de habilitação, celebração de casamento civil ou de conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo.

Art. 2º A recusa prevista no artigo 1º implicará a imediata comunicação ao respectivo juiz corregedor para as providências cabíveis.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013).

Encontra-se em tramitação no Congresso Nacional, o Projeto de Lei 2.285 de 2007 elaborado pelo Instituto Brasileiro de Direito de Família, IBDFAM, segundo o qual deve ser “protegida como família toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar, em qualquer de suas modalidades admite a relação de parentesco baseada na socioafetividade”. (BRASIL, 2007).

Em sua justificação, estabelece a dignidade da pessoa humana; a solidariedade familiar; a igualdade de gêneros, de filhos e das entidades familiares; a convivência familiar; o melhor interesse da criança e do adolescente; e a afetividade como princípios fundamentais para a interpretação e aplicação das regras que dispõe.

O referido diploma sistematiza o casamento, as regras especiais da união estável, da união homoafetiva e da família parental, na qual se inclui a família monoparental, atribuindo a todas as entidades familiares a mesma dignidade e igual merecimento de tutela, sem hierarquia entre elas.

Ademais, propõe que sejam simplificadas as exigências para a celebração do casamento, civil ou religioso, e para o registro público, com maior atenção aos momentos de sua eficácia. Suprime o regime de bens de participação final nos aquestos, mantendo os de comunhão universal, separação total e comunhão parcial, definindo com mais clareza quais os bens ou valores compõem a mesma.

No Estatuto das Famílias, como é conhecido, “a filiação é tratada de modo igualitário, pouco importando a origem consangüínea ou socioafetiva (adoção, posse de estado de filho ou inseminação artificial heteróloga)”. (BRASIL, 2007). Para tanto, estabelece que o “parentesco resulta da consanguinidade, da socioafetividade ou da afinidade” e que “os filhos, independentemente de sua origem, têm os mesmos direitos

e qualificações, proibidas quaisquer designações e práticas discriminatórias.”. (BRASIL, 2007).

Ademais, dispõe que embora a filiação se prove pelo registro de nascimento, pode ser provada por qualquer modo admissível em direito, quando houver posse de estado de filho. Os filhos não registrados podem ser reconhecidos pelos pais, conjunta ou separadamente.

Estabelece ainda que “o filho não registrado ou não reconhecido pode, a qualquer tempo, investigar a paternidade ou a maternidade, biológica ou socioafetiva.”. Resguarda também o direito à ancestralidade, posto que admite que “qualquer pessoa, cuja filiação seja proveniente de adoção, filiação socioafetiva, posse de estado ou de inseminação artificial heteróloga, o conhecimento de seu vínculo genético sem gerar relação de parentesco.”. (BRASIL, 2007).

Abandonou-se a concepção de poder dos pais sobre os filhos para a de autoridade parental que, mais do que mudança de nomenclatura, é a viragem para a afirmação do múnus, no melhor interesse dos filhos, além de contemplar a solidariedade que deve presidir as relações entre pais e filhos. (BRASIL, 2007).

O referido estatuto pretende estabelecer ainda o direito à convivência do pai não guardião, bem como estimular a guarda compartilhada, sempre que possível, observado o melhor interesse da criança e do adolescente. (BRASIL, 2007). Desde a sua proposta, o Projeto de Lei 2.285 pouco avançou na Câmara dos Deputados.

O Projeto de Lei 6.583 de 2013, de autoria do Deputado Anderson Ferreira (PR-PE), muito comentado pela mídia nacional, visa instituir o Estatuto da Família, estabelecendo em seu artigo 2º a seguinte definição de entidade familiar: “núcleo social formado a partir da união entre um **homem e uma mulher**, por meio de casamento ou união estável, ou ainda por comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes.” (BRASIL, 2013).

Os que defendem a aprovação do Estatuto da Família apontam a falta de legitimidade do Supremo Tribunal Federal, afirmando que o Judiciário extrapolou suas funções, usurpando um poder que caberia ao Legislativo como legítimo representante do povo. Já os que se opõem, alegam que o projeto é um retrocesso, posto que não resguarda os direitos das minorias. Para estes, embora o Código Civil não legalize a família homoafetiva, também não a veda, não havendo ainda um rol taxativo de entidades familiares na Constituição Federal.

Não obstante a omissão legislativa sobre o tema, a maioria, mediante seus representantes eleitos, não poderia mesmo 'democraticamente' decretar a perda de direitos civis da minoria pela qual eventualmente nutre alguma aversão. Nesse cenário, em regra é o Poder Judiciário - e não o Legislativo - que exerce um papel contramajoritário e protetivo de especialíssima importância, exatamente por não ser compromissado com as maiorias votantes, mas apenas com a lei e com a Constituição, sempre em vista a proteção dos direitos humanos fundamentais, sejam eles das minorias, sejam das maiorias. REsp 1183378/RS, Rel. Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, julgado em 25/10/2011. (BRASIL, STJ, 2011b).

Diante disso, parte da doutrina defende que caso o Estatuto da Família seja aprovado, o mesmo será considerado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, não produzindo nenhum efeito jurídico.

## 2.2 PATERNIDADE SOCIOAFETIVA

Com a constitucionalização do direito de família, o parentesco por afinidade passa a ser reconhecido e com este a figura do pai socioafetivo. A paternidade socioafetiva firma-se na solidariedade, no respeito mútuo, no relacionamento diário, sendo consolidada pelo tempo e pelo afeto.

A paternidade, sob o aspecto sociológico, direciona-se para a efetiva convivência, com características de afeto, respeito e demais direitos/deveres na ordem familiar.

[...]

A terminologia "genitor", anteriormente tratada como sinônimo de "pai", não mais se integra na melhor doutrina familista, haja vista a larga diferença imposta pelos avanços sociais, técnicos e genéticos. Portanto, genitor é o que gera, concebe geneticamente o início de uma vida humana, seja pelos métodos naturais ou pela fecundação artificial homóloga, inseminação heteróloga e fertilização *in vitro*. Ser genitor não quer dizer, necessariamente, que é (ou será) um pai.

[...]

Assim, o significado de ser "pai" é indicado através de estudos sociais e psicológicos como aquele homem que cria, educa, ensina e direciona, convive e oferece respaldo afetivo, além do material (SOUZA, I., 2009, p. 2-3).

Por muitas vezes a paternidade biológica restringe-se a um exame de DNA e um nome na certidão de nascimento, não havendo responsabilidade, transmissão de valores ou mesmo afeto entre o filho e o pai genético.

Destarte, reconhece-se a aptidão da ciência de identificar a origem genética dos indivíduos, o que, infelizmente, não assegura a construção de laços sólidos de solidariedade e responsabilidade, caracterizadores da relação entre pai e filho. A filiação estabelecida por esta via, por vezes, não significará nada mais do que a menção, na certidão de nascimento, da paternidade, e a consequente possibilidade de reivindicação de direitos patrimoniais. (SILVA, L., 2004, p. 4).

Fundada no nome, no trato e na posse do estado de filho, a referida paternidade encontra apoio legal no artigo 1593 do Código Civil de 2002, “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem” (BRASIL, 2002), e vem prevalecendo sobre a biológica nas decisões dos tribunais nacionais.

Ora, se o papel do direito é regular relações pertencentes ao ordenamento jurídico, dúvidas não pairam, portanto, no que diz respeito à paternidade/filiação sócio-afetiva, vez que o atual texto de Código Civil traz no bojo de seu art. 1.593 a possibilidade de se aceitar esta realidade. (SIMÕES, T., 2007, p. 5).

Atualmente, no Brasil, a paternidade pode ser determinada a partir de três vínculos: o jurídico, normalmente disposto na certidão de nascimento; o biológico, facilmente comprovado com um exame de DNA; e o afetivo, decorrente do convívio, do respeito e do afeto mútuo. Nesse sentido, afirma Ionete Souza (2009, p. 4):

Levando-se em consideração essas diferenças e focando a paternidade, identificam-se, pelo menos, três tipos: a biológica, a jurídica e a afetiva (ou socioafetiva). Essas podem estar embutidas numa só. E é o que sempre se espera; estando tal expectativa no campo do "ideal". Entretanto, não raras vezes, as "paternidades" são dissociadas.

A paternidade socioafetiva é uma consequência do reconhecimento do afeto como um dos fundamentos da entidade familiar. Dessa forma, se a afetividade mitiga a consanguinidade e o casamento, o parentesco psicológico pode prevalecer sobre a verdade biológica e a realidade legal.

Ensina Maria Berenice Dias (2010, p. 4-5) que:

A mudança dos paradigmas da família reflete-se na identificação dos vínculos de parentalidade, levando ao surgimento de novos conceitos e de uma linguagem que melhor retrata a realidade atual: filiação social, filiação socioafetiva, posse do estado de filho.

Todas essas expressões nada mais significam do que a consagração, também no campo da parentalidade, do mesmo elemento que passou a fazer parte do Direito de Família. Tal como aconteceu com a entidade familiar,



agora também a filiação passou a ser identificada pela presença de um vínculo afetivo paterno-filial. O Direito ampliou o conceito de paternidade, que passou a compreender o parentesco psicológico, que prevalece sobre a verdade biológica e a realidade legal.

À luz da afetividade não basta apenas um teste de DNA ou olhar o nome disposto na Certidão de Nascimento para saber quem é o pai. É necessário analisar a responsabilidade, o companheirismo, a postura ao longo da formação do indivíduo.

Os pais e filhos não são unidos apenas por laços de sangue, mas também por amor, carinho, afetividade, respeito, cuidados e sentimentos de prosperidade, uma vez que a responsabilidade e função desses verdadeiros *pais afetivos* são assaz importantes. Nada os vincula ou os obriga à criação e ao desenvolvimento do amor por esses *filhos*, mas apenas o fazem por ser esta uma vontade que surge do afeto, do amor. (SIMÕES, T., 2007, p. 10-11).

Segundo Maria Berenice Dias (2009, p. 324), “a família deixou de ser unidade de caráter econômico, social e religioso, firmando-se como grupo de afetividade e companheirismo onde se nota que há uma tendência de desbiologização da paternidade”. Nesse sentido, Moor (2001, p. 14) defende que a paternidade deixou de ser um fato da natureza para ser uma questão de função.

Aparece a verdade sociológica ou afetiva, nascida do investimento afetivo e do cuidado, da gratificação permanente e da identificação recíproca dos indivíduos. [...] A paternidade, por ser uma questão precipuamente de função, deixa de ser um fato da natureza e passa a ser um fato cultural. Assim, não basta a reunião de pais e filhos, mas é necessário o estabelecimento do vínculo psíquico, que vai definir a família antes como uma estruturação psíquica. (MOOR, 2001, p. 14).

O Código Civil de 2002 dispõe em seu artigo 1593 que “o parentesco é natural ou civil, conforme resulte de consanguinidade ou outra origem” (BRASIL, 2002). Ao comentar o supracitado artigo, Luiz Fernando Valladão (2012, p. 1) ensina:

A expressão “outra origem”, entre outras hipóteses, significa o parentesco derivado do carinho, do respeito, da afeição e da dedicação, mesmo que a relação existente entre seus sujeitos não seja de cunho biológico. Portanto, afere-se do dispositivo legal mencionado que o parentesco biológico não é o único que gera efeitos jurídicos e sociais. Pelo contrário, em determinados casos, a verdade biológica, ainda que provada pelo quase infalível exame de DNA, cede espaço para a verdade socioafetiva, construída com base nas situações de afeto mútuo entre pais e filhos. Essa afirmativa traz à baila a importância primordial do pai social, cuja ligação com o filho não foi gerada a partir de uma relação sexual, muitas vezes sem a menor importância para os seus protagonistas, mas sim derivada do amor, da dedicação e do carinho constantes durante toda uma vida. (VALADÃO, 2012, p.1).

Para Larissa Toledo Costa (2006, p. 4), a paternidade socioafetiva caracteriza-se pela posse do estado de filho e sustenta-se em um tripé: nome, trato e fama. Nome significa o filho utilizar o nome do pai socioafetivo como se fosse o biológico. Trato é a postura que filho e pai mantêm um para com o outro, ou seja, se assim se tratam e se respeitam mutuamente. Fama seria a exteriorização para a sociedade do trato, quer dizer, se diante desta, eles se comportam como pai e filho e se assim cumprem suas funções na sociedade.

Sobre a posse do estado de filho, José Bernardo Ramos Boeira (1999, p. 60) afirma:

Entendemos que posse de estado de filho é uma relação afetiva, íntima e duradoura, caracterizada pela reputação frente a terceiros como se filho fosse, e pelo tratamento existente na relação paterno-filial, em que há o chamamento de filho e a aceitação do chamamento de pai.

De acordo com Cristiano Chaves de Farias e Nelson Rosendal (2010, p. 548), “o papel preponderante da posse do estado de filho é conferir juridicidade a uma realidade social, pessoal e afetiva indubitosa, conferindo, dessa forma, mais Direito à vida e mais vida ao Direito.”.

Nas palavras de Rose Melo Venceslau (2002, p. 391):

Pai, ou pais, para a Constituição Federal é aquele que assume a paternidade responsável, que juntamente com a sociedade e o Estado, tem o dever de assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Tudo isso pode ser oferecido por quem não é biologicamente o pai.

Ademais, a I Jornada de Direito Civil, promovida pelo Conselho da Justiça Federal, sob a chancela do Superior Tribunal de Justiça, reconheceu a importância do afeto para o ordenamento jurídico brasileiro e a parentalidade socioafetiva.

O Código Civil reconhece, no art. 1.593, outras espécies de parentesco civil além daquele decorrente da adoção, acolhendo, assim, a noção de que há também parentesco civil no vínculo parental proveniente quer das técnicas de reprodução assistida heteróloga relativamente ao pai (ou mãe) que não contribuiu com seu material fecundante, quer da paternidade socioafetiva, fundada na posse do estado de filho.

No fato jurídico do nascimento, mencionado no art. 1.603, compreende-se à luz do disposto no art. 1.593, a filiação consanguínea e também a socioafetiva (JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV e V, 2012, p. 27).

A terceira, a quarta e a quinta Jornadas de Direito Civil trouxeram os enunciados 256, 339 e 519, respectivamente, resguardando a paternidade socioafetiva. Nesse diapasão, definiu-se que “a posse do estado de filho (parentalidade socioafetiva) constitui modalidade de parentesco civil” (JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV e V, 2012, p. 46); que “a paternidade socioafetiva, calcada na vontade livre, não pode ser rompida em detrimento do melhor interesse do filho” (JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV e V, 2012, p. 55), bem como que “o reconhecimento judicial do vínculo de parentesco em virtude de socioafetividade deve ocorrer a partir da relação entre pai(s) e filho(s), com base na posse do estado de filho, para que produza efeitos pessoais e patrimoniais.”. (JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV e V, 2012, p. 73).

Embora essencial para a desbiologização do direito de família brasileiro, a afetividade ainda encontra empecilho na paternidade registral principalmente quanto aos efeitos sucessórios.

As famílias formadas unicamente por relações de afeto, de amor, de carinho, traduzem, para toda a sociedade, a idéia de que certo ente familiar é filho e membro essencial à harmonia e felicidade da mesma. Essa família que se constitui sócio-afetivamente vêm sofrendo inúmeras injustiças, causadas por mero descuido ou inobservância por parte de alguns, principalmente no que se refere ao filho sócio-afetivo e à privação deste na participação na delação dos bens/direitos/obrigações de seu "pai" quando este vem a falecer.

[...]

Se são reconhecidas as famílias pelo afeto; se são reconhecidas filiações pelo afeto e essa hoje em dia é motivo bastante para a constituição de prestação alimentícia, por que não reconhecer direitos sucessórios para uma situação que se encontra plenamente formada, reconhecida e consolidada com o passar dos anos?

Não reconhecer essa realidade implicaria até mesmo em afronta a princípios constitucionais, às garantias trazidas ao Homem pela Carta de Direitos, aos Direitos Humanos e à Dignidade da Pessoa Humana. (SIMÕES, T., 2007, p. 9).

Diante da negativa de alguns doutrinadores e tribunais de reconhecer a paternidade socioafetiva com seus plenos efeitos, Thiago Simões (2007, p. 7) indaga:

A partir disso, parte-se da seguinte premissa: deixar de reconhecer paternidade/filiação fundada no amor, no afeto, no carinho, na preocupação, no querer bem e na demonstração mais simples e bela que um ser humano pode ter por seu semelhante, é justo? Seria razoável? Seria atender aos ditames constitucionais de "bem-estar", "igualdade e justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos" que se funda em "harmonia social" trazidos no Preâmbulo de nossa Constituição Federal?

Ante o exposto, embora a constitucionalização do Direito de Família seja uma realidade que culminou em profundas alterações nesse ramo do direito, ainda há muito a ser conquistado, a fim de que a dignidade da pessoa humana seja diariamente respeitada neste ambiente primordial para o desenvolvimento do ser. “É preciso ir mais longe. Navegar outros mares e captar o ‘direito vigente’, evitando construir o futuro com a sombra do que passou.” (FACHIN, 2008, p. 5).

### 3 NOME CIVIL DA PESSOA NATURAL

Derivado do substantivo neutro latino “nomen”, significando nome, fama, renome e do verbo incoativo transitivo “nosco, is, ere, novi, notum”, ou seja, tomar conhecimento, conhecer, saber (BUSARELLO, 2004, p. 180), nome “é o sinal ou rubrica através do qual e predominantemente se individualizam as pessoas, quer consideradas isoladamente, quer em referência à família que pertencem”. (CARVALHO, M., 1972, p. 13).

O nome, de modo geral, é elemento indispensável ao próprio conhecimento, porquanto é em torno dele que a mente agrupa a série de atributos pertinentes aos diversos indivíduos, o que permite a sua rápida caracterização e o seu relacionamento com os demais. De circunstâncias que tais, não discrepa o nome civil das pessoas físicas, porque é através dele que os respectivos titulares são conhecidos e se dão a conhecer. (FRANÇA, 1964, p. 22).

É com o nome que “a pessoa exercita seus direitos e obrigações na ordem civil, adquire e aliena bens, assume compromissos, presta serviços, constitui sua própria família, forma a sua gens, perpetua-se na extensão dos seus descendentes, deixa sua memória escrita no escaninho da história humana.”. (OLIVEIRA, E., 2003, p. 1).

#### 3.1 HISTÓRICO

Segundo os ensinamentos de Rubens Limongi França (1964, p. 23), o nome surge a partir da necessidade do ser humano se individualizar, sendo inicialmente único como entre os hebreus (Abraão, Isaac, Jacó), e posteriormente acrescentado um segundo nome, relacionado à família, ao local onde o indivíduo era natural ou residia, à profissão, ou a títulos recebidos.

Nas sociedades rudimentares, um único nome era suficiente para distinguir o indivíduo no local. À medida que a civilização torna-se mais burilada e aumenta o número de indivíduos, passa a existir necessidade de

complementar o nome individual com algum restritivo que melhor identifique as pessoas. (VENOSA, 2004, p. 121).

Na Grécia, devido ao crescimento populacional, os membros de famílias antigas e regularmente constituídas utilizavam três nomes. O primeiro era próprio, o segundo o nome do pai e o terceiro identificava a gens. Semelhantemente ao gregos, os romanos inicialmente possuíam dois nomes. O primeiro era o prenome, do qual havia cerca de trinta apenas, e o segundo era o nome gentílico, terminado em ius. Posteriormente, foi acrescentado o cognome, servindo de distinção entre as diversas famílias de uma mesma gens. (FRANÇA, 1964, p. 24, 25).

Os escravos recebiam um nome individual, o qual era costumeiramente acrescido ao prenome do proprietário, enquanto a plebe possuía nomes simples ou duplos. (FRANÇA, 1964, p. 25). As mulheres raramente possuíam prenome, sendo identificadas pelo nome gentílico, seguido do nome do pai ou do marido. (SAAD, 1986, p. 55).

Ingleses e romenos, comumente, utilizavam as partículas indicativas de filiação son (Stevenson) e escu (Popescu), respectivamente. Os homens russos complementavam seus nomes com a partícula vicz, e as mulheres com ovna. Entre os árabes, ainda persiste o costume de complementar o nome do filho com o do genitor. (MONTEIRO, 2005, p. 108).

Para os germanos, conforme aduz Pontes de Miranda (1999, p. 301), a escolha do nome dependia do que os pais almejavam profissionalmente para o filho, ou de alguma característica que desejavam que ele tivesse, repetindo-se muitas vezes o nome do pai ou do avô.

Com a invasão dos bárbaros, na Idade Média, retornou-se ao costume do nome único. Passou-se a dar nome de santo às crianças por influência da Igreja, substituindo-se os nomes bárbaros pelos nomes do calendário cristão. Com o aumento da população, começou a surgir confusão entre muitas pessoas com o mesmo nome e de diversas famílias. Vem daí, por necessidade, um sobrenome, como hoje o conhecemos vulgarmente, tirado de um acidente geográfico ligado ao nascimento (do Porto); de uma profissão (Ferreiro); de um sinal pessoal (Branco, Manco, Baixo); de uma planta (Pereira); de um animal (Coelho); ou então se recorria ao genitivo para designar a origem, como Afonso Henriques (filho de Henrique); Smithson (filho de Smith) etc. (VENOSA, 2004, p. 122).

Com a expansão do cristianismo, o prenome, em regra único nome adotado e influenciado pelo nome dos santos, ganha status. (FRANÇA, 1964, p. 33). Nos

séculos VIII e IX, o nome duplo surge entre as pessoas de alta condição, tornando-se geral no século XIII. (VENOSA, 2004, p. 122).

Na baixa idade média, o segundo elemento identificador, baseado em características pessoais de um dos membros do clã, começou a se assemelhar com o nome de família. “Apenas na idade moderna é que se fixou o costume de utilizar o nome composto de prenome e nome de família, muito embora despido ainda do caráter de obrigação legal.”. (BRANDELLI, 2012, p. 26).

Com o passar do tempo e a organização da sociedade, os nomes completos (prenome, nome de família ou sobrenome) tornaram-se hereditários, ganhando força jurídica, atingindo o atual estágio do sistema moderno, com nome próprio (prenome) acrescido do da família ou hereditário. (AMORIM, 2010, p. 16).

Com a Revolução Francesa, no final do século XVIII, o nome passou a ter relevância jurídica, sendo o Código Civil alemão de 1900, o que primeiro reconheceu a este instituto o caráter de direito subjetivo. A partir de então o Estado passa a disciplinar a composição e a manutenção do nome. (BRANDELLI, 2012, p. 26).

### 3.2 NATUREZA JURÍDICA

Durante muito tempo a doutrina divergiu sobre a natureza jurídica do nome civil. Savigny e Ihering defendiam que o nome não merecia proteção jurídica, uma vez que não possuía características de direito. (AMORIM, 2010, p. 17, 18). Para esta teoria, conhecida como negativista, não existia um direito ao nome, mas sim a possibilidade jurídica de proteger um interesse correlacionado ao mesmo. (BRANDELLI, 2012, p. 39).

Importante observar que Clóvis Beviláqua, autor do projeto do Código Civil de 1916, filiava-se a esta teoria, defendendo a tese de que o nome não consistia num direito, mas, sim, em uma forma de designar a pessoa, razão pela qual alguns doutrinadores atribuem a ele a ausência de um tratamento sistemático e adequado sobre o nome no referido diploma legal. (BRANDELLI, 2012, p. 39).

O sentimento individualista do século XIX influenciou diretamente o direito privado, o qual se firmou sobre os pilares da propriedade e do contrato. Diante disso,

era comum o reducionismo de todos os anseios a estes dois institutos. (BRANDELLI, 2012, p. 39). Nesse diapasão, o nome integraria os direitos de propriedade, “reclamando-se a bondade desta concepção da circunstância de o nome ser oponível erga omnes, ninguém podendo, nem mesmo o Estado, privar qualquer pessoa do nome que legalmente tomou ou herdou”. (CARVALHO, 1972, p. 31).

Os que defendiam a referida teoria justificavam-na com a tese de que “a pessoa adquire o nome e dispõe dele com exclusão dos demais”, havendo, desta forma, o direito do “proprietário” usar e fruir de maneira absoluta sobre o seu nome, excluindo as demais pessoas.”. (BRANDELLI, 2012, p. 39).

Em seu estudo sobre o nome civil das pessoas naturais, França (1964, p. 71, 77) subdividiu a teoria do nome como direito de propriedade em: teoria radical, na qual o nome é uma propriedade e cada homem é proprietário do seu nome; teoria da propriedade *sui generis*, o nome é uma propriedade *sui generis*, posto que possui normas especiais - a referida teoria foi criticada por ser vaga, uma vez que a expressão *sui generis* não possui definição jurídica própria; e teoria da propriedade imaterial - o nome como propriedade imaterial, bastante semelhante a teoria radical.

Para Venosa (2004, p. 122), esta teoria é insustentável, posto que o nome se situa fora do patrimônio humano, “visto exclusivamente o termo do ponto de vista econômico”, sendo ainda inalienável e imprescritível. Outrossim, Brandelli (2012, p. 39) critica a referida teoria, alegando a incompatibilidade do direito de propriedade com o nome civil como a impossibilidade de onerá-lo ou aliená-lo.

A teoria da polícia civil identifica o nome como uma obrigação e não como um direito, considerando da mesma forma a transmissão do patronímico uma obrigação que visa à publicidade da filiação. A referida teoria baseia-se no fato de que “a lei não faculta às pessoas a possibilidade de ter ou não um nome, mas impõe a obrigatoriedade deste signo de identificação”. (BRANDELLI, 2012, p. 42). Esta teoria é duramente criticada, uma vez que os nomes são anteriores ao Estado, tendo surgido por uma necessidade social e não por imposição daquele.

A maioria dos doutrinadores brasileiros, em conformidade com o Código Civil de 2002, inclui o nome no rol dos direitos da personalidade. Nas palavras de Venosa (2004, p.123), “o nome é um atributo da personalidade, é um direito que visa proteger a própria identidade da pessoa, com o atributo da não patrimonialidade.”.



É direito ínsito à essência humana o direito primeiro de, uma vez nascido, distinguir-se dos demais, como ser único que é. A identificação e, mais do que ela, a individualização são direitos que, num ordenamento jurídico democrático, nascem com o ser humano, por concessão do ordenamento, integrando o seu conjunto de atributos essenciais, integrando, pois, a sua personalidade. (BRANDELLI, 2012, p. 54).

Para Brandelli (2012, p. 55), o direito ao nome é um direito subjetivo posto que há um vínculo que estabelece uma relação, tutelada pelo ordenamento jurídico, entre um sujeito de direito (titular do direito ao nome) e um objeto concernente em um bem da vida (nome). Há de se observar, no entanto, que o direito ao nome possui características especiais que o tornam um direito subjetivo complexo, ou melhor, uma situação jurídica complexa, porque não contém em si apenas direitos e agrupa um aspecto privado e outro público. (BRANDELLI, 2012, p. 57).

Direito ao nome apresenta, de modo particular, um duplo aspecto – público e privado -, porquanto se, de um lado, a sociedade tem interesse em marcar com um sinal de matrícula os diversos indivíduos, do outro, cada um desses indivíduos possui um interesse subjetivo em se identificar e não ser confundido com outrem. (FRANÇA, 1964, p. 149).

Do ponto de vista privado, tem-se o direito ao nome do ângulo do indivíduo, sendo “nesse sentido direito da personalidade, direito subjetivo do ser humano, que lhe confere individualização, torna-o um ser único e diferenciado dos demais, dentro do seio social.” (BRANDELLI, 2012, p. 57). Já sob o aspecto publicístico, o foco é o interesse social em distinguir seus membros, “daí nascer a obrigatoriedade do nome, que se torna imperativa para o exercício da personalidade.” (BRANDELLI, 2012, p. 57, 58).

### 3.3 COMPOSIÇÃO

Grande parte da doutrina civilista classifica os elementos formadores do nome civil em fundamentais ou essenciais e circunstanciais ou contingentes. Elementos fundamentais são aqueles que devem integrar o nome obrigatoriamente (prenome e sobrenome), cuja ausência implica na inexistência jurídica do nome civil da pessoa natural. (BRANDELLI, 2003, p. 93).

O prenome “corresponde ao antigo nome de batismo, e que, entre nós, vem em primeiro lugar na enunciação do nome completo”. (FRANÇA, 1964, p. 57). É o nome próprio de cada pessoa e serve para distinguir membros da mesma família, podendo ser simples, quando formado por apenas um nome, ou composto, quando formado por dois ou mais nomes. (GONÇALVES, 2013, p. 138).

Sobrenome, patronímico, cognome, apelido de família é o sinal característico que insere o indivíduo em determinada família, externando socialmente esta inserção. É, portanto, o elemento do nome civil que expõe, no seio social, a origem familiar da pessoa, indicando para a coletividade a que família pertence o titular do nome. Podendo ser simples, quando formado por apenas um nome de família ou composto quando formado por dois ou mais, possui transmissão hereditária. (BRANDELLI, 2012, p. 94, 95).

Importante observar que alguns doutrinadores, discordando do significado adotado para expressão sobrenome no Código Civil de 2002, a utilizam para designar os nomes individuais posteriores ao primeiro nos casos de prenome composto, ou seja, no nome Maria Luiza Andrade, Maria seria o prenome, Luíza o sobrenome e Andrade o nome de família.

Em face da lei vigente, sendo imutáveis tanto o prenome como o apelido de família, e, por outro lado, permitindo ela que, em certas circunstâncias, se mude o nome, é por vezes necessário chamarem-se sobrenome os elementos do nome individual subsequentes ao primeiro prenome, sem o que a *mutatio nominis* se torna inviável. (FRANÇA, 1964, p. 58).

Reitera-se que este não é o entendimento da legislação pátria em vigor, a qual equipara sobrenome ao nome de família.

Elementos secundários, circunstanciais ou contingentes são aqueles que embora integrem o nome, sua ausência não implica na inexistência deste. “Desse modo, ainda que ausentes os elementos secundários, o nome subsiste intacto, perante o direito e perante o vulgo, como designação personativa.”. (BRANDELLI, 2012, p. 96).

Brandelli (2012, p. 96) apresenta axiônimo, títulos e qualificativos eclesiásticos, qualificativos de dignidade oficial, títulos acadêmicos e científicos, agnome e partícula como os principais elementos secundários que compõem o nome civil no Brasil. A estes, Amorim (2010, p. 25) acrescenta o hipocorístico.

Axiônimo é o gênero, do qual títulos nobiliárquicos e títulos honoríficos são espécie. Embora bastante semelhantes, diferenciam-se pela forma de aquisição, uma vez que os primeiros são hereditários, enquanto os últimos são pessoais, não havendo transmissão causa mortis. (BRANDELLI, 2012, p. 96).

Há de se observar que, pelo princípio da igualdade, os títulos nobiliárquicos foram extintos no Brasil, permanecendo em diversos países ocidentais, razão pela qual ainda podem ser objeto de proteção jurídica, por força do art. 7º da Lei de introdução às normas do Direito Brasileiro, o qual dispõe que “a lei do país em que domiciliada a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.”. (BRASIL, 1942).

Assim, se uma pessoa, domiciliada em país estrangeiro, for titular de título nobiliárquico, conforme as leis daquele país, e vier ao Brasil, gozará de proteção jurídica ao seu título, como elemento secundário do nome, sem contudo, haver proteção a eventuais prerrogativas que seu país atribua a tais títulos, em face da igualdade constitucional que permeia as pessoas no Brasil. (BRANDELLI, 2012, p. 96)

Nesse diapasão, embora não possuam eficácia jurídica, os títulos nobiliárquicos eventualmente existentes e transmitidos na linha sucessória, ou adquiridos em país estrangeiro, podem ser usados como elemento de identificação do portador, mas não de exclusão, ou de obtenção de vantagens. (BRANDELLI, 2012, p. 96). França (1964, p. 540), destaca seis títulos nobiliárquicos, quais sejam: príncipe, duque, marquês, conde, visconde e barão.

Utilizados para honrar o titular devido a um mérito pessoal, os títulos honoríficos instituídos na República, gozam de validade e proteção jurídica no Brasil. Importante ressaltar, no entanto, que devido ao desuso, “deve haver uma análise casuística para saber se houve um jungimento dele ao nome como elemento secundário, caso em que gozará da mesma proteção destinada pelo ordenamento ao nome.”. (BRANDELLI, 20102, p. 99).

Os títulos e qualificativos eclesiásticos decorrem da posição ocupada pela pessoa em um determinado seguimento religioso (padre, monsenhor). Já os qualificativos de dignidade oficial visam identificar os membros integrantes de algum dos Poderes do Estado (senador, ministro, etc). Outrossim, os títulos acadêmicos e científicos tem função de reconhecer as qualidades acadêmicas e científicas da pessoa titular do nome (professor, doutor). (BRANDELLI, 2012, p. 99).

Agnome é o elemento secundário (filho, neto, sobrinho, bisneto, segundo, terceiro, etc) utilizado para diferenciar dois ou mais membros de uma família ou ainda estabelecer o grau de parentesco entre eles que possuam o mesmo prenome e sobrenome, sendo acrescentado por último ao nome completo. É comumente usado como forma de perpetuar o nome de um indivíduo. (AMORIM, 2010, p. 23).

Hipocorístico é o diminutivo do nome, denotando intimidade. “Sua constituição pode decorrer da mutilação do nome original, mantendo-se as sílabas tônicas (Zé, de José); ou as sílabas átonas (Filó, de Filomena); ou as sílabas preponderantes (Tião, de Sebastião)”. Ocorre também com frequência o acréscimo dos sufixos “inho” ou “inha” ou a duplicação silábica (Zezé, Lulu, Teté). (AMORIM, 2010, p. 25).

A partícula, em regra, é elemento que sobeja, podendo o descendente adotá-la mesmo quando não presente no nome de família dos seus genitores ou não a utilizar ainda que seus genitores utilizem-na. Brandelli (2012, p. 101) defende, contudo, que alguns nomes de família trazem arraigadas as partículas de forma que essas passam a integrar o nome com caráter essencial e não mais circunstancial.

Alguns doutrinadores distinguem uma terceira classe de elementos, os quais não integrariam o nome formalmente, mas sim o substituiria em determinadas situações como o epíteto, nome vocatório e pseudônimo.

Vocábulo utilizado ligado ao nome ou em substituição a este, o epíteto, também conhecido como alcunha ou apelido, pode ser pejorativo, indicativo de profissão, afetivo, diminutivo de nome, etc, recebendo proteção jurídica quando suficiente para identificar a pessoa. (BRANDELLI, 2012, p. 101).

O epíteto, alcunha ou apelido pode ser pejorativo, afetivo, indicativo de profissão etc. incluímos na sua acepção os diminutivos de nomes próprios e as suas corruptelas, usados comumente no trato familiar e íntimo, embora por vezes possam vir a extravasar-se na vida pública do titular. É o caso do Sr. Vice-Presidente da República, Dr. João Goulart, que não há quem não conheça como “Jango”, do mesmo modo que o Sr. Presidente dos Estados Unidos, Eisenhower, universalmente conhecido como “Ike”. Ferreirinha, Juca, Chiquinho seriam outros exemplos comuns, largamente consagrados através das nossas tradições. (FRANÇA, 1964, p. 501).

Nome vocatório é “a abreviação do nome pela qual a pessoa é conhecida.”. (GONÇALVES, 2013, p. 138). A pessoa que comumente utiliza seu nome de maneira simplificada, sendo identificada socialmente por esta, adquire direito a utilização,

podendo obstar que esta simplificação seja ela utilizada por outra pessoa, em detrimento de sua identificação e de sua personalidade. (BRANDELLI, 2012, p. 102).

Outro substitutivo bastante conhecido é o pseudônimo, utilizado para designar o indivíduo em um determinado ramo, funciona como “identificação personativa em âmbito limitado.”. (BRANDELLI, 2012, p. 102). Conforme leciona Amorim (2010, p. 26), a fim de disfarçar sua personalidade, uma pessoa escolhe, dentro dos limites da ordem pública e dos bons costumes, um nome convencional e fictício, diverso do nome civil para representá-lo no exercício de certa atividade.

Quanto à técnica de composição, Brandelli (2012, p. 103) aduz que o pseudônimo pode ser constituído por um nome absolutamente diferente do nome civil; por um anagrama, ou seja, uma combinação das letras do próprio nome; ou por um criptônimo, que seria a junção das primeiras letras do nome do próprio titular ou de outrem.

Importante ressaltar a dupla função deste substitutivo do nome civil, uma vez que se por um lado oculta alguns aspectos da personalidade do titular, por outro funciona como sinal distintivo pessoal do mesmo. Nesse sentido, recebe proteção jurídica por força do art. 19 do Código Civil, “o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome”. (BRASIL, 2002).

Amorim (2010, p. 26) diferencia ainda pseudônimos de heterônimos, designando estes como “nomes imaginários criados normalmente por escritores e articulistas, apostos em suas obras e artigos, de modo a deixar caracterizadas tendências literárias ou até ideológicas próprias, porém diversas da do criador.”.

### 3.4 EVOLUÇÃO LEGISLATIVA NO BRASIL

No Brasil, o Decreto 5.604 de 25 de abril de 1874 regulamentou o art. 2º da Lei 1.829 de 9 de setembro de 1870 na parte que estabelecia o registro civil dos nascimentos, casamentos e óbitos. (BRASIL, 1874).

**Art. 51.** O assento do nascimento deverá conter:

1º O dia, mez, anno e lugar do nascimento, e a hora certa ou approximada, sendo possível determiná-la;

2º O sexo do recém-nascido;

- 3º O facto de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido;
- 4º A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto;
- 5º A declaração de ser filho de mulher livre ou escrava, e sendo de escrava, o nome do senhor desta;
- 6º O nome, no caso de já ser baptizado;
- 7º A declaração de que nasceu morto, ou morreu no acto ou logo depois do parto;
- 8º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;
- 9º Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia onde casaram e o domicilio ou residencia actual;
- 10º Os nomes, sobrenomes e appellidos de seus avós paternos e maternos;
- 11º Os nomes, sobrenomes, appellidos, domicilio ou residencia actual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas pelo menos, assim como a profissão destas e daquelle, se o recém-nascido já for baptizado. (Modelo nº 2.) (BRASIL, 1874).

Em 1888, a supracitada legislação foi substituída pelo Decreto 9.886, o qual excluiu a declaração de ser filho de mulher livre ou escrava do registro de nascimento e dispunha em seu art. 58, 5º, que “o assento de nascimento deverá conter: o nome e o sobrenome que forem ou houverem de ser postos à criança”. Ademais, cessou os efeitos civis dos registros eclesiásticos, surgindo agora o Registro Civil, que antes então existia simplesmente como Registro. (BRASIL, 1888a).

- Art. 58. O assento do nascimento deverá conter:
- 1º O dia, mez, anno e logar no nascimento, e a hora certa ou approximada, sendo possível determiná-la;
  - 2º O sexo do recém-nascido;
  - 3º O facto de ser gêmeo, quando assim tenha acontecido;
  - 4º A declaração de ser legítimo, ilegítimo ou exposto;
  - 5º O nome e sobrenomes que forem ou houverem de ser postos à criança;
  - 6º A declaração de que nasceu morta, ou morreu no acto ou logo depois do parto;
  - 7º A ordem de filiação de outros irmãos do mesmo nome, que existam ou tenham existido;
  - 8º Os nomes, sobrenomes e appellidos dos pais; a naturalidade, condição e profissão destes; a parochia ou logar onde casaram e o domicilio ou residencia actual;
  - 9º Os nomes, sobrenomes e appellidos de seus avós paternos e maternos;
  - 10º Os nomes sobrenomes, appellidos, domicilio ou residencia actual do padrinho, da madrinha e de duas testemunhas, pelo menos, assim como a profissão destas, e a daquelle, si o recém-nascido já fôr baptizado. (Modelo nº 2.). (BRASIL, 1888a).

O Decreto 10.044 de 1888 fixou o dia em que começou a ter execução, em todo o Império, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e óbitos, qual seja, 1 de janeiro de 1889. (BRASIL, 1888b). O Decreto 2.887 de 1914 permitiu, sem multa e dentro de um ano, o registro dos nascidos no Brasil de 1 de

janeiro de 1890 até 25 de novembro de 1914 com simples requerimento. (BRASIL, 1914).

Artigo unico. A pessoa nascida no Brazil de 1 de janeiro de 1890 até a data desta lei da qual não se tenha feito o registro de nascimento poderá fazel-o, sem multa, dentro de um anno, requerendo, por si, ou por seus representantes legaes ou pelos interessados, de accôrdo com a legislação vigente, e levando as devidas declarações ao official do registro do logar do nascimento ou do domicilio do requerente, que os inscreverá nos livros, em andamento, com as devidas anotações; revogadas as disposições em contrario. (BRASIL, 1914).

Em 1915, o Decreto 3.024 prorrogou até 25 de novembro de 1917, o prazo estabelecido no Decreto 2.887, admitindo, então o registro sem multa dos nascimentos ocorridos no Brasil de 1 de janeiro de 1889 a 25 de novembro de 1914. (BRASIL, 1915).

Art. 1º Fica prorogado até 25 de novembro de 1917, o prazo de um anno, estabelecido no decreto n. 2.887, de 25 de novembro de 1914, sendo admittidos a registro sem multa os nascimentos occorridos no Brazil de 1 de janeiro de 1889 a 25 de novembro de 1914, e a respeito dos quaes não tenha sido observada essa formalidade. (BRASIL, 1915).

O Código Civil de 1916 praticamente não regulamentou o nome civil, trazendo a expressão “nome” ora no sentido de nome completo, ora como apelido ora como nome de família. (FRANÇA, 1964, p. 48).

O Decreto 3.764 permitiu o registro, sem multa, até 31 de dezembro de 1922, dos nascimentos ocorridos no Brasil de 1 de janeiro de 1889 até 10 de setembro de 1919 e regulamentou o registro de nascimento mediante despachos do juiz togado e assinatura de duas testemunhas. (BRASIL, 1919).<sup>8</sup>

Em 24 de dezembro de 1928, o Decreto 18.542 aprovou o regulamento para execução dos serviços concernentes nos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. (BRASIL, 1928). No referido diploma legal havia “um tratamento uniforme dos termos ‘nome’, ‘prenome’ e ‘sobrenome’ que serviam para identificar o nome de família e o individual,” sendo utilizada “a expressão ‘nome completo’ para distinguir determinada pessoa.”. (ROWEDER, 2012, p.197).

O art. 69 da supracitada legislação determinava que quando o declarante não indicasse o nome completo, o oficial lançaria, após o prenome escolhido, o nome do

---

<sup>8</sup> O Decreto 5.053 de 06 de novembro de 1926 aprovou os serviços de Registros Públicos no Brasil.

pai e, na falta, o da mãe, se fossem conhecidos e isso não o impedisse a condição de ilegitimidade, salvo reconhecimento no ato. (BRASIL, 1928).

Ademais, o Decreto 18.542 versava sobre a possibilidade de alteração do nome no primeiro ano após a maioridade civil e sobre a imutabilidade do prenome. Estabelecia ainda em seu art. 73 que sendo o filho ilegítimo, não seria declarado o nome do pai, sem que este expressamente o autorizasse e comparecesse, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assinar ou, não sabendo ou não podendo, mandar assinar o seu rogo o respectivo assento, com duas testemunhas. (BRASIL, 1928).

Art. 70. O interessado, no primeiro anno após ter attingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, por averbação com as mesmas formalidades e testemunhas, fazendo-se publicação pela imprensa.

Art. 71. Qualquer mudança posterior do nome, só por excepção e motivadamente, será permittida por despacho do juiz togado e audiencia do Ministerio Publico, archivando-se o mandado competente e fazendo-se publicação pela imprensa.

Art. 72. O prenome será immutavel.

Art. 73. Sendo o filho illegitimo, não será declarado o nome do pae, sem que este expressamente o autorize e compareça, por si ou por procurador especial, para, reconhecendo-o, assignar ou, não sabendo ou não podendo, mandar assignar o seu rogo o respectivo assento, com duas testemunhas. (Dec. n. 9.886 cit., art. 61.). (BRASIL, 1928).

Com o advento do Decreto 19.425, ampliou-se para quatro meses o prazo dos registros de nascimentos ocorridos em lugares distantes mais de 30 quilômetros da sede dos cartórios e que não possuíam comunicação ferroviária. Os registros deveriam ser realizados sem multa e independente de justificação judicial. (BRASIL, 1930).

O Decreto 19.710 obrigou ao registo, sem multa e independentemente de justificação, até 31 de dezembro de 1932, os nascimentos ocorridos no território nacional, de 1 de janeiro de 1889 até 18 de fevereiro de 1931, estabelecendo uma multa aos responsáveis pela ausência do registro. (BRASIL, 1931).

Art. 1º As pessoas nascidas no território nacional, depois de 1 de janeiro de 1889, inclusive; e de cujo nascimento não exista registo civil ou seja ignorado o local em que teria sido feito, terão de suprir essa falta até o dia 31 de dezembro de 1932, sob pena de incorrerem os responsaveis por ella nas comminações adeante estabelecidas. [...]

Art. 7º Depois de 31 de dezembro de 1932, as autoridades judiciais ou administrativas da União, que verificarem, no exercício de suas funções, a inexistência do registro de nascimento de qualquer pessoa nascida no



território nacional, de 1 de janeiro de 1889 em diante, farão imediata comunicação desse facto no juízo competente, para a imposição da multa de 20\$0 a 100\$0 ao responsável pela falta. (BRASIL, 1931).

Por força do Decreto-lei 1.116 de 24 de fevereiro de 1939, os nascimentos ocorridos no país desde 1º de janeiro de 1879 e não registados no tempo próprio puderam ser levados a registo até 31 de dezembro de 1939, mediante petição e despacho para os maiores de doze anos ou declaração para os menores. (BRASIL, 1939a).

Em novembro de 1939, foi promulgado o Decreto 4.857, o qual dispunha sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil de 1916. Das alterações trazidas pelo referido diploma, faz-se necessário destacar a inclusão do parágrafo único ao art. 69 (idêntico ao do Decreto 18.542), determinando que os oficiais do registro civil não deveriam registrar prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. (BRASIL, 1939b).

Parágrafo único. Os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os seus portadores. Quando os pais não se conformarem com a recusa do oficial, este submeterá o caso independentemente da cobrança de quaisquer selos, custas ou emolumentos, à decisão do juiz a quem esteja subordinado. (BRASIL, 1939b).

Além disso, o Decreto 4.857 mitigou a imutabilidade do prenome ao permitir a retificação nos casos em que o erro gráfico fosse evidente, desde que não se alterasse a pronúncia. (BRASIL, 1939b).

O Decreto-Lei 1.929 de 29 de dezembro de 1939 prorrogou a vigência do Decreto-lei nº 1.116, de 24 de fevereiro de 1939, tendo por consequência que os nascimentos ocorridos no país desde 1º de janeiro de 1879 e não registados no tempo próprio puderam ser levados a registo até 31 de dezembro de 1940, mediante petição e despacho para os maiores de doze anos ou declaração para os menores. (BRASIL, 1939c).

A Lei 6.015 de 1973 revogou o Decreto 4.857 de 1939 e, embora tenha sido atualizada por outras legislações, permanece como o principal diploma legal que versa sobre os registros públicos no Brasil. Uma das principais alterações trazidas pelo referido regramento foi o alargamento da mitigação da imutabilidade do prenome,

posto que não se faz mais necessário que a pronúncia permaneça a mesma após a alteração. (BRASIL, 1973).

Art. 59. O prenome será imutável.  
Parágrafo único. Quando, entretanto, for evidente o erro gráfico do prenome, admite-se a retificação, bem como a sua mudança mediante sentença do Juiz, a requerimento do interessado, no caso do parágrafo único do artigo 56, se o oficial não o houver impugnado. (BRASIL, 1973).

A Lei 6.216 de 30 de junho de 1975 atualizou a Lei 6.015 de 1973, dando nova redação a diversos artigos, suprimindo outros e, conseqüentemente, renumerando o diploma anterior. Dentre as principais alterações trazidas pelo diploma de 1975 estão os cinco parágrafos acrescentados ao antigo art. 58 renumerado para 57 após a vigência da supracitada norma. (BRASIL, 1975).

Nesse diapasão, o § 2º do art. 57, incluído pela Lei 6.216 de 1975, dispõe que, excepcionalmente, havendo motivo ponderável e desde que haja impedimento legal para o casamento, decorrente do estado civil de qualquer das partes ou de ambas, a mulher solteira, desquitada ou viúva, que viva com homem solteiro, desquitado ou viúvo, poderá requerer ao juiz competente que, no registro de nascimento, seja averbado o patronímico de seu companheiro, sem prejuízo dos apelidos próprios, de família. (BRASIL, 1975).

Outrossim, o § 3º complementa que “o juiz competente somente processará o pedido, se tiver expressa concordância do companheiro, e se da vida em comum houverem decorrido, no mínimo, 5 (cinco) anos ou existirem filhos da união”. (BRASIL, 1975). Há de se observar que, quando desquitado o companheiro, o pedido de averbação só terá curso se a ex-esposa houver sido condenada ou tiver renunciado ao uso dos apelidos do marido, ainda que dele receba pensão alimentícia. (BRASIL, 1975).

Conforme o disposto nos parágrafos 5º e 6º, o aditamento regulado na lei de registros públicos será cancelado a requerimento de uma das partes, ouvida a outra e, tanto aquele como este serão processados em segredo de justiça. (BRASIL, 1975).

Em 18 de novembro de 1998 foi promulgada a Lei 9.708, a qual alterou o art. 58 da Lei 6.015 de 1973, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios, não admitindo, no entanto, apelidos proibidos em lei. (BRASIL, 1998).

Já a Lei 9.807 de 13 de julho de 1999, ao estabelecer normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, instituir o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispor sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal, acresce o § 7º ao art. 57, bem como altera a redação do parágrafo único do art. 58, ambos da Lei 6.015 de 1973.

Art. 16. O art. 57 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, fica acrescido do seguinte § 7º:

"§ 7º Quando a alteração de nome for concedida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente de colaboração com a apuração de crime, o juiz competente determinará que haja a averbação no registro de origem de menção da existência de sentença concessiva da alteração, sem a averbação do nome alterado, que somente poderá ser procedida mediante determinação posterior, que levará em consideração a cessação da coação ou ameaça que deu causa à alteração."

Art. 17. O parágrafo único do art. 58 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, com a redação dada pela Lei nº 9.708, de 18 de novembro de 1998, passa a ter a seguinte redação:

"Parágrafo único. A substituição do prenome será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público." (NR). (BRASIL, 1999).

Diante disso, amplia-se a mitigação da imutabilidade do prenome, uma vez que sua substituição será ainda admitida em razão de fundada coação ou ameaça decorrente da colaboração com a apuração de crime, por determinação, em sentença, de juiz competente, ouvido o Ministério Público. (BRASIL, 1999).

O Código Civil de 2002, Lei 10.406, versou sobre o nome civil, incluindo-o como um dos direitos da personalidade, afirmando em seu art. 16 que "toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome". Ademais, garantiu, no art. 17, que "o nome da pessoa não pode ser empregado por outrem em publicações ou representações que a exponham ao desprezo público, ainda quando não haja intenção difamatória.". Restou estabelecido ainda que "sem autorização, não se pode usar o nome alheio em propaganda comercial" e que "o pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome". (BRASIL, 2002).

Outrossim, ao tratar sobre o casamento, estabeleceu que qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro e que, dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome

de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial. (BRASIL, 2002).

A Lei 11.924 de 2009 modificou o art. 57 da lei 6.015 de 1973, ao incluir o § 8ª, para autorizar o enteado ou a enteada, havendo motivo ponderável, a adotar o nome da família do padrasto ou da madrastra, desde que haja expressa concordância destes, sem prejuízo dos apelidos de família. (BRASIL, 2009a).

Com o objetivo de permitir, em caso de erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção, a retificação extrajudicial de registro de assentamento civil, a Lei 12.100 de 2009 foi promulgada para dar nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da Lei 6.015 de 1973.

Art. 2º Os arts. 40, 57 e 110 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 40. Fora da retificação feita no ato, qualquer outra só poderá ser efetuada nos termos dos arts. 109 a 112 desta Lei. (NR)

Art. 57. A alteração posterior de nome, somente por exceção e motivadamente, após audiência do Ministério Público, será permitida por sentença do juiz a que estiver sujeito o registro, arquivando-se o mandado e publicando-se a alteração pela imprensa, ressalvada a hipótese do art. 110 desta Lei. (NR)

Art. 110. Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público.

§ 1º Recebido o requerimento instruído com os documentos que comprovem o erro, o oficial submetê-lo-á ao órgão do Ministério Público que o despachará em 5 (cinco) dias.

§ 2º Quando a prova depender de dados existentes no próprio cartório, poderá o oficial certificá-lo nos autos.

§ 3º Entendendo o órgão do Ministério Público que o pedido exige maior indagação, requererá ao juiz a distribuição dos autos a um dos cartórios da circunscrição, caso em que se processará a retificação, com assistência de advogado, observado o rito sumaríssimo.

§ 4º Deferido o pedido, o oficial averbará a retificação à margem do registro, mencionando o número do protocolo e a data da sentença e seu trânsito em julgado, quando for o caso. (NR). (BRASIL, 2009c)

Visando permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho, a Lei 13.112 de 2015 alterou os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei 6.015 de 1973. Diante disso, são obrigados a fazer declaração de nascimento: o pai ou a mãe, isoladamente ou em conjunto e, no caso de falta ou de impedimento de um destes, outro indicado, que terá o prazo para declaração prorrogado por quarenta e cinco dias. (BRASIL, 2015).

### 3.5 NOME COMO INTEGRANTE (COMPONENTE) DA DIGNIDADE

A concepção patrimonialista, fruto do individualismo burguês, a qual tinha por pilares o contrato e a propriedade, dominante no século XIX, demonstrou-se insuficiente para a contemporaneidade, razão pela qual foi paulatinamente substituída pela concepção personalista, a qual elevou o ser humano ao topo do ordenamento civilista. Neste diapasão, “assumiram os direitos da personalidade um novo papel, de muito maior relevância, qual seja, o de tutelar a pessoa em seus bens jurídicos primeiros, permitindo a amplitude e plenitude do seu desenvolvimento.”. (BRANDELLI, 2012, p. 47).

O ser humano deixa de ser mero sujeito de situações jurídicas; deixa de ser considerado pela possibilidade de ter direitos, para assumir uma posição central no direito, recebendo tutela pelo tão só fato de ser humano, de ser pessoa, e ter necessidades mínimas a serem supridas através de direitos mínimos protegidos pelo ordenamento jurídico. (BRANDELLI, 2012, p. 52).

Dessa forma, a proteção dos direitos da personalidade, intimamente ligados à tutela do ser humano, torna-se indispensável ao desenvolvimento da dignidade e integridade deste. Nas palavras de Venosa (2004, p. 83), “os direitos da personalidade são os que resguardam a dignidade humana.”.

A proteção constitucional desses valores se firma numa base principiológica, garantindo uma gama de direitos fundamentais, oponíveis tanto frente ao Estado quanto aos outros membros da sociedade. “Tais valores, outrora privados, agora elevados ao patamar constitucional, não apenas impõem o rumo axiológico a ser seguido pelo legislador, mas também reclamam uma releitura do Direito Civil.”. (BRANDELLI, 2012, p. 52).

Nesse processo de personalização e constitucionalização do Direito Civil, o princípio da dignidade humana destaca-se como valor central do ordenamento jurídico, tendo “o condão de proporcionar e assegurar o pleno desenvolvimento da personalidade humana”. (BRANDELLI, 2012, p. 52).

Segundo Luís Roberto Barroso (2010, p. 4), a ideia contemporânea de dignidade da pessoa humana tem origem no Cristianismo com a concepção de que o homem é imagem e semelhança de Deus. Toma contornos filosóficos, no Iluminismo com fundamento no antropocentrismo, na razão e na moral. Torna-se política no

século XX, devendo ser buscada pelo Estado e finalmente jurídica, após a Segunda Guerra Mundial com a sua inserção em diversos documentos internacionais como a Declaração Universal das Nações Unidas em 1948.

Em sua trajetória rumo ao Direito, a dignidade beneficiou-se do advento de uma cultura jurídica pós-positivista. A locução identifica a reaproximação entre o Direito e a ética, tornando o ordenamento jurídico permeável aos valores morais. Ao longo do tempo, consolidou-se a convicção de que nos *casos difíceis*, para os quais não há solução pré-pronta no direito posto, a construção da solução constitucionalmente adequada precisa recorrer a elementos extrajurídicos, como a filosofia moral e a filosofia política. E, dentre eles, avulta em importância a dignidade humana. Portanto, antes mesmo de ingressar no universo jurídico, positivada em textos normativos ou consagrada pela jurisprudência, a dignidade já desempenhava papel relevante, vista como valor pré e extrajurídico capaz de influenciar o processo interpretativo (BARROSO, 2010, p. 11).

No Brasil, após a Constituição de 1988, ganhou status de norteadora e delimitadora do ordenamento jurídico, mitigando direitos postos, tendo a finalidade de proteger o ser humano e possibilitar o desenvolvimento de sua personalidade. Embora não exista um conceito fechado, pode-se destacar o pensamento do civilista gaúcho Ingo Wolfgang Sarlet (2007, p. 62) que entende

[...] por dignidade da pessoa humana a qualidade intrínseca e distintiva de cada ser humano que o faz merecedor do mesmo respeito e consideração por parte do Estado e da comunidade, implicando, neste sentido, um complexo de direitos e deveres fundamentais que assegurem a pessoa tanto contra todo e qualquer ato de cunho degradante e desumano, como venham a lhe garantir as condições existenciais mínimas para uma vida saudável, além de propiciar e promover sua participação ativa e co-responsável [sic] nos destinos da própria existência e da vida em comunhão com os demais seres humanos.

Cabe ressaltar na definição de Sarlet, pontos muito importantes, como as ações negativas e positivas do Estado, ou seja, assegurar que a dignidade não seja violada e ao mesmo tempo propiciar, promover, que esta seja exercida e a completa aplicabilidade da dignidade da pessoa humana no Direito Privado, neste caso, no Direito de Família.

É exatamente à luz da dignidade da pessoa humana que este ramo do direito precisa ser normatizado, analisado e aplicado, uma vez que não há ambiente mais propício para o desenvolvimento do ser humano do que a família.

Ao longo dos séculos, o direito ao nome vem gradativamente sendo reconhecido, assim como sua importância, razão pela qual recebeu proteção no art.

18 da Convenção Americana de Direitos Humanos, Pacto de São José da Costa Rica, o qual dispõe que “toda pessoa tem direito a um prenome e aos nomes de seus pais ou ao de um destes. A lei deve regular a forma de assegurar a todos esses direito, mediante nomes fictícios, se for necessário.”. (BRASIL, 1992a).

Moraes (2000, p. 49) aponta o nome como um dos direitos mais essenciais da personalidade, uma vez que funciona como sinal designativo, permitindo a individualização da pessoa. Sobre o tema, Amorim (2010, p. 22) conclui que:

O nome, em verdade, é uma composição de prenome, acrescido do nome de família ou sobrenome ou patronímico, com as variações possíveis de simples ou compostos, com ou sem agnome, com ou sem partículas, ou seja, é um todo, e não somente o designativo da filiação ou estirpe, como quer fazer crer a Lei dos Registros Públicos. (AMORIM, 2010, p. 22).

Ante o exposto, o nome não deve ser uma junção fria e sistemática de palavras, muito menos um fardo ao seu portador, antes deve identificá-lo na sociedade e representá-lo como ser humano, razão pela qual as hipóteses de alteração e retificação do mesmo são cada vez mais recorrentes, sendo sua efetivação essencial para a concretização do princípio da dignidade humana.

### 3.6 HIPÓTESES DE ALTERAÇÃO E RETIFICAÇÃO DO NOME

Partindo-se do pensamento de Brandelli, (2012, p. 43) que “o direito somente existe em função da pessoa, e deve dar respostas aos seres humanos reais, com defeitos, virtudes, abundâncias e necessidades reais”, defende-se a mitigação da imutabilidade do nome civil nos casos em que este exponha o portador ao perigo, ao ridículo ou não represente a realidade psicossocial do mesmo.

Nas palavras de Brandelli (2012, p. 43), “abandona-se a abstração jurídica em relação ao ser humano, que era considerado tão somente um sujeito de direitos, para abarcar uma noção concreta de pessoa, tomada com um ser vivo, em toda sua amplitude, com seus anseios e necessidades.”.

A alteração ou a retificação do nome civil já são realidade no Brasil para casos específicos e restritos, sendo necessário, na maioria das vezes, enfrentar longos processos judiciais e diversas instâncias antes de lograr êxito.

Nesse diapasão, serão abordados os principais casos de alteração do nome civil, sempre visando destacar a importância deste na forma como o ser humano se vê e é visto na sociedade e, portanto, para a concretização do princípio da dignidade humana.

### 3.6.1 Não correspondência do assento com a declaração ou erro de grafia

Havendo comprovadamente divergência entre o nome declarado e o registrado no assento de nascimento, possível será a alteração do nome civil. (BRANDELLI, 2012, p. 160). Este também foi o entendimento do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul ao julgar a apelação cível 70044623213, na qual deferiu a retificação do registro, concedendo ao infante o direito de portar nome com a grafia originalmente escolhida pelos pais. (RIO GRANDE DO SUL, 2011c).

Semelhantemente, nos casos em que o oficial de registro civil, na transcrição do nome no assento de nascimento, comete um erro material, evidente, prontamente perceptível, a correção também é possível. (BRANDELLI, 2012, p. 160).

Entendemos, entretanto, que o erro gráfico é causa justificativa de retificação não apenas do prenome, como ainda do patronímico, porque independentemente do dispositivo acima, denota um erro do oficial na transmissão da vontade do declarante, circunstância que, como vimos, causa a anulabilidade do respectivo registro. (FRANÇA, 1964, p. 240).

Importante lembrar que a legislação anterior somente autorizava retificação que não houvesse alteração na pronúncia, mas tal regra não mais vigora no ordenamento pátrio. O procedimento para correção do nome civil nesses casos está disposto no art. 110 da Lei de Registros Públicos, Lei 6.015 de 1973.

Art. 110. Os erros que não exijam qualquer indagação para a constatação imediata de necessidade de sua correção poderão ser corrigidos de ofício pelo oficial de registro no próprio cartório onde se encontrar o assentamento, mediante petição assinada pelo interessado, representante legal ou procurador, independentemente de pagamento de selos e taxas, após manifestação conclusiva do Ministério Público. (BRASIL, 1973).



Ressalta-se que a simples correção de erro material tramita administrativamente, sendo necessária a via judicial apenas nos casos de impugnação ou necessidade de dilação probatória. (BRANDELLI, 2012, p. 162).

Segundo Brandelli (2012, p. 162), a referida hipótese tem sido utilizada para corrigir sobrenomes estrangeiros transmitidos dos imigrantes para os seus descendentes no Brasil, “cuja redação se deu de forma equivocada em algum momento”. Nesse sentido, em outubro de 2013, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul julgou a apelação cível 70055212799. (RIO GRANDE DO SUL, 2013b).

### 3.6.2 Retificação no primeiro ano após a maioridade civil

O art. 56 da Lei de registros públicos estabelece que “o interessado, no primeiro ano após ter atingido a maioridade civil, poderá, pessoalmente ou por procurador bastante, alterar o nome, desde que não prejudique os apelidos de família”. (BRASIL, 1973).

Para Brandelli (2012, p. 196), trata-se de possibilidade de alteração imotivada do nome, ou seja, hipótese na qual não há necessidade de apresentar motivação jurídica para que o pedido seja deferido. Defende ainda que sua aplicação deve respeitar a imutabilidade do prenome, concretizando-se com a adição de sobrenome ao que tenha direito, mas não incluído quando do registro do nascimento.

A retificação prevista no art. 56 da Lei 6015/73 não será processada “diretamente no Registro Civil de pessoas naturais, mas sim diante de órgão do Poder Judiciário que tem atribuição administrativa de fiscalização e correção sobre o órgão registral.”. (BRANDELLI, 2012, p. 198)

### 3.6.3 Prenome ridículo

O parágrafo único do art. 55 da Lei de Registros Públicos determina que “os oficiais do registro civil não registrarão prenomes suscetíveis de expor ao ridículo os

seus portadores.”. Segundo Amorim (2010, p. 67), “ridículo é aquele que expõe a pessoa ao escárnio, à zombaria, ao vexame, ao riso e ao sarcasmo, trazendo o constrangimento, a vergonha e, até mesmo, o isolamento.”. Há de se observar que o dever de recusa persiste não só quando o prenome é ridículo, mas também quando a própria combinação dos elementos do nome o é. (VENOSA, 2004, p. 125).

Embora o disposto na legislação em vigor, inúmeros são os exemplos citados pela doutrina e vislumbrados na jurisprudência pátria de nomes extravagantes. Sobre o tema, Gonçalves (2013, p. 139) apresenta uma lista extraída dos arquivos do antigo Instituto Nacional de Previdência Social: “Antonio Manso Pacífico de Oliveira Sossegado, Manuelina Terebentina Capitulina de Jesus do Amor Divino, Neide Navinda Navolta Pereira, Rolando Pela Escada Abaixo, Um Dois Três de Oliveira Quatro e outros.”.

Registrado o nome vexatório, resta a possibilidade de solicitar judicialmente a alteração do mesmo, uma vez que seria inaceitável “fazer com que determinada pessoa carregue o indesejado nome a vida toda, submetendo-se a constantes vexames, risadas e zombarias.”. (AMORIM, 2010, p. 68). Uma breve pesquisa jurisprudencial demonstra o grande número de ações requerendo a alteração do prenome no registro civil.

Embora a doutrina defenda que a potencialidade de exposição do portador ao ridículo é suficiente para a alteração do nome civil (BRANDELLI, 2012, p. 164), a maioria dos Tribunais exige demonstração da situação vexatória ou de constrangimento como na apelação cível 2460358603, na qual os desembargadores do Tribunal de Justiça do Espírito Santo consideraram que o apelante, Cornélio Oliveira Brito, não demonstrou fato constitutivo do direito alegado. (ESPÍRITO SANTO, 2008).

Outrossim, o Tribunal de Justiça da Paraíba, no processo 00001774720148150141, julgou improcedente, sob o argumento de que mero descontentamento com o prenome não autoriza a modificação pretendida no pedido da apelante, Francimar da Silva Oliveira, a qual havia requerido o acréscimo da letra “a” ao final do seu prenome, a fim de não houvesse dúvidas sobre o sexo do portador daquele nome civil. (PARAÍBA, 2015).

Em situação semelhante, o Tribunal de Justiça do Paraná julgou procedente a apelação cível 0369512-5, na qual o senhor Clareci Xavier solicitou alteração do

prenome para Alexsander Xavier, visto que o primeiro possuía conotação feminina, trazendo inúmeros transtornos ao apelante. Importante acrescentar que, no caso em comento, até o juiz de primeiro grau, que negou a mudança, tratou o requerente como pessoa do sexo feminino na sentença. (PARANÁ, 2007).

É notório o caráter subjetivo da questão, uma vez que algo que é constrangedor para uns pode ser natural para outros, razão pela qual apenas o indivíduo pode mensurar a alegria ou a humilhação que o seu próprio nome lhe causa.

#### 3.6.4 Apelido notório

A substituição do prenome por apelido público notório é admitida conforme o disposto no art. 58 da lei de registros públicos. Ressalta-se que para que ocorra a alteração é necessário que o apelido identifique o indivíduo na sociedade. Ademais, embora não haja previsão legal, Brandelli (2012, p. 184) defende que o apelido pode simplesmente ser acrescido ao nome, sendo, inclusive, menos traumático do que a hipótese prevista na legislação.

Ao julgar a apelação cível 9238133, o Tribunal de Justiça do Paraná permitiu a supressão do primeiro prenome da apelante a fim de que constasse no registro civil da mesma apenas o segundo nome pelo qual era conhecida no convívio social, considerando-o um apelido público notório. (PARANÁ, 2012).

Nacionalmente conhecidos são os exemplos do ex-presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, da apresentadora de televisão que acrescentou o apelido “xuxa” ao nome, tornando-se Maria da Graça Xuxa Meneghel e do famoso sambista que incluiu o nome artístico em seu registro civil, Luiz Antônio Feliciano Neguinho da Beija-Flor Marcondes.

### 3.6.5 Homonímia

Fato recorrente no Brasil, a homonímia pode trazer diversos dissabores aos indivíduos. Inúmeros são os casos de penhora indevida como na apelação 02580278020098260000 do Tribunal de Justiça de São Paulo (SÃO PAULO, 2011); execuções fiscais incorretas, apelação 30124809220138260554 do mesmo tribunal (SÃO PAULO, 2010); e prisões ilegais como demonstrado no recurso criminal 143774 SC 2000.014377-4 do Tribunal de Justiça de Santa Catarina. (SANTA CATARINA, 2000).

Diante disso, algumas pessoas recorrem à justiça a fim de alterar o seu nome civil. Amorim (2010, p. 81) defende que a homonímia pode ser solucionada com a alteração ou modificação do prenome ou com a inserção de nomes de família não utilizados no registro original. Já Brandelli (2012, p. 197), afirma que não há sentido alterar o prenome nesses casos, nem mesmo que fosse de simples para composto, sendo possível somente “acrescentar patronímico ao qual a pessoa tenha direito, por ser o patronímico de algum ascendente seu, ainda que não usado por seus pais.”.

### 3.6.6 Programa de proteção à testemunha

A Lei 9.807 de 13 de julho de 1999, ao estabelecer normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, determina em seu art. 9º que, em casos excepcionais e considerando as características e gravidade da coação ou ameaça, poderá o conselho deliberativo encaminhar requerimento da pessoa protegida ao juiz competente para registros públicos, objetivando a alteração de nome completo. (BRASIL, 1999).

A referida alteração do nome civil poderá se estender ao cônjuge ou companheiro, ascendentes, descendentes, inclusive aos filhos menores, e dependentes que tenham convivência habitual com a vítima ou testemunha e será precedida das providências necessárias ao resguardo de direitos de terceiros. (BRASIL, 1999).

§ 3º Concedida a alteração pretendida, o juiz determinará na sentença, observando o sigilo indispensável à proteção do interessado:

I - a averbação no registro original de nascimento da menção de que houve alteração de nome completo em conformidade com o estabelecido nesta Lei, com expressa referência à sentença autorizatória e ao juiz que a exarou e sem a aposição do nome alterado;

II - a determinação aos órgãos competentes para o fornecimento dos documentos decorrentes da alteração;

III - a remessa da sentença ao órgão nacional competente para o registro único de identificação civil, cujo procedimento obedecerá às necessárias restrições de sigilo. (BRASIL, 1999)

Finda a ameaça ou a coação justificadora da alteração do nome civil, poderá o protegido solicitar ao juiz competente voltar a portar o nome original, em petição que será encaminhada pelo conselho deliberativo e terá manifestação prévia do Ministério Público. (BRASIL, 1999).

### 3.6.7 Nome do estrangeiro

O estrangeiro admitido na condição de permanente, de temporário ou de asilado é obrigado a registrar-se no Ministério da Justiça, dentro dos trinta dias seguintes à entrada ou à concessão do asilo. Para o efeito do registro, o nome e a nacionalidade do estrangeiro serão os constantes do documento de viagem. (BRASIL, 1980).

Por força do art. 43 da Lei 6.815 de 19 de agosto de 1980, o nome do estrangeiro, constante do registro, poderá ser alterado: se estiver comprovadamente errado; se tiver sentido pejorativo ou expuser o titular ao ridículo; ou se for de pronúncia e compreensão difíceis e puder ser traduzido ou adaptado à prosódia da língua portuguesa. (BRASIL, 1980).

Os erros materiais no registro devem ser corrigidos de ofício. A alteração decorrente de desquite ou divórcio obtido em país estrangeiro dependerá de homologação, no Brasil, da sentença respectiva. Ademais, compete ao Ministro da Justiça autorizar a alteração de assentamentos constantes do registro de estrangeiro. (BRASIL, 1980).

### 3.6.8 A questão dos transexuais

A resolução 1.955 de 2010 do Conselho Federal de Medicina define o paciente transexual como “portador de desvio psicológico permanente de identidade sexual, com rejeição do fenótipo e tendência à automutilação e/ou autoextermínio.”. (CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA, 2010).

No transexualismo, o sexo biológico e o psíquico entram em conflito. O indivíduo não se reconhece em seu sexo biológico e identifica-se com o gênero oposto. São pessoas fisicamente masculinas, com genitália definida, mas portadores de uma psique totalmente feminina, e vice-versa. O transexual sente que o seu corpo não é adequado ao seu sexo psíquico, sentindo daí a necessidade de mudança física, a fim de adequar seu corpo ao sexo que sente ser o seu. (BRANDELLI, 2012, p. 167).

Ademais, define que para uma pessoa ser considerada transexual é necessário, no mínimo, que, de forma contínua e consistente por pelo menos dois anos, tenha desconforto com o sexo anatômico natural; possua desejo expresso de eliminar os genitais, perder as características primárias e secundárias do próprio sexo e ganhar as do sexo oposto; e não possua transtornos mentais. (BRASIL, 2010).

A resolução em comento autorizou a cirurgia de transgenitalização do tipo neocolpovulvoplastia e/ou procedimentos complementares sobre gônadas e caracteres sexuais secundários como tratamento dos casos de transexualismo, definindo que a seleção dos pacientes para cirurgia de transgenitalismo obedecerá a avaliação de equipe multidisciplinar constituída por médico psiquiatra, cirurgião, endocrinologista, psicólogo e assistente social. (BRASIL, 2010).

Para tanto, faz-se necessário acompanhamento conjunto dos especialistas acima listados por, no mínimo, dois anos além de diagnóstico médico de transgenitalismo; ser o paciente maior de 21 (vinte e um) anos; e ausência de características físicas inapropriadas para a cirurgia. (BRASIL, 2010).

Em 2011, o Tribunal de Justiça de Sergipe, em sede da apelação cível 2011200408, negou alteração do registro de nascimento relativamente ao sexo e ao nome de um transexual que ainda não havia realizado a cirurgia de redesignação sexual. (SERGIPE, 2011).

Ocorre que em 2014, o Conselho Nacional de Justiça promoveu a I Jornada de Direito da Saúde, na qual ficou estabelecido que a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação do nome e do sexo no registro civil.

ENUNCIADO N.º 42

Quando comprovado o desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto, resultando numa incongruência entre a identidade determinada pela anatomia de nascimento e a identidade sentida, a cirurgia de transgenitalização é dispensável para a retificação de nome no registro civil.

ENUNCIADO N.º 43

É possível a retificação do sexo jurídico sem a realização da cirurgia de transgenitalização. (JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE, 2014, p. 9).

Para Brandelli (2012, p. 174), não reconhecer civilmente um indivíduo como pertencente ao gênero que ele aparenta, age e pensa ser “é negar a ele a dignidade que o ordenamento lhe assegura como valor fundamental, é negar a ele a sua plenitude como pessoa; é renega-lo a um canto sombrio, onde o direito não o alcança, e onde a sociedade não o acolhe.”.

Nesse sentido, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na apelação cível 70057414971, deu provimento ao pedido de alteração de nome e designativo de gênero no registro civil de nascimento do apelante, embora não realizada a cirurgia de transgenitalização. (RIO GRANDE DO SUL, 2014b).

### 3.6.9 Casamento, divórcio e viuvez

Conforme o disposto no art. 1.565 do Código Civil, “pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.”. Outrossim, “qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescentar ao seu o sobrenome do outro.”. (BRASIL, 2002).

Brandelli (2012, p. 142) defende a possibilidade da supressão total ou parcial dos sobrenomes adquiridos com o nascimento, ao adotar-se o nome de família do outro cônjuge. “Com a aquisição do patronímico pelo casamento, pretende o ordenamento possibilitar aos cônjuges a adoção de novo nome, a identificar a família que surge com o casamento, bem como a prole que dele advirá.”.

Adotando uma postura conservadora, o Código Civil de 2002 manteve a questão da culpa ao disciplinar sobre o direito de manter o sobrenome do outro cônjuge nos casos de divórcio ou separação. O § 2º do art. 1571 do Código Civil vigente estabelece que “dissolvido o casamento pelo divórcio direto ou por conversão, o cônjuge poderá manter o nome de casado; salvo, no segundo caso, dispondo em contrário a sentença de separação judicial.”. (BRASIL, 2002).

Ademais, dispõe o art. 1.578 que o cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar: evidente prejuízo para a sua identificação; manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida; dano grave reconhecido na decisão judicial. Já o cônjuge inocente, embora não seja obrigado, poderá, a qualquer momento, renunciar ao direito de usar o sobrenome do outro. (BRASIL, 2002).

Para Brandelli (2012, p. 196), a anulação ou nulidade do casamento, independente de putatividade, não são causas automáticas de perda do direito ao nome de família adotado com o matrimônio, sendo necessário analisar a notoriedade com que certo cônjuge passou a ser conhecido com o nome pós casamento e a existência de filhos comuns.

Em caso de viuvez, o cônjuge que houver adotado o patronímico do outro quando do casamento, poderá permanecer com ele, “porém perderá se contrair novas núpcias, já que o vínculo matrimonial anterior fora extinto, ou se vier a enxovalhá-lo.”. (AMORIM, 2010, p. 52). Nesse mesmo sentido, Amorim (2010, p. 53) aduz que “mesmo presumida a morte, surge o estado de viuvez, adotando-se a utilização do nome como se o falecimento tivesse efetivamente ocorrido, com a morte real.”.

### 3.6.10 Adoção

Conforme o disposto no art. 47 da Lei 8.069 de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente, o vínculo da adoção constitui-se por sentença judicial, que será inscrita no registro civil mediante mandado do qual não se fornecerá certidão. O referido mandado cancelará o registro original do adotado. (BRASIL, 1990a).



Concedida a adoção, será lavrado novo registro, no qual não poderá constar nenhuma observação sobre a origem do ato. Neste, constará o nome dos adotantes como pais, e o nome de seus ascendentes. Outrossim, a sentença conferirá ao adotado o nome do adotante e, a pedido de qualquer deles, poderá determinar a modificação do prenome. Nos casos em que a modificação de prenome seja requerida pelo adotante, será obrigatória a oitiva do adotando. (BRASIL, 1990a).

### 3.6.11 Alteração decorrente de abandono paterno ou materno

Nos casos de abandono material e moral do descendente por parte dos genitores, a jurisprudência tem reconhecido a possibilidade do filho desprezado retirar do seu sobrenome o nome de família do ascendente que tanto lhe causou sofrimento. (BRANDELLI, 2012, p. 199).

Uma vez que o nome de família tem o intuito de identificar a origem familiar da pessoa, tem-se entendido que há a possibilidade de alterar-se o nome para a retirada do nome de família daquele que abandonou seu filho, eis que não se estabeleceu um vínculo familiar-afetivo, mas tão somente, um vínculo biológico. (BRANDELLI, 2012, p. 199).

Há de se observar que não somente nomes cômicos podem expor um ser humano ao ridículo. Portar um nome que o remeta diariamente ao abandono sofrido pode ser tão humilhante quanto um prenome jocoso.

Nesse diapasão, o Tribunal de Justiça de São Paulo acolheu o pedido da autora em sede da apelação cível 5811114000, a qual alegou que em razão do abandono do pai, pouco após seu nascimento, sofreu muitos abalos psicológicos e que por esse motivo deseja a retirada do patronímico paterno, apresentando-se inclusive sem o mesmo em público. O Tribunal firmou entendimento que a desídia paterna é causa suficiente para a alteração do nome, posto que para apelante, carregar o nome do pai que a abandonou tanto moral como materialmente, violaria o princípio da dignidade da pessoa humana. (SÃO PAULO, 2008).

### 3.6.12 Lei Clodovil

A lei 11.924 de 2009 incluiu o § 8º no art. 57 da Lei de Registros Públicos, possibilitando que, havendo motivo ponderável, o enteado ou a enteada, requeiram ao juiz competente a averbação no registro de nascimento do nome de família de seu padrasto ou de sua madrasta. Para tanto, é necessária a expressa concordância destes e que não haja prejuízo dos apelidos de família já existentes. (BRASIL, 2009a).

Porém, mais do que permitir a retirada do nome de família do genitor que abandonou afetiva e materialmente seu filho, tem a jurisprudência, acertadamente em nosso entender, permitido que em tais casos haja a adoção do nome de família de eventual padrasto ou madrasta, com o qual se tenha estabelecido o vínculo socioafetivo de paternidade ou maternidade. (BARELLI, 2012, p. 200).

Em conformidade com a Lei 11.924 de 2009, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, visando estabelecer identidade entre os nomes de família dos irmãos, determinou a retificação do registro civil no sentido de incluir o sobrenome do padrasto, na apelação cível 2010.020381-0. (SANTA CATARINA, 2011).

Antes mesmo da promulgação da referida lei, o Superior Tribunal de Justiça já havia sentenciado favoravelmente à possibilidade do acréscimo do nome de família do pai socioafetivo ao registro de nascimento do filho para que este apresentasse o mesmo sobrenome usado pelos demais integrantes da família (mãe e padrasto).

NOME. ALTERAÇÃO. PATRONÍMICO DO PADRASTO. O nome pode ser alterado mesmo depois de esgotado o prazo de um ano, contado da maioridade, desde que presente razão suficiente para excepcionar a regra temporal prevista no art. 56 da Lei 6.015/73, assim reconhecido em sentença (art. 57). Caracteriza essa hipótese o fato de a pessoa ter sido criada desde tenra idade pelo padrasto, querendo por isso se apresentar com o mesmo nome usado pela mãe e pelo marido dela. Recurso não conhecido. REsp 220059 / SP RECURSO ESPECIAL 1999/0055273-3. Relator Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR (1102). Órgão julgador: segunda seção. Data do julgamento: 12/02/2001. (BRASIL, STJ, 2001).

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, no Agravo de Instrumento 70058578360, permitiu a inclusão do nome de família do padrasto, com a expressa vênua deste, no sobrenome do enteado, dispensando a concordância do genitor, posto

que não haveria nenhum prejuízo para a relação biológica e o patronímico deste permaneceria no registro de nascimento. (RIO GRANDE DO SUL, 2014a).

Importante evolução legislativa, a Lei Clodovil, como é conhecida, ainda está aquém da jurisprudência pátria que, fundamentada nos princípios constitucionais, não somente permite o acréscimo do nome de família dos pais afetivos, mas também a exclusão do sobrenome dos genitores que abandonarem os filhos. (BRANDELLI, 2012, p. 201).

### 3.6.13 Paternidade socioafetiva

É cediço que “o nome de família deve identificar a família à qual pertence o portador dele”. Ocorre que nem sempre os laços genéticos coincidem com a família real. (BARELLI, 2012, p. 200). A inclusão do patronímico do pai socioafetivo permitida através das sentenças de primeiro e segundo grau em todo o país e normatizada pela Lei 11.924 de 2009, coaduna com os princípios constitucionais basilares do ordenamento jurídico pátrio.

Se a paternidade ou maternidade biológica não vingou e não produziu laços afetivos materiais, e, ao mesmo tempo, tais laços surgiram em uma paternidade/maternidade socioafetiva, esta é que deve ser reconhecida para fins de estabelecimento de nome de família, porquanto esta é a verdadeira maternidade/paternidade para a pessoa, com a qual ela quer ser identificada. (BARELLI, 2012, p. 200).

Embora seja um avanço, a simples inclusão do patronímico do pai socioafetivo tem se mostrado insuficiente para a completa concretização do princípio da dignidade humana. Para tanto, faz-se necessário que aquele que ocupa o lugar de pai na vida, também o ocupe no registro civil.

#### 4 INCLUSÃO DO PAI SOCIOAFETIVO NO REGISTRO CIVIL

É cediço que “a cultura brasileira ainda carrega o inconveniente ranço dos ‘laços de sangue’, procurando deixar sempre evidenciada a importância da herança genética, como fator de segurança na afirmação da família”, como se quanto maior fosse o grau de consanguinidade, mais legítimo seria o filho. (OLIVEIRA JÚNIOR; OLIVEIRA, 2013, p. 1).

Apesar disso, a personalização do direito privado e a incorporação dos princípios constitucionais vêm mitigando tal entendimento, ao passo que distinguem as funções de genitor e pai. Nesse sentido, Veloso (2002, p. 389) defende que pai não é somente aquele que forneceu o material genético, mas sim aquele que convive cotidianamente com o filho, que educa, cria, dá carinho, ou seja, “que assume o papel de pai, sendo esta, a filiação a ser consagrada, diante do conflito entre a paternidade biológica e a paternidade afetiva.”.

Sem dúvida, é genitor o cavalheiro que expeliu o espermatozóide que fecundou o óvulo. Mas quem deve ser o pai? Este, ou o cidadão que acolheu e embalou a criança, que a acompanha à escola, ao estádio de futebol? Que a assiste, alimenta, corrige, educa, cria? Que ama o filho? Se há conflito, e o pai biológico não é o pai sócio-afetivo, como decidir? Com certeza absoluta, não é o laudo molecular que resolverá o problema. Afinal, a paternidade se faz e se constrói. A paternidade mais viva, autêntica e apreciável implica uma adoção que se renova a cada dia. (VELOSO, 2002, p. 389).

Nesse diapasão, Fachin (1996, p. 29) assevera que a disciplina jurídica das relações de filiação não está sujeita, exclusivamente, a valores biológicos, sendo “uma moldura a ser preenchida, não com meros conceitos jurídicos ou abstrações, mas com vida, na qual pessoas espelham sentimentos”.

O pequeno gesto de carregar o filho no colo, de brincar com o filho, de olhar com ternura o outro, de abraçar, de beijar, de ouvir, de falar com doçura ou com firmeza, de cuidar do outro, de se interessar pelas dificuldades e temores do outro, de incentivar e encorajar, de se dar ao outro, tudo isso é afeição, é ligação que provem do amor, um direito de cada ser humano, em especial da criança em franco estado de desenvolvimento. Ninguém vive feliz sem si sentir amado, sem estar ligado afetivamente a alguém, e, quando essa afeição caracteriza uma família, ela também passa a ser um dever. (TORRES; SILVA, 2014, p. 17).

Ao discorrer sobre a paternidade jurídica, Guilherme de Oliveira (1983, p. XXII) aduz que “o pater não é determinado pelo critério da progenitura mas sim pela função social de pai, pelo ofício familiar da paternidade – em homenagem ao interesse concreto do filho, à paz de um certo agregado familiar”, razão pela qual, por vezes, a condição de pai se mantém separada da progenitura.

Tem-se, portanto, o redirecionamento da filiação, a qual deve estar fundada no melhor interesse da criança e na afetividade oriunda da convivência familiar, uma vez que sua origem biológica “perde a importância se a relação não estiver minimamente fundada no amor.”. (MADALENO, 2006, p. 142).

Sobre a afetividade, Torres e Silva (2014, p. 13) aduzem que é a exteriorização do amor e do afeto, ou ainda “ato/conduita que vincula alguém, que liga alguém a outra pessoa ou a algo, é valor jurídico que agrega ao fato jurídico familiar uma nova roupagem, uma nova direção, não mais fincada no patriarcalismo, na transpessoalidade e na hierarquia”.

Lobo (2003, p. 42,43) elenca ainda os quatro fundamentos constitucionais da afetividade, quais sejam: igualdade dos filhos independente da sua origem (art. 227, § 6º); o status que a adoção, como escolha afetiva, alcançou no ordenamento brasileiro (art. 227, §§ 5º e 6º); a elevação a entidade familiar da comunidade formada por qualquer dos pais e seus descendentes, incluindo-se os adotivos (art. 226, § 4º); “o direito à convivência familiar, e não a origem genética, constitui prioridade absoluta da criança e do adolescente (art. 227, caput).”.

Alguns julgadores, atrelados ao rigor da Lei de Registros Públicos ou à imprecisão do Código Civil, negam provimento às demandas que versam sobre o reconhecimento da paternidade socioafetiva. Importante ressaltar que os magistrados não devem ser meros aplicadores da letra fria da lei.

Ademais, como já referido pela Colenda Câmara em caso similar, para a análise das situações que envolvem fatos sociais decorrentes de relações familiares não previstos em lei, necessário que os princípios que norteiam os Registros Públicos sejam relativizados frente aos princípios constitucionais da vedação de qualquer forma de discriminação, bem como da proibição de designações discriminatórias relativas à filiação, objetivos e princípios estes decorrentes do princípio da dignidade da pessoa humana. Desse modo, a solução deve ser buscada partindo da interpretação conjunta dos mencionados princípios, dentre os quais, inclusive, o da afetividade como formador de relações familiares e objeto de proteção Estatal. (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

O art 5º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro determina que “na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum.”. (BRASIL, 1942). Faz-se necessário, portanto, uma análise meticulosa das peculiaridades e das circunstâncias de cada caso. Ademais, as realidades da vida devem se sobrepor ao apego às exigências formais a fim de encontrar a melhor solução para os conflitos sociais e pessoais.

Para fazer justiça, o juiz não tem de inventar o direito, que, afinal, direito não se inventa. Observando a lei, o juiz profere a decisão com interpretação teleológica, progressista, evolutiva, inspirando-se nos princípios fundamentais estabelecidos na Carta Magna, fazendo uma interpretação conforme a Constituição denominada na doutrina alemã *verfassungskonforme Auslegung*, e seguindo os caminhos indicados no art. 5º da lei de introdução ao Código Civil: não precisa obedecer servilmente ao texto lógico formal do preceito – muitas vezes, desatualizado – mas, diante do contexto normativo, deve aplicar a lei atendendo aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum. Em suma, respeitando o contexto legal, o juiz pode abrir novos espaços, revelar situações, desvendar caminhos, considerar as circunstâncias, descobrir os justos motivos, mas não pode desprezar a norma existente e criar a sua própria Lei. Moderação e prudência – que não se confundem com vacilação e covardia- são requisitos de ouro nesta matéria. (VELOSO, 2006, p. 88,89)

Nesse sentido, foi o voto do relator, José Carlos Teixeira Giorgis, na apelação cível 70005246897 do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

Os dispositivos legais continuam vigorando em sua literalidade, mas a interpretação deles não pode continuar sendo indefinidamente a mesma. A regra que se extrai da mesma norma não necessariamente deve permanecer igual ao longo do tempo. Embora a norma continue a mesma, a sua fundamentação ética, arejada pelos valores dos tempos atuais, passa a ser outra, e, por isso, a regra que se extrai dessa norma é também outra. Ocorre que a família nos dias que correm é informada pelo valor do AFETO. É a família eudemonista, em que a realização plena de seus integrantes passa a ser a razão e a justificação de existência desse núcleo. Daí o prestígio do aspecto afetivo da paternidade, que prepondera sobre o vínculo biológico, o que explica que a filiação seja vista muito mais como um fenômeno social do que genético. (RIO GRANDE DO SUL, 2003).

A jurisprudência brasileira tem apontado no sentido de que a paternidade socioafetiva prevalece sobre a biológica. Nas palavras de Larissa Toledo Costa (2006, p. 3), “se o afeto venceu a falta de consanguinidade, não cabe à justiça desconstituir a paternidade socioafetiva que surgiu entre esse pai e esse filho.”.

AÇÃO RESCISÓRIA. VIOLAÇÃO A LITERAL DISPOSITIVO DE LEI. INOCORRÊNCIA. Caso de sentença que, em ação de investigação de

paternidade, julgou improcedente o pedido, mesmo em face de exame de DNA que apontou inexistência de vínculo biológico, **dando prevalência a paternidade socioafetiva**. Hipótese que não caracteriza violação literal a qualquer dispositivo legal. JULGARAM IMPROCEDENTE. Ação Rescisória Nº 70041656729, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 18/08/2011, grifo nosso. (RIO GRANDE DO SUL, 2011b).

O posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, conforme demonstrado nos Recursos Especiais 878941, 1078285, 709608, 1059214, 1115428, 1383408, 440225, etc, já é pacífico no sentido que pretensões voltadas à impugnação da paternidade, quando fundadas apenas na origem genética, mas em aberto conflito com a paternidade socioafetiva, não podem prosperar. (BRASIL, STJ, 2007, 2009b, 2009c, 2012, 2013a, 2014a, 2015b).

Em conformidade com o referido posicionamento, o acórdão do Recurso Especial 1059214 determina que o êxito na ação negatória de paternidade depende da demonstração, a um só tempo, da inexistência de origem biológica e da não constituição do estado de filiação, “fortemente marcado pelas relações socioafetivas e edificado na convivência familiar”. (BRASIL, STJ, 2012).

Considerou ainda que a declaração realizada pelo autor no ato do registro de nascimento, embora inverídica no que toca à origem genética, constitui prova da vontade do mesmo de estabelecer “vínculos afetivos próprios do estado de filho”, os quais são suficientes para a “manutenção do registro de nascimento e o afastamento da alegação de falsidade ou erro”. (BRASIL, STJ, 2012).

O reconhecimento de filhos no registro de nascimento é irrevogável, sendo a anulação do ato somente admitida quando demonstrada a existência de coação, erro, dolo, simulação ou fraude (BRASIL, 2002). Dessa forma, a jurisprudência pátria entende que embora constatada a inexistência de filiação biológica, pelo exame de DNA, é inviável anular o registro civil, realizado por livre vontade, quando já caracterizada a paternidade socioafetiva.

Nesse mesmo sentido, o Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1383408, 1201756, 1246751, (BRASIL, STJ, 2014a, 2015i, 2015j), bem como nos Agravos em Recurso Especial 397782, 567748, 653643, (BRASIL, STJ, 2014b, 2015f, 2015g), decidiu pelo não provimento da ação negatória de paternidade que requeria a nulidade do registro de nascimento, alegando vício de consentimento, diante da demonstração da ausência de vínculo genético entre as partes.

A negativa dos pleitos se deu por força do art. 1.609 do Código Civil, o qual protege a criança registrada, “evitando que seu estado de filiação fique à mercê da volatilidade dos relacionamentos amorosos”. (BRASIL, STJ, 2014a).

Se durante o tempo em que conviviam, pai e filho tinham uma relação de afeto, não é o rompimento da relação que vai fazer cair por terra essa relação, autorizando a procedência de pedido de rompimento deste vínculo por um pedido unilateral. Assim, uma vez estabelecida a afetividade, basta que se prove que até o momento do início do litígio entre as partes ela se manteve. Feita esta prova, não há como afastar a existência da aludida relação pelo fato de terem as partes iniciado uma ação judicial em lados opostos (PÓVOAS, 2012, p. 30).

O Tribunal da Cidadania ratificou a impossibilidade de desfazer um ato sem vícios de consentimento daquele que um dia “declarou perante a sociedade, em ato solene e de reconhecimento público, ser pai da criança, valendo-se, para tanto, da verdade socialmente construída com base no afeto, demonstrando, dessa forma, a efetiva existência de vínculo familiar.”. (BRASIL, STJ, 2014a).

Asseverou ainda que autorizar “a desconstituição de reconhecimento de paternidade amparado em relação de afeto teria o condão de extirpar da criança preponderante fator de construção de sua identidade e de definição de sua personalidade.”. (BRASIL, STJ, 2014a).

Diante disso, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal, ao julgar a apelação cível nº 0004555-92.2008.807.0007, determinou que se o autor, “de forma livre, espontânea e consciente, reconheceu, como sendo próprio, filho que sabia ser de outrem”, não estariam presentes nenhum dos vícios elencados no art. 171, II do Código Civil e, “havendo provas incontroversas da existência, entre autor e réu, de laços de afetividade suficientes para configurar um relacionamento entre pai e filho”, não é cabível a anulação do ato. (DISTRITO FEDERAL, 2009).

Sempre visando o melhor interesse da criança, o Superior Tribunal de Justiça, nos Recursos Especiais 1088157 e 1352529, também decidiu que em caso de adoção à brasileira o registro de nascimento só pode ser anulado caso o vínculo socioafetivo ainda não tenha sido constituído. (BRASIL, STJ, 2009a, 2015h).

Outrossim, para o Tribunal da Cidadania, quando caracterizado o vício do ato jurídico de reconhecimento de filho, como no Agravo em Recurso Especial 119.561, no qual foi constatado que o pai registral foi induzido a erro, pois teve um breve



relacionamento com a mãe da criança, sendo informado da gestação alguns meses após o término, há possibilidade de anulação do registro civil. (BRASIL, STJ, 2015e).

No caso em comento, entendeu o Tribunal que o autor “não assumiu deliberadamente filho de outrem, mas declarou a paternidade do filho após ter sido instado pelo avô materno da criança e também por acreditar que realmente o filho fosse seu”. Comprovada a inexistência do liame biológico através de exame de DNA e a ausência do vínculo socioafetivo, foi concedido o pleito anulatório. (BRASIL, STJ, 2015e).

Entendimento solidificado pelo Superior Tribunal de Justiça nos Recursos Especiais 1274240, 1401719 e 1261514, bem como nos Agravos em Recurso Especial 347160 e 443556 é que a existência de relação socioafetiva com o pai registral não impede o reconhecimento dos vínculos biológicos quando a investigação de paternidade é demandada por iniciativa do próprio filho. O direito à ancestralidade, fundamentado no princípio constitucional da dignidade humana, é pretensão personalíssimo, indisponível e imprescritível. (BRASIL, STJ, 2013b, 2013c, 2015k, 2015a, 2015c).

Ademais, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na Apelação Cível 70039013610, considerou “incabível a alegação de existência de paternidade socioafetiva com terceiro para eximir o pai biológico das suas obrigações morais e materiais perante a filha”. Ressaltou que não houve oposição por parte do pai registral e que o genitor tentou desvirtuar a finalidade da paternidade socioafetiva. “A filiação socioafetiva, tão festejada na jurisprudência, não se presta a socorrer o mesquinho interesse material do apelante, que quer continuar negando à filha os direitos que lhe pertencem: nome, alimentos e herança.”. (RIO GRANDE DO SUL, 2011a).

Em dezembro de 2013, diante da existência de grande número de crianças e de adultos sem paternidade registral estabelecida, embora possuam relação de paternidade socioafetiva já consolidada, as Corregedorias Gerais de Justiça de Pernambuco, Ceará e Maranhão publicaram os provimentos 09/2013, 15/2013 e 21/2013, respectivamente, autorizando o reconhecimento da paternidade socioafetiva em cartório quando não há pai registral. (PERNAMBUCO, 2013; CEARÁ, 2013; MARANHÃO, 2013).

Os referidos provimentos, muito similares entre si, têm por sustentáculos o art. 226 da Constituição Federal e a ampliação do conceito de família, através da absorção

dos princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana, culminando assim no princípio de igualdade da filiação.

Ademais, tomam como ponto de partida a inexistência, a priori, de hierarquia entre a paternidade biológica e a socioafetiva e os Provimentos 12, 16, e 26 do Conselho Nacional de Justiça que visam facilitar o reconhecimento voluntário de paternidade biológica, considerando que os mesmos devem ser aplicáveis, no que forem compatíveis, ao reconhecimento voluntário da paternidade socioafetiva, por força da igualdade jurídica entre as espécies de filiação.

Outrossim, lastreiam-se na imposição legal de averbação em registro público dos atos judiciais ou extrajudiciais que declaram ou reconhecem a filiação e no Enunciado Programático 06 de 2013, do IBDFAM, Instituto Brasileiro de Direito de Família, segundo o qual "do reconhecimento jurídico da filiação socioafetiva decorrem todos os direitos e deveres inerentes à autoridade parental". (IBDFAM, 2013).

Em 2014, as Corregedorias Gerais de Justiça de Santa Catarina (nº 11/2014, de 11.11.2014) e de São Paulo (nº 36/2014, de 11.12.2014) também emitiram provimentos semelhantes. (SANTA CATARINA, 2014; SÃO PAULO, 2014). Embora não exista provimento que regule tal ato no Rio Grande do Sul, o juiz da comarca de Crissiumal/RS concedeu o reconhecimento de paternidade socioafetiva de forma extrajudicial a uma família residente na cidade de Palhoça em Santa Catarina, uma vez que no registro da criança só constava o nome da mãe. (IBDFAM, 2015b).

Para Brauner (2004, p. 103), uma vez que o afeto ganhou seu espaço no mundo jurídico "o interesse em manter ou em desfazer um vínculo de filiação, via judicial, passa a pertencer ao filho, cujo direito de filiação é concebido como um direito personalíssimo, imprescritível e indisponível, no texto estatutário.". Confere ainda ao direito de pertencer a uma família o status de direito fundamental.

Uma vez que a paternidade socioafetiva é uma realidade nas famílias brasileiras e que diversos Tribunais já possibilitam seu reconhecimento até mesmo extrajudicial quando ausente a paternidade biológica, passa-se a discutir as implicações jurídicas da inclusão do pai socioafetivo no registro do filho que já possui pai registral.

#### 4.1 MULTIPARENTALIDADE

Observa-se, portanto, que as famílias recompostas se apresentam como o ambiente ideal para a construção da paternidade socioafetiva. Os novos arranjos familiares demandam regras próprias, uma vez que pessoas que integravam entidades familiares distintas passam a formar uma nova família, na qual exercem suas funções.

A evolução natural das relações interpessoais fez aparecer várias formas de núcleos familiares na sociedade, impossibilitando o reconhecimento como entidade familiar apenas aquilo que o legislador assim o estabelece, porque a família ultrapassa os limites da norma burocrática escrita pelos homens e frequentemente influenciados por ideais pessoais e influências religiosas (PÓVOAS, 2012, p.86).

Ocorre que, por vezes, não há um rompimento com o vínculo anterior, razão pela qual o indivíduo permanece exercendo suas funções em duas entidades familiares distintas. Para Póvoas (2012, p. 80), “existem situações concretas que a opção pelo vínculo biológico ou pelo vínculo afetivo – um excluindo o outro – pode gerar traumas praticamente irrecuperáveis nos envolvidos nesta relação”.

Podem existir situações em que os menores enxergam não só em seus pais, mas também em terceiros, a figura parental responsável por lhes criar e educar. Não tutelar esse fenômeno, que ousamos denominar multiparentalidade, pode ser explícita agressão ao princípio do melhor interesse da criança e do adolescente, que nessas situações prescinde da convivência com todas as figuras, e que deve ser, portanto, tutelada amplamente pela ordem jurídica. (TEIXEIRA; RODRIGUES, 2013, p. 18).

Durante muitos anos, o reconhecimento da paternidade socioafetiva esteve vinculado à desconstituição do Poder Familiar do pai biológico. Diante desse panorama, a doutrina e a jurisprudência têm apontado a multiparentalidade como a alternativa jurídica que melhor concretiza os princípios da afetividade e da dignidade da pessoa humana, basilares no atual direito de família.

A nosso sentir, a multiparentalidade garante aos filhos menores que, na prática, convivem com múltiplas figuras parentais a tutela jurídica de todos os efeitos que emanam tanto da vinculação biológica como da socioafetiva, que, como demonstrado, em alguns casos, não são excludentes, e nem haveria

razão para ser, se tal restrição exclui a tutela aos menores, presumidamente vulneráveis. (RODRIGUES, 2013, p. 3).

Para Póvoas (2012, p. 79), a proteção da existência concomitante dos dois vínculos parentais (biológico e socioafetivo) é “mais do que apenas um direito, é uma obrigação constitucional na medida em que preserva direitos fundamentais de todos os envolvidos”, especialmente a dignidade humana e a afetividade. O referido doutrinador defende ainda que o reconhecimento jurídico dessa dupla paternidade precisa ser concretizado através do registro civil. (PÓVOAS, 2012, p. 88).

O registro não é a única, mas é a mais fácil maneira de se provar a paternidade/maternidade, servindo de base para vários atos da vida civil, inclusive os garantidores de direitos dos menores – previdenciários, por exemplo – pois estabelece de forma incontestável por terceiros a relação paterno/ materno filial (PÓVOAS, 2012, p.88).

Nesse mesmo sentido, Souza e Fernandes (2015, p. 20) asseveram que uma vez que a lei registral é norma infraconstitucional, não pode ser óbice para o reconhecimento do múltiplo vínculo parental, “ao contrário, por se tratar de meio hábil para dar publicidade sobre fatos relevantes, é preciso que possibilite a modificação no registro a fim de ser oponível erga omnes.”.

Importante ressaltar que a padronização das certidões de casamento, nascimento e óbito em todo o país pelo Conselho Nacional de Justiça que substituiu os campos pai e mãe para filiação, e dos avós paternos e maternos para avós “foi um avanço para sociedade, não causando maiores problemas na aceitação do registro de mais de dois pais na certidão de nascimento” facilitando assim a averbação da multiparentalidade. (SOUZA; FERNANDES, 2015, p. 21).

Reconhecida a multiparentalidade, quais seriam seus efeitos? Cohen e Felix (2013, p. 33-36) defendem que as consequências são as mais abrangentes possíveis, alcançando diversos ramos do direito. Quanto ao Direito de Família, cria-se uma relação de parentesco entre o filho, seus pais registrais e os parentes destes até o quarto grau, culminando em obrigação alimentar, direito de guarda e visitas e possibilidade de alteração do nome civil. O nome do filho, sem qualquer impedimento legal, poderia ser composto por seu prenome e pelos nomes de família de todos os ascendentes. (PÓVOAS, 2012, p. 94).

Quanto aos efeitos sucessórios, o filho figuraria como herdeiro necessário de todos os pais. Na ausência de descendentes, “todos aqueles que figurarem como pais do mesmo filho, serão herdeiros em pé de igualdade, concorrendo com eventual cônjuge ou companheiro sobrevivente, assumindo, também, a condição de herdeiros necessários.”. (COHEN; FELIX, 2013, p. 34).

Nas palavras de Póvoas (2012, p. 98), “se morresse o pai/mãe afetivo, o menor seria herdeiro em concorrência com os irmãos, mesmo que unilaterais. Se morresse o pai/mãe biológico também o menor seria sucessor. Se morresse o menor, seus genitores seriam herdeiros”.

Por força do § 6º do art. 227 da Constituição Federal, “os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.”. (BRASIL, 1988). Desta forma, reconhecida a multiparentalidade, os efeitos previdenciários, tributários e eleitorais são idênticos aos de uma relação paterno/filial biológica registral. (COHEN; FELIX, 2013, p 34-36).

Não reconhecer as paternidades genética e socioafetiva, ao mesmo tempo, com a concessão de “todos” os efeitos jurídicos, é negar a existência tridimensional do ser humano, que é reflexo da condição e da dignidade humana, na medida em que a filiação socioafetiva é tão irrevogável quanto a biológica, pelo que se devem manter incólumes as duas paternidades, com o acréscimo de todos os direitos, já que ambas fazem parte da trajetória da vida humana. (WELTER, 2012, p. 144).

Paulatinamente, observando que um indivíduo pode ter mais de duas pessoas que exerçam afetiva e efetivamente as funções parentais, a jurisprudência vem reconhecendo a multiparentalidade.

Em 13 de março de 2012, na 1ª Vara Cível de Ariquemes no Estado de Rondônia, a juíza Deisy Cristhian Lorena de Oliveira Ferraz ao julgar o processo 0012530-95.2010.8.22.0002, ação de investigação de paternidade cumulada com anulação de registro civil movida por Alice Alves Batista, no ato representada por sua genitora, em face de Edvaldo da Silva Silvestre e Mauro da Silva Batista, manteve o pai registral (socioafetivo) no registro de nascimento da autora e incluiu o genitor no mesmo. (RONDÔNIA, 2012).

Tem-se da leitura dos autos que a genitora, Jussara Alves da Guarda, foi companheira do senhor Edvaldo por quatro anos (1996 a 2000), engravidando em

dezembro de 1999. Ocorre que antes de tomar conhecimento da gestação, se separou do mesmo, passando a conviver com o senhor Mauro, o qual, ciente da situação, decidiu reconhecer juridicamente a paternidade da autora.

Embora Jussara e Mauro tenham deixado de coabitar após os quatro meses de vida de Alice, este continuou suprimindo a filha material e emocionalmente. Porém, ao tomar conhecimento da possibilidade de alterar o registro de nascimento da criança, a genitora decidiu ajuizar a demanda para incluir o nome do pai biológico no registro civil, substituindo o do socioafetivo. Os requeridos não ofertaram resposta no prazo legal.

Realizado o exame de DNA, constatou-se que o senhor Edvaldo é o genitor da autora e, portanto, a falsidade da declaração de paternidade no ato do registro civil. As provas demonstraram que não houve erro, dolo ou coação por parte de Mauro, uma vez que o mesmo sabia que Alice não era sua filha biológica, caracterizando a adoção à brasileira.

No estudo psicossocial, a autora demonstrou entender a complexidade da questão, bem como reconheceu Mauro como seu pai e a família deste como sua, mas que também desejava se aproximar de Edvaldo e ganhar mais uma família. Diante das provas nos autos, a paternidade socioafetiva restou evidente. Da mesma forma, o interesse do genitor em conhecer e se relacionar com a filha.

Ante a análise multidisciplinar, a juíza, seguindo o parecer do Ministério Público, considerou que feriria a dignidade da criança excluir seu vínculo com o pai socioafetivo. Alegou ainda que se os tribunais vêm reconhecendo a possibilidade de crianças geradas ou adotadas no seio de uma união homoafetiva podem portar o nome de dois pais ou de duas mães, o mesmo poderia ser aplicado no caso em análise.

Posto isso, julgou parcialmente procedente a demanda, ao passo que manteve Mauro no registro civil de Alice e acrescentou o nome de Edvaldo no mesmo, ambos figurando como pais. Estabeleceu ainda o valor da pensão que deveria ser paga pelo último e o direito de visita do mesmo. (RONDÔNIA, 2012).

Nesse sentido, o juiz Sérgio Luiz Kreuz da Comarca de Cascavel no Paraná, em 20 de fevereiro de 2013, reconheceu a dupla paternidade (biológica e socioafetiva) nos autos 0038958-54.2012.8.16.0021, determinado que a mesma fosse averbada no registro do adolescente A. M. F. (PARANÁ, 2013).

No processo em comento, o padrasto, E. A. Z. J., requereu a adoção do enteado e a inclusão do nome de família daquele no registro civil deste, uma vez que convivia com o mesmo há doze anos. O genitor manifestou concordância com o pedido de adoção.

Infere-se dos autos que os genitores foram casados por onze anos, sendo A. M. F. fruto desta relação. O divórcio ocorreu quando a criança possuía dois anos, ficando a guarda com a mãe e o genitor com direito de visita todos os finais de semana. Os genitores constituíram novas famílias, estando a mãe casada com o requerente há quase onze anos, tempo suficiente para que este e o adolescente criassem vínculos afetivos.

Observa-se ainda, conforme termo de audiência, que as partes acreditavam ser imprescindível a exclusão da paternidade biológica para o reconhecimento da socioafetiva. Diante disso, o promotor de justiça, Luciano Machado de Souza, explicou o instituto da multiparentalidade e sugeriu a aplicação do mesmo no caso, uma vez que padrasto e genitor cumpriam o papel de pai na vida do adolescente.

Ante a solução alternativa proposta pelo parquet, o requerente emendou a inicial a fim de que fosse reconhecida a paternidade socioafetiva, mas sem excluir a biológica. O novo pedido, agora mais adequado à realidade dessa família, uma vez que o adolescente considera os dois como pai e estes assim se comportam para com ele e diante da sociedade, foi deferido pelo juiz o qual concedeu ao requerente E. A. Z. J. a adoção do adolescente A. M. F., que passará a se chamar A. M. F. Z., declarando que os vínculos se estendem também aos ascendentes do ora adotante, sendo avós paternos: E. A. Z. e Z. Z. e que tais informações devem ser averbadas no registro civil competente.

Nesse mesmo sentido, manifestou-se o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul na Apelação Cível 70064909864 interposta por Juan Antonio M. S. e Juliane Emer Junqueira contra sentença que embora tenha concedido a adoção entre as partes, determinou a exclusão do vínculo desta com o pai biológico. (RIO GRANDE DO SUL, 2015a).

Da leitura dos autos, verifica-se que Juan Antonio casou com a mãe da apelante quando esta tinha seis anos e que desde então a criou como pai. Observa-se também que, embora o genitor de Juliane tenha falecido quando ela tinha dois anos, não há interesse por parte dela de retirá-lo do seu registro civil, razão pela qual

requereu o reconhecimento da multiparentalidade, mantendo-se o pai biológico e incluindo o adotante na certidão de nascimento, acrescentando-se ainda o patronímico do adotante ao seu nome sem prejuízo do sobrenome do genitor.

Em sede de apelação, o Ministério Público concedeu parecer favorável aos apelantes, justificando que o fato de Juliane querer acrescentar ao seu registro de nascimento o nome do padrasto não permite concluir que queira excluir a paternidade do pai biológico; que a socioafetividade entre os apelantes está completamente demonstrada nos autos, posto que os mesmos conviveram como se pai e filha fossem por mais de 29 anos; e que não há qualquer obstáculo legal para o reconhecimento de duas paternidades simultaneamente, quando observada a existência de dois vínculos. Alegou ainda que a multiparentalidade já foi reconhecida em alguns julgados pelo país e que o registro de nascimento deve espelhar a realidade fática.

O relator, Desembargador Alzir Felipe Schmitz, destacou que a multiparentalidade já havia sido reconhecida por aquela Câmara, razão pela qual os pedidos são juridicamente possíveis. Asseverou ainda que a filiação socioafetiva está plenamente caracterizada nos autos, a qual não existe somente na intimidade do seio familiar, mas também perante a comunidade.

Ademais, considerou que nem o falecimento do genitor quando a apelante tinha apenas dois anos de idade nem o exercício da paternidade de fato pelo senhor Juan teriam o condão de afastar a memória do pai biológico, tampouco de romper os demais vínculos de Juliane com a família deste.

Diante disso, deu provimento ao apelo nos mesmos termos do pedido, quais sejam, a inclusão do nome do senhor Juan Antonio como pai da apelante no registro de nascimento da mesma, sem prejuízo da manutenção do genitor no mesmo registro, e o acréscimo do nome de família do primeiro no sobrenome de Juliana, também sem prejuízo da manutenção do patronímico do pai biológico.

O revisor, Desembargador Ricardo Moreira Lins Pastl, acompanhando o relator, destacou que a apelação se limitava a análise da manutenção ou não do nome do genitor no registro de Juliane, uma vez que a adoção já havia sido concedida em primeiro grau, não sendo objeto do recurso.

Outrossim, considerou a relativização do art. 47, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente o qual versa sobre o cancelamento do registro original do adotado, por força do art. 1.619 do Código Civil, não verificando razões que impedissem que o



genitor e o pai socioafetivo figurassem como pais no registro civil de Juliane. O Desembargador presidente, Luiz Felipe Brasil Santos também acompanhou o voto do relator, razão pela qual o apelo teve provimento unânime.

Há de se observar, no entanto, que o próprio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, na Apelação Cível 70066532680, julgada em 12 de novembro de 2015, negou unanimemente o pedido formulado pelo Ministério Público de multiparentalidade em uma ação de adoção. (RIO GRANDE DO SUL, 2015b).

O Ministério Público, na condição de custos legis, interpôs apelação contra sentença que julgou procedente o pedido formulado na ação de adoção movida por GERMAN ERLAN A. R. em favor de JERONIMO S. DA S. e DÚNIA S. DA S., filhos de Izonete Cristina S. R., esposa do autor, e de Jadir G. da S., falecido.

O pedido de adoção estava fundamentado na convivência que o autor tinha com os enteados e o forte vínculo afetivo que os unia como pai e filhos. Os avós paternos, em sede de contestação, não se opuseram ao pedido, desde que fosse preservado o nome do pai biológico.

O Ministério Público justificou o recurso como forma de resguardar os direitos da paternidade biológica, alegando que Jadir, o genitor, não deu causa a perda do poder familiar, posto que faleceu e que a exclusão do nome deste do registro de nascimento dos filhos implicaria desrespeito à sua memória.

Sustentou ainda que o fato de não existir um contato próximo dos netos com os avós paternos não significa ausência de vínculo familiar, requerendo o provimento do recurso, no sentido de que fosse reconhecido o vínculo socioafetivo entre o autor e os adotandos, sem prejuízo e concomitantemente com a paternidade biológica de Jadir.

O Procurador de Justiça, Dr. Luciano Dipp Muratt, opinou pelo desprovimento do recurso, por considerar que, embora a jurisprudência reconheça a multiparentalidade, inclusive para fins registrais, este não foi o pedido nem do adotante nem dos adotados, os quais também não demonstraram interesse nesta possibilidade durante o processo, mas ratificaram, em audiência, de forma inequívoca, o desejo de ter o nome de família do adotante, assim como ocorre com a irmã nascida do relacionamento da genitora com o padrasto, em seus documentos.

O desembargador relator, Ricardo Moreira Lins Pastl, recebeu a apelação destacando que o exame se restringiria à manutenção, ou não, da referência ao pai

biólogo, falecido, no registro civil, uma vez que a adoção de Jerônimo e de Dúnia por German já havia sido deferida em primeiro grau.

Ressalta ainda que a questão em debate seria a relativização do art. 47, § 2º, do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual determina o cancelamento do registro original do adotado, mas que não verificou razões fáticas para acolher a pretensão de manutenção dos dois vínculos no registro civil de Jerônimo e de Dúnia.

Infer-se dos autos que German passou a conviver com Izonete, mãe de Jerônimo, nascido em 28 de setembro de 1995, e Dúnia, nascida em 09 de outubro de 1998, no ano 2000 e que o pai biológico dos adotados falecera em 22.08.1999, razão pela qual acolheu e cuidou deles desde cedo, dando-lhes amor e carinho. Diante disso, os filhos são conhecidos na comunidade que vivem e utilizam nas redes sociais o patronímico do pai socioafetivo, razão pela qual procuraram o judiciário a fim de formalizar a relação fática existente.

Dos depoimentos pessoais prestados por Jerônimo e Dúnia resta claro que German é, de fato, o único pai que eles conhecem e que não mantêm qualquer contato com os avós paternos há vários anos, nem por telefone. Não difere o testemunho de Izonete, mãe dos adotados.

Considerou, portanto, evidenciado o desinteresse dos filhos na manutenção na seara registral de ambos os vínculos, tanto que se identificam nas redes sociais apenas como Jeronimo A. e Dúnia A., razão pela qual não acolheu a insurgência do Ministério Público. Votaram de acordo com o relator o desembargador revisor, José Pedro de Oliveira Eckert, e o presidente, Desembargador Alzir Felipe Schmitz.

Ante o exposto, embora a multiparentalidade surja como solução jurídica para os casos em que duas pessoas exercem simultaneamente as funções de pai ou mãe, a mesma não deve ser utilizada como uma fuga para a não exclusão do genitor do registro civil quando este abandonou afetivamente o filho.

#### 4.2 EXCLUSÃO DO NOME DO GENITOR

A celeridade com que as entidades familiares se formam e se dissolvem na pós-modernidade possibilitou o surgimento de novos arranjos. Ocorre que, muitas

vezes, a dissolução da relação conjugal vem acompanhada do distanciamento daquele a quem não coube a guarda dos filhos.

Por vezes, o referido distanciamento cresce diariamente até tornar-se ausência, omissão, abandono; fazendo do genitor um estranho. Alguém que pouco ou nada sabe sobre o indivíduo que, embora tenha possibilitado a concepção, não auxiliou no desenvolvimento, no amadurecimento, na construção do seu caráter.

Após a recomposição das famílias, antes traumatizadas pela separação oriunda da dissolução da relação entre os genitores, pode acontecer o afastamento e até a omissão afetiva entre um dos genitores e os seus filhos, e, em muitos casos, essa ausência acaba por ser preenchida com o novo parceiro do pai ou da mãe dessa criança, que passa a conviver, respeitar e ser cuidada pelo pai socioafetivo. (FRÓES; SANDRI, 2014, p. 13, 14).

Na atualidade, de forma mais recorrente, um novo sujeito ocupa o espaço deixado pela separação nesta entidade familiar, passando a exercer as funções pai, educando o filho como se seu fosse, destinando-lhe seu tempo, afeto e dedicação. Nas palavras de Zeni (2009, p. 88), “neste cenário individualista atual, se um sujeito opta conscientemente por ser pai ou mãe de uma criança, educando-a como se seu filho fosse e destinando-lhe todo o seu afeto, as relações afetivas que ali se estabelecem devem ser reconhecidas”.

A realidade é que a família se transformou e hoje não mais se sustenta apenas pelo vínculo biológico. Sobremaneira, evidencia-se, pois, que o Estado atende ao princípio da igualdade parental, ao adequar o seu sistema legiferante ao contexto social, de modo a não usurpar o direito ao nome àquele indivíduo que, uma vez ligado aos seus apenas pelo laço da afetividade, pode com eles se identificar, adotando o seu patronímico correspondente. (FRÓES. TOLEDO, 2013, p. 04).

Conforme as lições de Saint-Exupéry (1999, p. 72), é o tempo gasto, dedicado a uma pessoa que a faz tão importante. Ora, se inicialmente o filho e o pai socioafetivo são dois estranhos, é a dedicação de um para com o outro que os aproximará, criando um laço eterno de afeto, essencial para o desenvolvimento e a completude do ser humano.

– [...] Que quer dizer "cativar"? – É uma coisa muito esquecida, disse a raposa. Significa "criar laços..." – Criar laços? – Exatamente, disse a raposa. Tu não és ainda para mim senão um garoto inteiramente igual a cem mil outros garotos. E eu não tenho necessidade de ti. E tu não tens também necessidade de mim. Não passo a teus olhos de uma raposa igual a cem mil

outras raposas. **Mas, se tu me cativas, nós teremos necessidade um do outro.** Serás para mim o único no mundo. E eu serei para ti única no mundo...  
 – Começo a compreender, disse o príncipezinho. Existe uma flor. . . eu creio que ela me cativou ... [...].  
 – [...] Minha rosa, sem dúvida um transeunte qualquer pensaria que se parece convosco. Ela sozinha é, porém, mais importante que vós todas, pois foi a ela que eu reguei. Foi a ela que pus sob a redoma. Foi a ela que abriguei com o pára-vento (sic). Foi dela que eu matei as larvas (exceto duas ou três por causa das borboletas). Foi a ela que eu escutei queixar-se ou gabar-se, ou mesmo calar-se algumas vezes. **É a minha rosa.** (SAINT-EXUPÉRY, 1999, p. 66-70, grifo nosso).

Paulatinamente, a paternidade socioafetiva vem sendo reconhecida no direito brasileiro, ganhando espaço inclusive no registro civil. Porém ainda há um longo trajeto a ser percorrido e barreiras como preconceito, desconfiança e legislação desatualizada a serem transpostas.

A filiação socioafetiva, por seu turno, ainda que despida de ascendência genética, constitui uma relação de fato que deve ser reconhecida e amparada juridicamente. Isso porque a parentalidade que nasce de uma decisão espontânea, frise-se, arrimada em boa-fé, deve ter guarida no Direito de Família. (BRASIL, STJ, 2011a).

Como visto, na ausência de pai registral, o vínculo socioafetivo tem sido amplamente respeitado, sendo facilitado em alguns estados inclusive seu reconhecimento extrajudicial. Ademais, quando o pai socioafetivo consta no registro de nascimento, dificilmente os julgadores desconstituem a paternidade fundada no afeto. O entrave, no entanto, surge quando o filho possui o genitor como pai registral e o padrasto como pai real.

Nesses casos, embora demonstrado o abandono afetivo, o qual já é motivador de reparação civil no Brasil, há uma relutância na jurisprudência em desconstituir a paternidade biológica/registral para resguardar a socioafetiva. Pouco a pouco, o mito da “verdade biológica” vem sendo suplantado devido ao anseio jurídico de concretizar a dignidade humana em todos os seus aspectos.

A doutrina tem avançado no sentido de que ofenderia a dignidade humana e que não haveria razão jurídica para manter o sofrimento do indivíduo que se vê atrelado ao genitor com o qual não tem “identificação alguma além da biológica, e, ao mesmo tempo, ver-se descolado daquele genitor socioafetivo com o qual tem uma profunda identificação.”. (BRANDELLI, 2012, p. 201).

Outrossim, uma vez que o nome é um elemento identificador do ser humano que o distingue na comunidade, integrando o importante rol dos direitos da personalidade, não faria sentido que este trouxesse ao portador o sofrimento diário de reaver à memória a angústia do abandono paterno.

Quando pronunciamos, ou ouvimos um nome, transmitimos ou recebemos, um conjunto de sons, que desperta nosso espírito, e no de outrem, a idéia da pessoa indicada, com seus atributos físicos, morais, jurídicos, econômicos, etc. Por isso, é lícito afirmar que constitui o nome a mais simples, a mais geral e a mais prática forma de identificação. (VAMPRE, 1935, p. 38).

Da mesma forma, se o nome deve indicar à sociedade a que família o possuidor pertence, a regulamentação deste não pode estar alheia aos avanços no Direito de Família, assim como sua interpretação e aplicação deve estar sujeita aos princípios constitucionais. “É preciso mais interpretar o que existe do que legislar sobre o que uma dada moral pré-estabelecida considera justo, deixando de lado o código de normas rigorosas de comportamento dos modernos para abrir caminho ao imprevisível.”. (OLIVEIRA; LIMA, 2013, p. 4).

Conforme já demonstrado, a inclusão do nome de família do pai socioafetivo tem sido possibilitada pelo Judiciário brasileiro a fim de resguardar os princípios constitucionais lastreadores do Direito de Família. Observa-se, no entanto, que em determinadas relações a parentalidade socioafetiva está tão arraigada que a inclusão do patronímico não se mostra suficiente para as partes. O que elas anseiam é que o registro civil e, conseqüentemente, todos os seus documentos pessoais, espelhem a realidade fática vivida, a dedicação diária e o amor construído entre eles. Para Casaril (2008, p. 2), uma vez que “a pessoa humana é o fundamento primeiro do direito”, esta deve ser considerada como “centro e fim” de tudo o que existe.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao julgar a Apelação Cível 70008755159, aduz: “o ato de ser pai não se limita à procriação, mas exige amar, compartilhar, cuidar, construir uma vida juntos. E se a procriação é apenas um dado, a efetiva relação paterno-filial exige mais do que apenas os laços de sangue”. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Trata-se de ação de destituição de poder familiar movida pelo Ministério Público em face de Paulo R.F.B., a qual foi julgada procedente em primeiro grau. Inconformado com a citada decisão, o genitor interpôs apelação. O parecer do Ministério Público em primeiro grau foi pelo não conhecimento do apelo e, no mérito,

pelo não provimento. Em sede de segundo grau, o Ministério Parquet opinou pelo conhecimento e provimento do recurso.

Em seu voto, o desembargador relator, Luiz Felipe Brasil Santos, narrou que o genitor abandonou Vitória P. B. quando a mesma tinha cerca de um ano sem, jamais procurá-la ou assisti-la de qualquer forma, material ou afetivamente.

Durante todo esse tempo, até ser citado na presente ação, nada soube da filha. Jamais procurou saber se ela estava bem, com frio ou fome, doente, ou precisando de sua ajuda. Nada sabe sobre a sua escolinha ou sobre as músicas que gosta de cantar, qual comida prefere, qual o tamanho do seu sapatinho. Não sabe sobre os seus medos nem sobre os seus sonhos. Nada sabe, nunca quis saber. É um estranho. Um estranho pai biológico. Um genitor apenas. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

No caso em comento, se por um lado o genitor era um estranho para a pequena Vitória de quase nove anos, por outro, o marido da mãe, aquele a quem chama de pai, ama como pai, “que acompanha seu crescimento, que a leva à Igreja e à escola, que a estimula a cantar e a sonhar”, esse é Alexandre, o pai que Vitória conhece. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Da união de Neusa, mãe de Vitória, e Alexandre nasceu Jenifer, completando a família que Vitória conhece e compõe, a qual é sua “referência de apego e proteção que lhe permite crescer e se desenvolver como pessoa”. “Quem vai explicar o fato – que logo será por ela percebido – de que tem o sobrenome diferente do da irmã? Quem esclarecerá que aquele nome que consta na sua ficha escolar, de um homem que ela não conhece, é o do seu pai? Que pai?” (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

O relator acrescentou ainda que apenas situações graves autorizam a destituição do poder familiar, “em regra, situações de negligência extrema, maus tratos e abuso sexual. Não é o caso dos autos. Aqui há outra espécie de grave violação aos deveres inerentes ao poder familiar: o abandono”. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

Luiz Felipe Brasil Santos destaca que a não destituição do poder familiar pode trazer consequências irreparáveis a Vitória e condicionará a adoção dela por Alexandre ao consentimento do genitor. “Prover este apelo é coroar a paternidade negligente e irresponsável, a desfaçatez de quem justifica o absurdo de passar mais de cinco anos sem tomar o menor conhecimento da vida da filha na falta de condições financeiras.”. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

A impressão que fica é que o apelante está aqui se insurgindo contra a decisão e ofertando alimentos apenas para não dizer que perdeu a filha para outro homem, para o atual marido de sua mulher, em uma mera disputa de poder. Agora quer a filha porque soube que outro a quer. O apelante foi um dia pai de Vitória, na concepção e no registro civil. Além disso, nada mais. Eles não se conhecem, nada sabem um do outro, porque o apelante assim o quis. Outro foi seu verdadeiro pai. E este é o atual marido da mãe da menina, que formou com ela verdadeira relação socioafetiva, que, tudo indica, levará à concretização da adoção. (RIO GRANDE DO SUL, 2004).

O voto do relator, seguido pelos Desembargadores Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves e Maria Berenice Dias, rejeitou a preliminar suscitada pelo Ministério Público de 1º grau e negou provimento ao apelo.

Nesse diapasão, a juíza Coraci Pereira da Silva, da Vara de Família e Sucessões da comarca de Rio Verde, Goiás, considerou consolidada a paternidade socioafetiva entre uma moça de 21 anos e seu padrasto, excluindo o nome do genitor do registro civil daquela e determinando a inclusão do nome do pai socioafetivo e seus ascendentes. (LOPES, 2015, p. 1).

Para a julgadora, por se tratar de adoção de pessoa maior e capaz, não havia necessidade de destituição de poder familiar, ou estágio de convivência, embora conste nos autos que o autor convive com a adotanda desde os sete anos de idade desta. Importante ressaltar o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, consolidado no Recurso Especial 1444747, que a adoção de filho maior não necessita de autorização do genitor. (BRASIL, STJ, 2015d).

A magistrada utilizou os requisitos legais para adoção (diferença de idade mínima, concordância das partes e anuência do cônjuge) a fim de balizar o julgado. Presente nos autos ainda consentimento expresso do pai biológico, o qual nunca conviveu com a adotanda, não se constituindo nenhum vínculo afetivo entre estes.

Em sua fundamentação, a juíza enfatizou o direito ao nome e a possibilidade da adotanda adequar seu nome de família à sua identidade e realidade. Destacou também as modificações que o Direito de Família vem passando ao longo da história e a importância das relações socioafetivas e a judicialização da expressão “pai é quem cria”.

Segundo Coraci Pereira da Silva, a adoção não seria apenas um instrumento para preencher a lacuna deixada pela Biologia, mas sim a materialização daquela relação paterno filiar fundada na convivência, na presença afetiva, no carinho, nos ensinamentos, nos conselhos, enfim, no amor. (LOPES, 2015, p. 1).

Em conformidade com as transformações ocorridas no Direito de Família e com a sua interpretação à luz do princípio constitucional da dignidade da pessoa humana, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul negou provimento a apelação cível 70053004784 a qual questionava sentença de primeiro grau que decidiu pela destituição do poder familiar por abandono afetivo e material, bem como adoção do adolescente pelo pai socioafetivo. (RIO GRANDE DO SUL, 2013a).

No caso em análise, o genitor, André Luís O., não via o garoto Matheus há 12 (doze) anos, sendo o último contato dos mesmos no aniversário de 1 (um) ano deste. Durante todo esse tempo, Erlon S. A., companheiro da mãe, cuidou e sustentou o menino como se seu filho fosse; concretizando a relação socioafetiva.

A fim de resguardar juridicamente a situação de fato vivida há mais de uma década pela família, Erlon ingressou com uma ação de destituição do poder familiar cominada com adoção, a qual foi julgada procedente pelo juiz de piso.

Inconformado, o genitor, que nunca contribuiu com a manutenção de Matheus, não compareceu às audiências marcadas, não produziu nenhuma prova nos autos e alterou de domicílio no decorrer do processo sem informar a vara, recorreu ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul. O Ministério Público se manifestou pelo desprovimento do apelo.

Em seu voto, a desembargadora relatora, Liselena Schifino Robles Ribeiro, ressaltou o flagrante desinteresse de André Luís no curso do feito, pois sequer se preocupou em manter atualizado o seu endereço, sendo necessária inclusive a citação por edital depois de esgotadas as tentativas de localização do apelante. O genitor foi posteriormente localizado e citado pessoalmente.

No mérito, restou comprovada a existência de socioafetividade entre Erlon e Matheus, bem como caracterizada a relação de pai e filho entre as partes, conforme relatório psicossocial favorável à adoção por considerar a entidade formada por mãe, pai socioafetivo e filho uma família com laços afetivos bem consolidados. Ademais, o laudo social aponta a importância da identidade formal para um adolescente:

Na atual faixa etária de Matheus, a questão da identidade formal assume uma importância fundamental, pois ele já começa a fazer exercícios de apresentação autônoma de seus documentos. A “explicação” já não é mais feita pela genitora. É ele que precisa ‘explicar’ o motivo pelo qual o nome de seu ‘pai’ não consta nos seus documentos. A questão da identidade tem, na adolescência, como todos sabem, aspectos peculiares e delicados. Nesse sentido, a demora do processo tende a prejudicar o desenvolvimento do menino, que clama pela afirmação da identidade socioafetiva. A definição



jurídica de sua identidade o mais breve possível, nesse sentido, o protege de carregar essa demanda emocional adolescência a fora. (RIO GRANDE DO SUL, 2013).

Diante do desinteresse do genitor e comprovada a existência de socioafetividade entre Erlon e Matheus, a relatora defendeu a manutenção da sentença que decretou a perda do poder familiar do apelante e deferiu a adoção do infante ao apelado. Os demais desembargadores seguiram o voto da relatora, acordando unanimemente na negativa de provimento do recurso.

Ante o exposto, a paternidade socioafetiva é um fato social que paulatinamente vem sendo resguardado pelo judiciário brasileiro através de interpretações em conformidade com os valores constitucionais.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A migração das constituições ao cume dos ordenamentos jurídicos, fenômeno conhecido como constitucionalização do Direito, inicia uma mudança de foco e fim desta ciência. Se antes era mera ferramenta de dominação e opressão, tendo por prioridade a manutenção das classes sociais, a legitimação dos poderes dominantes e a defesa do patrimônio, hoje, pode ser considerada uma ferramenta de transformação social, através da busca da efetivação da dignidade da pessoa humana.

Com a gradativa interpenetração do Direito Civil e do Direito Constitucional, vislumbra-se naquele uma paulatina mudança de foco do patrimônio e do contrato para o ser humano. A filtragem axiológica constitucional influenciou a promulgação de um novo código civilista, assim como influencia diariamente na interpretação e aplicação deste.

A importância da família no desenvolvimento do ser humano é estudada e comprovada em diversos ramos da ciência como sociologia, psicologia e antropologia. No último século, a família brasileira antes patriarcal e patrimonialista, fundada no casamento indissolúvel e no pátrio poder, a qual diferenciava os filhos em legítimos e ilegítimos, foi paulatinamente se reestruturando desde os princípios norteadores até as próprias composições. À medida que arranjos como uma mãe e um filho; avós e netos; irmãos; um casal (heterossexual ou homoafetivo), etc, passam a ser reconhecidos e resguardados como entidade familiar, não existe mais apenas um único modelo de família.

Outrossim, o princípio do melhor interesse da criança e do adolescente deve influenciar não só a legislação que os afetam, mas também a interpretação e a aplicação desta pelos magistrados.

Os novos anseios da família brasileira somados à constitucionalização do Direito Civil e à incorporação da dignidade da pessoa humana, fundamento da República Federativa do Brasil, vêm transformando este ramo do direito no país. A incorporação do princípio da afetividade, mitigando o casamento e a consanguinidade foi fundamental neste processo, influenciando inclusive na nova visão do papel da mulher e dos filhos nesta instituição.

A fluidez dos relacionamentos pós-modernos, logo encontrou entraves no formalismo da legislação, a qual embora ainda não tenha acompanhado a evolução dos fatos da vida, não deve servir de empecilho para a concretização dos princípios constitucionais.

A desbiologização do direito de família e a distinção dos conceitos de pai e genitor possibilitaram o reconhecimento do pai socioafetivo, o qual representa um papel imprescindível na vida de um indivíduo em formação.

Observa-se ainda que a paternidade socioafetiva não é determinada por um momento de prazer ou por uma mera relação sexual, mas é construída diariamente através do zelo e da dedicação de alguém que, embora não tenha obrigação legal para isso, doa a sua vida em função da de outrem e firma-se na reiteração da abdicação das próprias necessidades para suprir as do outro.

Importante ressaltar que a paternidade socioafetiva não está pedindo autorização ao Direito para existir. A mesma já é um fato social recorrente nas famílias brasileiras. O que se deseja é que o direito esteja voltado às necessidades humanas, sob pena dele mesmo se tornar obsoleto.

Soma-se a este contexto o direito ao nome. Elemento identificador e individualizador do ser humano na sociedade, o qual pode concretizar princípios constitucionais como afetividade, dignidade humana e melhor interesse da criança e do adolescente ou se tornar um estorvo, um motivo de humilhação e chacota do seu portador, remetendo-o a lembranças da rejeição e do abandono vividos.

Nesse diapasão, visando alcançar um Direito emancipatório, alguns julgadores superam o tecnicismo e o apego extremado à letra fria da lei ao mitigar a regra da imutabilidade do nome civil, a fim de que a pessoa porte um nome compatível com a forma como ela se vê e é vista na sociedade, bem como condizente com a sua realidade familiar.

Como visto, na ausência de pai registral, o vínculo socioafetivo tem sido amplamente respeitado, sendo facilitado em alguns estados inclusive seu reconhecimento extrajudicial. Ademais, quando o pai socioafetivo consta no registro de nascimento, dificilmente os julgadores desconstituem a paternidade fundada no afeto. O entrave, no entanto, surge quando o filho possui o genitor como pai registral e o padrasto como pai real.

A inclusão do pai socioafetivo no registro civil do filho, tem se mostrado medida capaz de legalizar situações fáticas de respeito, entrega e afeto. Embora a legislação que verse sobre registros públicos tenha evoluído nos últimos anos, a mesma ainda é bastante conservadora, cabendo ao Poder Judiciário uma interpretação conforme a Constituição, a fim de resguardar direitos e proteger pessoas.

Importante ressaltar que o reconhecimento da filiação socioafetiva não impede o direito a ancestralidade, razão pela qual o judiciário brasileiro tem provido ações nas quais filhos que possuem pai socioafetivo registral, buscam descobrir sua origem genética, o que não prejudica o vínculo afetivo já formado.

Se antes o reconhecimento do pai socioafetivo implicava na perda do poder familiar do genitor, atualmente, a doutrina e a jurisprudência vêm aquiescendo que, em alguns casos, as duas paternidades, biológica e socioafetiva, existem concomitantemente, não havendo razão jurídica para a opção por uma delas. Legitima-se, portanto, o fenômeno da multiparentalidade.

Ocorre que, por vezes, o pai biológico é um estranho, alguém que nada contribuiu para a formação do filho, alheio aos seus medos, suas dúvidas, suas preferências, suas necessidades. Nesse contexto, portar o nome do genitor pode se tornar um tormento para o filho. Apresentar um documento com o nome de um desconhecido e não daquele que exerce a função de pai em sua vida e ainda precisar, por vezes, explicar o porquê disso é mais do que constrangedor, é aviltante.

Outrossim, nos casos de família recomposta, na qual nasce um irmão do relacionamento entre a mãe e o pai socioafetivo, possuir um nome diferente daquele irmão criado na mesma casa, o qual estuda na mesma escola, gera situações deveras constrangedoras.

Diante disso, doutrina, jurisprudência e legislação evoluíram no sentido de possibilitar a inclusão do patronímico do pai socioafetivo na certidão de nascimento do filho. Observa-se que a referida medida é um paliativo, às vezes, satisfatório, mas nem sempre suficiente para concretizar os princípios constitucionais balizadores do ordenamento jurídico pátrio.

Nesse diapasão, inúmeras demandas foram propostas ao Judiciário a fim de compatibilizar o registro civil com a realidade fática vivida pelas famílias brasileiras, ou seja, a exclusão do genitor e a inclusão do pai socioafetivo ou a coexistência dos dois nos documentos pessoais do filho.

Paralelamente à efervescência do Poder Judiciário nas decisões sobre o Direito de Família, por vezes mitigando a legislação vigente a fim de respeitar os valores constitucionais, dois projetos de Lei praticamente opostos quanto ao conceito de entidade familiar tramitam no Congresso Nacional.

De um lado, o Estatuto das Famílias, Projeto de Lei 2.285/2007, o qual considera que toda comunhão de vida instituída com a finalidade de convivência familiar deve ser protegida como família, do outro, o Estatuto da Família, Projeto de Lei 6.583/2013, dispõe que apenas os núcleos formados por um homem e uma mulher constituem uma entidade familiar.

É cediço que o Direito não precisa estar atrelado a trechos literais da lei, devendo ser elaborado e aplicado visando à realização do ser humano, mas uma normatização nacional evitaria decisões discrepantes e possibilitaria a concretização dos princípios constitucionais. Ademais, deslegitimar entidades familiares já solidificadas no afeto e na convivência diária como as monoparentais ou anaparentais seria um retrocesso.

Diante disso, o Projeto de Lei 2.285/2007 propõe uma legislação compatível com as necessidades da família contemporânea, uma vez que visa proteger o maior número possível de entidades familiares, resguardando seus direitos e garantindo cada vez mais a liberdade civil dos cidadãos.

Ante o exposto, a constitucionalização do Direito Civil trouxe mudanças profundas para o Direito de Família, ao passo que estabeleceu os princípios da dignidade da pessoa humana e da afetividade como norteadores deste. Ocorre que não se trata de um fenômeno estanque, mas sim de um processo que se concretiza diariamente através da elaboração, interpretação e aplicação das normas do referido ramo.

Nesse diapasão, se no campo do afeto, “tu te tornas eternamente responsável por aquilo que cativas” (SAINT-EXUPERY, 1999, p. 72), não cabe ao Direito outra opção senão reconhecer a paternidade socioafetiva em todos os seus aspectos, resguardando a integralidade dos seus efeitos, possibilitando, inclusive, o assentamento no registro civil.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fernando Gomes. **Considerações iniciais acerca do controle judicial concernente a concretização dos direitos fundamentais sociais prestacionais contidos na CF/88 – uma análise crítica da atuação do STJ e STF**; in: Constitucionalismo, Tributação e direitos humanos. SCAFF, Fernando Facury (Coord.). Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

AMORIM, José Roberto Nezes; AMORIM, Vanda Lúcia Cintra. **Direito ao nome da pessoa física**. 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BARRETO, Luciano Silva. **Evolução histórica e legislativa da família**. 10 Anos do Código Civil - Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos. Série Aperfeiçoamento de Magistrados. Volume I. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumel/10anosdocodigocivil.pdf>. Acesso em 06 jun. 2015.

BARROS, Sérgio Resende de. **O direito ao afeto**. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte, jun. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=50>. Acesso em: 08 jun. 2015.

BARROSO, Luís Roberto. Fundamentos teóricos e filosóficos do novo Direito Constitucional brasileiro (Pós-modernidade, teoria crítica e pós-Positivismo). **Revista Diálogo Jurídico**, Salvador, CAJ - Centro de Atualização Jurídica, v. I, 6, setembro, 2001. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em: 22 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Judicialização, ativismo judicial e legitimidade democrática**. Revista de Direito do Estado, Rio de Janeiro, n. 13, p. 71-91, jan./mar. 2009.

\_\_\_\_\_. **A dignidade da pessoa humana no direito constitucional contemporâneo**: natureza jurídica, conteúdos mínimos e critérios de aplicação. Versão provisória para debate público. Mimeografado, dezembro de 2010.

BOEIRA, José Bernardo Ramos. **Investigação de paternidade**: posse de estado de filho: paternidade socioafetiva. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1999.

BOURDIEU. **O poder simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. Capítulos I e VIII, pp. 7-16 e pp. 209-254.

BRANDELLI, Leonardo. **Nome civil da pessoa natural**. 1 ed., São Paulo: Saraiva, 2012.

BRAUNER, Maria Cláudia Crespo. **Reinventando o Direito de Família**: novos espaços de conjugalidade e parentalidade, Revista Trimestral de Direito Civil nº 18, 2004.

BUSARELLO, Raulino. **Dicionário básico latino-português**. 6 ed., 2 reimpressão. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

CASARIL, Agenor. A pessoa humana como centro e fim do direito: a positivação da dignidade da pessoa humana. **Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre/RS, n. 62, nov. 2008 – abr. 2009, p. 93-112. Disponível em: [http://www.amprs.org.br/arquivos/revista\\_artigo/arquivo\\_1246468036.pdf](http://www.amprs.org.br/arquivos/revista_artigo/arquivo_1246468036.pdf). Acesso em: 31 maio 2015.

CASTRO, Marcos Faro. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. **Revista de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 34, v. 12, 1997.

CARVALHO, Manuel Vilhena de. **Do direito ao nome**: proteção jurídica e regulamentação legal. Coimbra: Almedina, 1972.

COELHO, Francisco Pereira; OLIVEIRA, Guilherme de. **Curso de Direito da Família** - vol. I - Introdução e Direito matrimonial. 4 ed. Coimbra: Coimbra Editora, 2011.

COHEN, Ana Carolina Trindade Soares; FELIX, Jéssica Mendonça. **Multiparentalidade e entidade familiar: fundamento constitucional e reflexos jurídicos**. Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits. Maceió. v. 1 n.3 p. 23-38 nov. 2013. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/1215>. Acesso em: 15 nov. 2015.

CORREIO BRASILIENSE. ONG denuncia 44 países que ainda têm leis discriminatórias contra a mulher. **Correio Brasiliense**. Brasília, 24 fev. 2015. Disponível em: [http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/02/20/interna\\_mundo,472110/ong-denuncia-44-paises-que-ainda-tem-leis-discriminatorias-contra-a-mulher.shtml](http://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/mundo/2015/02/20/interna_mundo,472110/ong-denuncia-44-paises-que-ainda-tem-leis-discriminatorias-contra-a-mulher.shtml). Acesso em 09 jun. 2015.

COSTA, Larissa Toledo. **Paternidade socioafetiva**. Juiz de Fora, 2006. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1036>. Acesso em: 10 mai. 2015.

CUNHA, Matheus Antonio da. **O conceito de família e sua evolução histórica**. Piracicaba, 2011. Disponível em: [http://www.investidura.com.br/revista/index.php?option=com\\_contentHYPERLINK.option=com\\_content&view=article&id=237:o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica&catid=83:artigos](http://www.investidura.com.br/revista/index.php?option=com_contentHYPERLINK.option=com_content&view=article&id=237:o-conceito-de-familia-e-sua-evolucao-historica&catid=83:artigos). Acesso em: 02 jun. 2015.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de direito das famílias**: princípios do direito de família. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

\_\_\_\_\_. **Quem é o pai?** Porto Alegre, 2010. Disponível em: [http://www.mariaberenicedias.com.br/uploads/2\\_-\\_quem\\_%E9\\_o\\_pai.pdf](http://www.mariaberenicedias.com.br/uploads/2_-_quem_%E9_o_pai.pdf). Acesso em: 08 jun. 2015.

DIAS, Maria Berenice; PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito de família e o novo código civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

DILL, Michele Amaral; CALDERAN, Thanabi Bellenzier. Evolução histórica e legislativa da família e da filiação. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 2011. Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?nlink=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=9019](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?nlink=revista_artigos_leitura&artigo_id=9019). Acesso em 20 abr. 2015.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil brasileiro V, direito de família**. 20. ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

ENGELS, Friedrich. **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**. 9 ed. Tradução de Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984. Disponível em: <https://efchagasufc.files.wordpress.com/2012/04/2-a-origem-da-familia-da-propriedade-privada-e-do-estado.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2015.

FACHIN, Luiz Edson. **Da Paternidade: Relação Biológica e Afetiva**. Belo Horizonte: Del Rey, 1996.

\_\_\_\_\_. **Direito de família**: elementos críticos à luz do novo Código Civil Brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.

\_\_\_\_\_. **A “Reconstitucionalização” do Direito Civil brasileiro**: lei nova e velhos problemas à luz de dez desafios. In: SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; PEZZELLA, Maria Cristina Cereser (orgs.). *Mitos e rupturas no direito civil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008. p.01-07



FACHIN, Luiz Edson. **Família**. In BARRETO, Vicente de Paulo. (Org.) Dicionário de filosofia do direito. São Leopoldo: Unisinos, 2009.

FARIAS, Cristiano Chaves de (coordenador). **Temas atuais de direito e processo de família**. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2004.

\_\_\_\_\_. **Escritos de direito de família**. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2007.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. **Direito das Famílias**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

FERRAZ JUNIOR, Tercio Sampaio. **Teoria da norma jurídica**: ensaio de pragmática da comunicação normativa. Rio de Janeiro: Forense, 1997.

FRANÇA, Rubens Limongi. **Do nome civil das pessoas naturais**. 2 ed. São Paulo: RT, 1964.

FRÓES, Carla Baggio Laperuta; SANDRI, Jussara Schmitt. **A supremacia da paternidade socioafetiva em face da paternidade biológica: aspectos doutrinários e jurisprudenciais**. In: Direito de família [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFSC; coordenadores: José Sebastião de Oliveira, Luciana Costa Poli. Florianópolis: CONPEDI, 2014. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=f03b7237e53e6d51>. Acesso em: 14 dez. 2015.

FRÓES, Carla Baggio Laperuta. TOLEDO, Iara Rodrigues de. **Da afetividade e do direito personalíssimo ao patronímico/matronímico**. 2013. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=50a074e6a8da4662>. Acesso em: 11 set. 2015.

GONÇALVES, Carlos Roberto. **Direito Civil Brasileiro**. 8 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

\_\_\_\_\_. **Direito civil esquematizado**. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

G1. Veja lista de países que já aprovaram o casamento gay. **G1**. São Paulo, 23 mai. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/05/veja-lista-de-paises-que-ja-aprovaram-o-casamento-gay.html>. Acesso em: 09 jun. 2015.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. **A incessante travessia dos tempos e a renovação dos paradigmas**: a família, seu status e seu enquadramento na pós-modernidade. In: A família além dos mitos. Coord.: Eliene Ferreira Bastos; Maria Berenice Dias. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.

IBDFAM. Assessoria de Comunicação. Enunciados do IBDFAM são aprovados. **Instituto Brasileiro de Direito da Família**. Belo Horizonte, 25 nov. 2013. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5194/Enunciados%20do%20IBDFAM%20s%C3%A3o%20aprovados>. Acesso em: 09 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação. Justiça portuguesa aprovou lei que concede poderes de pais a madrastas e padrastos. **Instituto Brasileiro de Direito da Família**. Belo Horizonte, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5721/Justi%C3%A7a+portuguesa+aprovou+lei+que+concede+poderes+de+pais+a+madrastas+e+padrastos>. Acesso em: 09 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Assessoria de Comunicação com informações do TJRS. Comarca riograndense autoriza reconhecimento extrajudicial de paternidade socioafetiva. **Instituto Brasileiro de Direito da Família**. Belo Horizonte, 18 ago. 2015. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/noticias/5725/Comarca+riograndense+autoriza+reconhecimento+extrajudicial+de+paternidade+socioafetiva>. Acesso em: 09 dez. 2015.

JORNADAS DE DIREITO CIVIL I, III, IV e V: enunciados aprovados. Coordenador científico Ministro Ruy Rosado de Aguiar Júnior. Brasília: Conselho da Justiça Federal, Centro de Estudos Judiciários, 2012. Disponível em: <http://www.cjf.jus.br/CEJ-Coedi/jornadas-cej/enunciados-aprovados-da-i-iii-iv-e-v-jornada-de-direito-civil/compilacao-enunciadosaprovados1-3-4jornadadircivilnum.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2015.

JORNADA DE DIREITO DA SAÚDE. **Enunciados Aprovados na I Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça**. São Paulo: Conselho Nacional de Justiça, 2014. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS\\_APROVADOS\\_NA\\_JORNADA\\_DE\\_DIREITO\\_DA\\_SAUDE\\_%20PLENRIA\\_15\\_5\\_14\\_r.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/ENUNCIADOS_APROVADOS_NA_JORNADA_DE_DIREITO_DA_SAUDE_%20PLENRIA_15_5_14_r.pdf). Acesso em: 27 set. 2015.

LIMA, George Marmelstein. **O direito como instrumento de luta**. 2007. Disponível em: <http://direitosfundamentais.net/2007/08/06/o-direito-como-instrumento-de-luta>. Acesso em 22 jun. 2014.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Constitucionalização do Direito Civil. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 4, n. 33, 1 jul. 1999. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/507>. Acesso em: 08 jul. 2015.

LOBO, Paulo Luiz Netto. **Código Civil Comentado**, vol. XVI, Coord. AZEVEDO, Álvaro Villaça. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, Arianne. **Justiça determina exclusão de nome de pai e autoriza o de padrasto em registro de nascimento**. Goiás: Centro de Comunicação Social do TJGO, 2015. Disponível em: <http://www.tjgo.jus.br/index.php/home/imprensa/noticias/119-tribunal/11310-justica-determina-exclusao-de-nome-de-pai-e-autoriza-de-padrasto-em-registro-de-nascimento>. Acesso em 06 dez. 2015.

LUCHESE, Mafalda. **Filhos – evolução até a plena igualdade jurídica**. 10 Anos do Código Civil - Aplicação, Acertos, Desacertos e Novos Rumos. Série Aperfeiçoamento de Magistrados. Volume I. Rio de Janeiro: EMERJ, 2013. Disponível em: <http://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/13/volumel/10anosdocodigocivil.pdf>. Acesso em 06 jun. 2015.

MADALENO, Rolf. Paternidade alimentar. **Revista Brasileira de Direito de Família**. Porto Alegre, ano 2006, n. 37, p. 133-149, ago-set, 2006.

\_\_\_\_\_. **Curso de direito de família**. 5 ed. rio de Janeiro: Forense, 2013. Disponível em: <http://online.minhabiblioteca.com.br/books/978-85-309-4878-8>. Acesso em: 23 nov. 2015.

MAGALHÃES, Rui Ribeiro. **Direito de família no novo código civil brasileiro**. São Paulo: Juarez de Oliveira, 2002.

MENEZES, Larissa Pacheco de. **Evolução histórica da família**. Porto Alegre, set. 2008. Disponível em: <http://www.viajus.com.br/viajus.php?pagina=artigos&id=1708>. Acesso em: 14 abr. 2015.

MONTEIRO, Washington de Barros. **Curso de direito civil: Parte geral**, 40 ed., rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2005.

MOOR, Fernanda Stracke. A filiação adotiva dos menores e novo modelo de família previsto na Constituição Federal de 1988. **Revista dos Tribunais Online**, v. 7, p. 40, jul. 2001.

MORAES, MARIA CELINA BODIN DE. **Sobre o nome da pessoa humana**. Revista da EMERJ, v.3, n.12, 2000. Disponível em: [http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj\\_online/edicoes/revista12/revista12\\_48.pdf](http://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista12/revista12_48.pdf). Acesso em: 11 out. 2015.

OLIVEIRA, Euclides Benedito de. Direito ao nome. **Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo**. Editora Revista dos Tribunais, Nova Série. Ano 6. n. 11. janeiro-junho, 2003. Disponível em: <http://www.familiaesuccessoes.com.br/2003/12/direito-ao-nome/>. Acesso em: 25 out. 2015.

OLIVEIRA, Guilherme de. **Critério jurídico da paternidade**. Biblioteca geral da universidade. Coimbra. Coimbra, 1983. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?id=4Xjd0oD3aPwC&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acesso em: 08 dez. 2015.

OLIVEIRA, José Sebastião. **Fundamentos constitucionais do direito de família**. São Paulo: RT, 2002.

OLIVEIRA, Lígia Ziggotti de; LIMA, Abili Lázaro Castro de. **Uma análise pós-moderna das relações familiares no direito civil brasileiro**. 2013. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=86877d253ef37907>

OLIVEIRA JÚNIOR, Eudes Quintino de; OLIVEIRA, Pedro Bellentani Quintino de. **Paternidade socioafetiva x biológica**. 5 de julho de 2013. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/dePeso/16,MI181920,61044-Paternidade+socioafetiva+x+biologica>. Acesso em: 12 out. 2015.

ONUBR. ONU: Com adesão do Sudão do Sul, apenas EUA não ratificaram Convenção sobre os Direitos das Crianças. **Nações Unidas no Brasil**. Brasília, 05 mai. 2015. Disponível em: <http://nacoesunidas.org/onu-com-adesao-do-sudao-do-sul-apenas-eua-nao-ratificaram-convencao-sobre-os-direitos-das-criancas/>. Acesso em: 09 jun. 2015.

PERLINGIERI, Pietro. **Perfis do direito civil**. Tradução de Maria Cristina de Cicco. 2ª ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.

PONTES DE MIRANDA. **Tratado de direito privado**. Tomo I. Campinas: brookseller, 1999.

PÓVOAS, Mauricio Cavallazzi. **Multiparentalidade**: a possibilidade de múltipla filiação e seus efeitos. Florianópolis: Conceito, 2012.

PRADO, Alessandro Martis. **Caso “Curió” e a absoluta desida dos magistrados brasileiros**. Mato Grosso do Sul, mar. 2012. Disponível em: <http://www.artigos.com/artigos/sociais/direito/caso-%93curio%94-e-a-absoluta-desidi-a-dos-magistrados-brasileiros-22702/artigo/>. Acesso em: 01 jun. 2015.

RODRIGUES, Daniela Rosário. **Direito civil: família e sucessões**. 6. ed. São Paulo: Rideel, 2011.

RODRIGUES, Renata de Lima Rodrigues. **Multiparentalidade e a nova decisão do STF sobre a prevalência da verdade socioafetiva sobre a verdade biológica na filiação**. Ibi jus. Instituto brasileiro de direito, 2013. Disponível em: <http://www.ibijus.com/blog/12-multiparentalidade-e-a-nova-decisao-do-stf-sobre-a-prevalencia-da-verdade-socioafetiva-sobre-a-verdade-biologica-na-filiacao>. Acesso em: 01 dez. 2015.

ROWEDER, Rainer Jerônimo. **O novo direito ao nome civil**. v 11. Marília: Em tempo, 2012. Disponível em: <http://revista.univem.edu.br/index.php/emtempo/article/viewFile/340/302>. Acesso em: 01 dez. 2015.

SAAD, Martha Solange Scheder. **Adição do patronímico do companheiro**. In Revista de Direito Civil, ano 10, out-dez, nº 38, 1986.

SAINT-EXUPÉRY, Antoine de. O pequeno príncipe. Tradução: Dom Marcos Barbosa. 47 ed. Rio de Janeiro: Agir, 1999.

SAN JUAN, Eric. No país onde o divórcio é proibido, o adultério é castigado com prisão. **Veja**. São Paulo, 21 fev. 2012. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/noticia/mundo/no-pais-onde-o-divorcio-e-proibido-o-adulterio-e-castigado-com-prisao/>. Acesso em: 12 ago. 2015.

SANTOS, Eduardo dos. **Direito da família**. Coimbra: Almedina, 1999.

SANTOS, Abílio Omar dos. **O direito como instrumento de transformação social**. São Paulo, 2009. Web Artigos. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/o-direito-como-instrumento-de-transformacao/37924/>. Acesso em: 07 jun. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. **Dignidade da pessoa humana e direitos fundamentais na Constituição Federal de 1988**. 5. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARMENTO, Daniel. **Direitos fundamentais e relações privadas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Lúmen Juris, 2008.

SILVA, Luana Babuska Chrapak da. A paternidade socioafetiva e a obrigação alimentar. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 9, n. 364, 6 jul. 2004. Disponível em: <http://jus.com.br/revista/texto/5321>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2006.

SIMÕES, Alexandre Gazetta. A constitucionalização do Direito Civil. **Jus Navegandi**. Teresina, ano 18, n. 3554, 25 mar. 2013. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/24039>. Acesso em: 14 jun. 2014.

SIMÕES, Thiago Felipe Vargas. **A família afetiva** — o afeto como formador de família. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte, out. 2007. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigos&artigo=336>. Acesso em: 23 mai. 2015.

SIQUEIRA, Alessandro Marques de. O conceito de família ao longo da história e a obrigação alimentar. **Revista Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2664, 17 out. 2010. Disponível em: <http://jus.com.br/artigos/17628>. Acesso em: 24 jul. 2015.

SOUZA, Ionete de Magalhães. **Responsabilidade civil e paternidade responsável: análise do abandono afetivo no Brasil e na Argentina**. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte, dez. 2009. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigo&artigo=572>. Acesso em: 27 abr. 2015.

SOUZA, Katyana Guasth Queiroz de; FERNANDES, Dilson Bastos. **Multiparentalidade: a possibilidade de coexistência da filiação biológica e socioafetiva e seus efeitos jurídicos**. Revista online FADIVALE, Governador Valadares, ano VIII, n 11, 2015. Disponível em: <http://www.fadivale.com.br/revista-online/revistas/2015/Artigo%20Katyana%20e%20Dilson.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2015.

STRECK, Lênio Luiz. O Direito está nas ruas, na lei ou na consciência?. **Consultor Jurídico**: Senso Incomum. 2013. Disponível em: <http://www.conjur.com.br/2013-set-26/senso-incomum-direito-ruas-lei-ou-consciencia?>. Acesso em: 07 jun. 2014.

TEIXEIRA, Ana Carolina Brochado; RODRIGUES, Renata de Lima. **A multiparentalidade como nova estrutura de parentesco na contemporaneidade**. E-Civitas - Revista Científica do Departamento de Ciências Jurídicas, Políticas e Gerenciais do UNI-BH. Belo Horizonte, volume VI, número 2, dezembro de 2013 - ISSN: 1984-2716. Disponível em: [www.unibh.br/revistas/ecivitas](http://www.unibh.br/revistas/ecivitas). Acesso: 24 out. 2015.

TORRES, Claudia Vechi; SILVA, Maria dos Remédios Fontes. **Afetividade: fato, valor, norma e dever jurídico**. In: Direito de família II [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI/UFPB; coordenadores: Ludmila Albuquerque Douettes Araújo, Iara Rodrigues de Toledo, Fernanda Garcia Escane. Florianópolis: CONPEDI, 2014.

Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=88c260111b6362d7>. Acesso em: 06 dez. 2015.

UNICEF. **A Convenção sobre os Direitos da Criança**. Nova York, 1989. Disponível em: [https://www.unicef.pt/docs/pdf\\_publicacoes/convencao\\_direitos\\_crianca2004.pdf](https://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf). Acesso em: 10 jun. 2015.

VALLADÃO, Luiz Fernando. **Paternidade socioafetiva**. Instituto Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte, abr. 2012. Disponível em: <http://www.ibdfam.org.br/?artigo&artigo=811>. Acesso em: 20 abr. 2015.

VAMPRÉ, Spencer. **Do Nome Civil**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia, 1935.

VELOSO, Zeno. **A sacralização do DNA na investigação de paternidade**. In LEITE, Eduardo de Oliveira. (Coord.). *Grandes Temas da Atualidade – DNA como meio de prova da filiação*. Rio de Janeiro: Forense, 2002.

\_\_\_\_\_. **Comentários à Lei de introdução ao Código Civil – artigos 1º ao 6º**. Belém: Unama, 2006.

VENCESLAU, Rose Melo. **Status de filho e direito ao conhecimento da origem biológica**. In: RAMOS, Carmem Lucia Silveira; TEPEDINO, Gustavo; BARBOZA, Heloisa Helena; GEDIEL, José Antônio Peres; FACHIN, Luiz Edson; MORAES, Maria Celina Bodin de (Org.). *Diálogos sobre Direito Civil: construindo uma racionalidade contemporânea*. Rio de Janeiro: Renovar, 2002. p. 379-400.

\_\_\_\_\_. **O elo perdido da filiação: entre a verdade jurídica, biológica e afetiva no estabelecimento do vínculo paterno-filial**. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

VENOSA, Silvo de Salvo. **Direito civil parte geral**. Volume 1. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2004. Disponível em: <http://daniellynicchio.xpg.uol.com.br/1periodo/civil1/DireitoCivil-ParteGeral-SilviodeSalvoVenosa.pdf>. Acesso em: 08 ago. 2015.

WALD, Arnoldo. **Curso de direito civil brasileiro: o novo direito de família**. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

WELTER, Belmiro Pedro Marx. **Teoria tridimensional do direito de família**. Revista do Ministério Público do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, n. 71, jan./abr. 2012.

ZENI, Bruna Schlindwein. O afeto como reconhecimento da filiação. **Direito em Debate**: revista do Departamento de Estudos Jurídicos da UNIJUÍ. Ijuí, v. 18, n. 32, 2009. Disponível em: [https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjxibXnr53KAhXDI5AKHfh9C04QFggcMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.unijui.edu.br%2Findex.php%2Frevistadireitoemdebate%2Farticle%2Fdownload%2F632%2F355&usg=AFQjCNGr4xVAu4OLhY701YuEcuxomDNq-Q&sig2=Q3y7a86PFD\\_I5SHvawLulg](https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjxibXnr53KAhXDI5AKHfh9C04QFggcMAA&url=https%3A%2F%2Fwww.revistas.unijui.edu.br%2Findex.php%2Frevistadireitoemdebate%2Farticle%2Fdownload%2F632%2F355&usg=AFQjCNGr4xVAu4OLhY701YuEcuxomDNq-Q&sig2=Q3y7a86PFD_I5SHvawLulg). Acesso em 15 dez. 2015.

## REFERÊNCIAS NORMATIVAS

BRASIL. **Decreto 463**, de 2 de setembro de 1847. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-463-2-setembro-1847-560199-publicacaooriginal-82833-pl.html>. Acesso em: 29 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 5.604**, de 25 de abril de 1874. Manda observar o Regulamento desta data para execução do art. 2º da Lei nº 1829 de 9 de Setembro de 1870, na parte em que estabelece o registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <http://legis.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=57742>. Acesso em: 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 9.886**, de 7 de março de 1888. Manda observar o novo Regulamento para a execução do art. 2º da Lei n. 1829 de 9 de Setembro de 1870 na parte que estabelece o Registro civil dos nascimentos, casamentos e obitos, do accôrdo com a autorização do art. 2º do Decreto n. 3316 de 11 de Junho do 1887. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-9886-7-marco-1888-542304-publicacaooriginal-50566-pe.html>. Acesso em: 15 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 10.044**, de 22 de setembro de 1888. Fixa o dia em que deve começar a ter execução, em todo o Imperio, o Regulamento do Registro Civil dos nascimentos, casamentos e obitos. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-10044-22-setembro-1888-542833-norma-pe.html>. Acesso em: 16 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 181**, de 24 de janeiro de 1890. Promulga a lei sobre o casamento civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1851-1899/D181.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1851-1899/D181.htm). Acesso em: 29 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 2.887**, de 25 de novembro de 1914. Permite, sem multa e dentro de um anno, o registro de nascimento, no Brazil, de 1 de janeiro de 1890 até a data da presente lei. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910->



1919/decreto-2887-25-novembro-1914-575637-publicacaooriginal-98901-pl.html. Acesso em: 16 set. 2015.

BRASIL. **Decreto 3.024**, de 17 de novembro de 1915. Prorroga até 25 de novembro de 1917, o prazo de um ano, estabelecido no decreto n. 2.887, de 25 de novembro de 1914, que manda admitir a registro sem multa os nascimentos ocorridos no Brasil de 1 de janeiro de 1889 a 25 de novembro de 1914. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3024-17-novembro-1915-575029-publicacaooriginal-98106-pl.html>. Acesso em 18 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Código Civil**. Lei 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l3071.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l3071.htm). Acesso em: 12 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 3.764**, de 10 de setembro de 1919. Permite o registro, sem multa, até 31 de dezembro de 1922, dos nascimentos ocorridos no Brasil, de 1 de janeiro de 1889 até a publicação da presente lei. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/166591-permite-o-registro-sem-multa-ate-31-de-dezembro-de-1922-dos-nascimentos-ocorridos-no-brasil-de-1-de-janeiro-de-1889-ate-a-publicacao-da-presente-lei.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 17.943-A**, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d17943a.htm). Acesso em: 22 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 18.542**, de 24 de dezembro de 1928. Aprova o regulamento para execução dos serviços concernentes nos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1910-1929/d18542.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/d18542.htm). Acesso em: 19 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 19.425**, de 24 de novembro de 1930. Amplia o prazo para o registro, sem multa, dos nascimentos ocorridos no interior do Brasil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19425-24-novembro-1930-517997-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso: 19 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 19.710**, de 18 de fevereiro de 1931. Obriga ao registro, sem multa, até 31 de dezembro de 1932, dos nascimentos ocorridos no território nacional, de 1 de janeiro de 1889 até a publicação do presente decreto. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-19710-18-fevereiro-1931-516306-republicacao-83165-pe.html>. Acesso em: 19 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 1.116**, de 24 de fevereiro de 1939. Concede prazo para o registro civil. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto->

lei-1116-24-fevereiro-1939-391279-publicacaooriginal-1-pe.html. Acesso em: 19 set. 2015.

BRASIL. **Decreto 4.857**, de 9 de novembro de 1939. Dispõe sobre a execução dos serviços concernentes aos registros públicos estabelecidos pelo Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1930-1949/D4857.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1930-1949/D4857.htm). Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 1.929**, de 29 de dezembro de 1939. Prorroga a vigência do Decreto-Lei nº 1116, de 24 de fevereiro de 1939. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1929-29-dezembro-1939-411980-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei 4.657**, de 4 de setembro de 1942. Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del4657compilado.htm). Acesso em: 3 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 833**, de 21 de outubro de 1949. Dispõe sobre o reconhecimento dos filhos legítimos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1930-1949/L0883.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1930-1949/L0883.htm). Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 3.133**, de 8 de maio de 1957. Atualiza o instituto da adoção prescrita no Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L3133.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L3133.htm#art1). Acesso em: 24 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 4.121**, de 27 de agosto de 1962. Dispõe sobre a situação jurídica da mulher casada. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1950-1969/L4121.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/L4121.htm). Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.015**, de 31 de dezembro de 1973. Dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6015-31-dezembro-1973-357511-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 20 set 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.216**, de 30 de junho de 1975. Altera a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6216.htm#art58](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6216.htm#art58). Acesso em: 20 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.515**, de 26 de dezembro de 1977. Dispõe os casos de dissolução da sociedade conjugal e do casamento, seus efeitos e respectivos processos, e dá outras

providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6515.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6515.htm). Acesso em: 05 jun. 2015.

BRASIL. **Lei 6.697**, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/1970-1979/L6697.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm). Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 6.815**, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L6815.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6815.htm). Acesso em: 1 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Constituição (1988). **Constituição da república federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

\_\_\_\_\_. **Lei 7.841**, de 17 de outubro de 1989. Revoga o art. 358 da Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916 - Código Civil e altera dispositivos da Lei nº 6.515, de 26 de dezembro de 1977. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7841.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7841.htm#art1). Acesso em: 05 jun. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8069.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8069.htm). Acesso em: 29 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 99.710**, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/D99710.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm). Acesso em: 29 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Decreto 678**, de 6 de novembro de 1992. Promulga a Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de São José da Costa Rica), de 22 de novembro de 1969. Disponível em: [http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv\\_idh.pdf](http://www.aidpbrasil.org.br/arquivos/anexos/conv_idh.pdf). Acesso em: 11 out. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 8.560**, de 29 de dezembro de 1992. Regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/leis/L8560.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/leis/L8560.htm). Acesso em: 24 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 9.708**, de 18 de novembro de 1998. Altera o art. 58 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre Registros Públicos, para possibilitar a substituição do prenome por apelidos públicos notórios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9708.htm#art1](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9708.htm#art1). Acesso em: 21 set. 2015.

BRASIL. **Lei 9.807**, de 13 de julho de 1999. Estabelece normas para a organização e a manutenção de programas especiais de proteção a vítimas e a testemunhas ameaçadas, institui o Programa Federal de Assistência a Vítimas e a Testemunhas Ameaçadas e dispõe sobre a proteção de acusados ou condenados que tenham voluntariamente prestado efetiva colaboração à investigação policial e ao processo criminal. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9807.htm#art17](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9807.htm#art17). Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 10.406**, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. **Código Civil**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 14 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 2.285**, apresentado em 25 de outubro de 2007. Dispõe sobre o Estatuto das Famílias. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=517043&filename=Tramitacao-PL+2285/2007](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=517043&filename=Tramitacao-PL+2285/2007). Acesso em: 12 ago. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 11.924**, de 17 de abril de 2009. Altera o art. 57 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para autorizar o enteado ou a enteada a adotar o nome da família do padrasto ou da madrasta. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11924.htm#art2). Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.004**, de 29 de julho de 2009. Altera a Lei 8.560, de 29 de dezembro de 1992, que regula a investigação de paternidade dos filhos havidos fora do casamento e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12004.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12004.htm). Acesso em: 30 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.100**, de 27 de novembro de 2009. Dá nova redação aos arts. 40, 57 e 110 da Lei 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12100.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12100.htm#art2). Acesso em: 26 set. 2015.

\_\_\_\_\_. **Projeto de Lei 6.583**, apresentado em 16 de outubro de 2013. Dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências. Disponível em: [http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013](http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1159761&filename=PL+6583/2013). Acesso em: 30 jul. 2015.

\_\_\_\_\_. **Lei 13.112**, de 30 de março de 2015. Altera os itens 1º e 2º do art. 52 da Lei no 6.015, de 31 de dezembro de 1973, para permitir à mulher, em igualdade de condições, proceder ao registro de nascimento do filho. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13112.htm#art2](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13112.htm#art2). Acesso em: 26 set. 2015.

CEARÁ. Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento 15**, de 17 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Ceará. Disponível em: [http://www7.tjce.jus.br/corregedoria/wp-content/uploads/2013/12/Prov-n-15-2013 - Reconhecimento-voluntario-de-paternidade-uniao-socioafetiva.pdf](http://www7.tjce.jus.br/corregedoria/wp-content/uploads/2013/12/Prov-n-15-2013-Reconhecimento-voluntario-de-paternidade-uniao-socioafetiva.pdf). Acesso em: 23 ago.2015.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. **Resolução 1.955**, de 3 de setembro de 2010. Dispõe sobre a cirurgia de transgenitalismo e revoga a Resolução CFM nº 1.652/02. Disponível em: [http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955\\_2010 .htm](http://www.portalmedico.org.br/resolucoes/CFM/2010/1955_2010.htm). Acesso em: 11 out. 2015.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. **Resolução nº. 175**, de 14 de maio de 2013. Disponível em: [http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o\\_n\\_175.pdf](http://www.cnj.jus.br/images/imprensa/resolu%C3%A7%C3%A3o_n_175.pdf). Acesso em: 20 jun. 2014.

MARANHÃO. Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento 21**, 19 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Ofícios de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: [http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo\\_948144\\_online\\_html\\_19122013\\_1038.pdf](http://gerenciador.tjma.jus.br/app/webroot/files/publicacao/404284/anexo_948144_online_html_19122013_1038.pdf). Acesso em: 23 ago.2015.

PERNAMBUCO. Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento 009**, de 02 de dezembro de 2013. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil das Pessoas Naturais do Estado de Pernambuco. Disponível em: [http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/149195/ PROVIMENTO+09-2013.doc+02.12.2013.pdf/a1415bce-2b42-4ca1-8529-9d4540db\\_c9db](http://www.tjpe.jus.br/documents/10180/149195/PROVIMENTO+09-2013.doc+02.12.2013.pdf/a1415bce-2b42-4ca1-8529-9d4540db_c9db). Acesso em: 23 ago.2015.

SANTA CATARINA. Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento 11**, de 11 de novembro de 2014. Dispõe sobre o reconhecimento voluntário de paternidade socioafetiva perante os Oficiais de Registro Civil no âmbito de Estado de Santa Catarina. Disponível em: [http://cgjweb.tjsc.jus.br/sitecgj/provimentoscirculares\\_avancada.jsp](http://cgjweb.tjsc.jus.br/sitecgj/provimentoscirculares_avancada.jsp). Acesso em: 23 ago.2015.

SÃO PAULO. Corregedoria Geral de Justiça. **Provimento 36**, de 11 de dezembro de 2014. Estabelece a prioridade da ação de adoção e destituição do poder familiar, regulamenta o apadrinhamento afetivo, apadrinhamento financeiro, reconhecimento da paternidade socioafetiva, cursos de pretendentes à adoção e a participação dos grupos de apoio à adoção, a fim de evitar tráfico de crianças para fins de adoção. Disponível em: [http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/ PROVIMENTO%20CG%20TJSP%20N%C2%BA%2036\\_2014.pdf](http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/33/Documentos/PROVIMENTO%20CG%20TJSP%20N%C2%BA%2036_2014.pdf). Acesso em: 23 ago.2015.

## REFERÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Nome. Alteração. Patronímico do padrasto.** REsp 220059 / SP Recurso Especial 1999/0055273-3. Órgão julgador: Segunda Seção. Relator: Ministro RUY ROSADO DE AGUIAR. Data de Julgamento: 12/02/2001 (1102). Disponível em: <http://www.stj.jus.br/SCON/jurisprudencia/doc.jsp?livre=nome+altera%E7%E3o+patronimico&b=ACOR&p=true&t=&l=10&i=12>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Reconhecimento de filiação. Ação declaratória de nulidade. Inexistência de relação sanguínea entre as partes. Irrelevância diante do vínculo sócio-afetivo.** STJ - REsp: 878941 DF 2006/0086284-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 21/08/2007, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJ 17.09.2007 p. 267. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/13577/recurso-especial-resp-878941>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial - ação declaratória de nulidade de registro civil - negativa de prestação jurisdicional - alegação de violação genérica - recurso especial, no ponto, deficientemente fundamentado - aplicação da súmula n. 284/STF - adoção à brasileira - paternidade sócio-afetiva - impossibilidade, na espécie de desfazimento - recurso especial improvido.** STJ - REsp: 1088157 PB 2008/0199564-3, Relator: Ministro Massami Uyeda. Data de Julgamento: 23/06/2009, T3 - Terceira Turma. Data de Publicação: DJe 04/08/2009. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6062250/recurso-especial-resp-1088157-pb-2008-0199564-3>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial. Ação negatória de paternidade c/c retificação de registro civil. Existência de vínculo sócio-afetivo nutrido durante aproximadamente vinte e dois anos de convivência que culminou com o reconhecimento jurídico da paternidade. Verdade biológica que se mostrou desinfluyente para o reconhecimento da paternidade aliada ao estabelecimento de vínculo afetivo. Pretensão de anulação do registro sob o argumento de vício de consentimento. Impossibilidade. Erro substancial afastado pelas instâncias ordinárias. Perfilhação. Irrevogabilidade. Recurso especial a que se nega provimento.** STJ - REsp: 1078285 MS 2008/0169039-0, Relator: Ministro MASSAMI UYEDA, Data de Julgamento: 13/10/2009, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 18/08/2010. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/16831520/recurso-especial-resp-1078285-ms-2008-0169039-0>. Acesso em: 10 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Registro civil. Reconhecimento de paternidade via escritura pública. Intenção livre e consciente. Assento de**

**nascimento de filho não biológico. Retificação pretendida por filha do de cujus. Art. 1.604 do código civil. Ausência de vícios de consentimento. Vínculo socioafetivo. Ato de registro da filiação. Revogação. Descabimento. Arts. 1.609 e 1.610 do código civil.** STJ - REsp: 709608 MS 2004/0174616-7, Relator: Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Data de Julgamento: 05/11/2009, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: <!-- DTPB: 20091123<br> --> DJe 23/11/2009. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5719419/recurso-especial-resp-709608-ms-2004-0174616-7>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Processual civil. Civil. Recurso especial. Registro civil. Anulação pedida por pai biológico. Legitimidade ativa. Paternidade socioafetiva. Preponderância.** STJ - REsp: 1087163 RJ 2008/0189743-0, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 18/08/2011, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 31/08/2011. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21086464/recurso-especial-resp-1087163-rj-2008-0189743-0-stj>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Direito de família. Casamento civil entre pessoas do mesmo sexo (homoafetivo). Interpretação dos Arts. 1.514, 1.521, 1.523, 1.535 e 1.565 do Código Civil de 2002. Inexistência de vedação expressa a que se habilitem para o casamento pessoas do mesmo sexo. Vedação implícita constitucionalmente inaceitável. Orientação principiológica conferida pelo STF no julgamento da ADPF n. 132/RJ EDA ADI n. 4.277/DF.** STJ - REsp: 1183378 RS 2010/0036663-8, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 25/10/2011, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 01/02/2012. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21285514/recurso-especial-resp-1183378-rs-2010-0036663-8-stj>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Direito de Família. Ação negatória de paternidade. Exame de DNA negativo. Reconhecimento de paternidade socioafetiva. Improcedência do pedido.** STJ - REsp: 1059214 RS 2008/0111832-2. Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO. Data de Julgamento: 16/02/2012, T4 - Quarta Turma. Data de Publicação: DJe 12/03/2012. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21399240/recurso-especial-resp-1059214-rs-2008-0111832-2-stj>. Acesso em: 20 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial. Direito civil. Ação declaratória de inexistência de parentesco proposta por irmão cumulada com nulidade de registro de nascimento e invalidade de cláusula testamentária. Existência de paternidade socioafetiva. Exame de DNA. Possibilidade de recusa da filha sem o ônus da presunção em sentido contrário. Proteção à dignidade humana. Preservação de sua personalidade, de seu status jurídico de filha.** STJ - REsp: 1115428 SP 2009/0102089-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Data de Julgamento: 27/08/2013, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 27/09/2013. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24226323/recurso-especial-resp-1115428-sp-2009-0102089-9-stj>. Acesso em: 15 dez. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Família. Filiação. Civil. Recurso especial. Ação de investigação de paternidade e petição de herança. Vínculo biológico. Paternidade socioafetiva. Identidade genética. Ancestralidade. Direitos sucessórios. Artigos analisados: Arts. 1.593; 1.604 e 1.609 do Código Civil; Art. 48 do ECA; e do Art. 1º da Lei 8.560/92.** STJ - REsp: 1274240 SC 2011/0204523-7, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, Data de Julgamento: 08/10/2013, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/10/2013. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24274960/recurso-especial-resp-1274240-sc-2011-0204523-7-stj>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Família. Filiação. Civil e processo civil. Recurso especial. Ação de investigação de paternidade. Vínculo biológico. Paternidade socioafetiva. Identidade genética. Ancestralidade. Artigos analisados: Arts. 326 do CPC e Art. 1.593 do Código Civil.** STJ - REsp: 1401719 MG 2012/0022035-1, Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI, **Data de Julgamento: 08/10/2013**, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/10/2013. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/24274948/recurso-especial-resp-1401719-mg-2012-0022035-1-stj>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Direito Civil. Recurso especial. Família. Ação negatória de paternidade c/c anulatória de registro de nascimento. Ausência de vício de consentimento. Relação socioafetiva. Improcedência do pedido: artigos analisados: arts. 1.604 e 1.609 do Código Civil.** STJ - REsp: 1383408 RS 2012/0253314-0. Relator: Ministra NANCY ANDRIGHI. Data de Julgamento: 15/05/2014. T3 - TERCEIRA TURMA. Data de Publicação: DJe 30/05/2014. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/25112199/recurso-especial-resp-1383408-rs-2012-0253314-0-stj?ref=home>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação negatória de paternidade c/c anulação de registro civil. Procedência na origem. Insurgência das rés. Ilegitimidade ativa ad causam. Ajuizamento de demanda pelos avós paternos em razão do falecimento do filho. Possibilidade. Prefacial rejeitada. Mérito. Exame de DNA. Exclusão atestada. De cujus que convivia em união estável com a genitora da ré ao tempo do nascimento. Reconhecimento voluntário pelo convivente. Declaração assinada pela mãe outorgando poderes ao pai para posterior cancelamento do assento de registro civil. Manutenção do vínculo, sem qualquer oposição, até o falecimento do pai registral. Alegado vício de consentimento. Ausência de comprovação de erro ou falsidade quando do registro. Ônus probante que incumbia aos autores (Art. 333, I). Irrevogabilidade do ato jurídico voluntário. Existência de filiação socioafetiva. Manifestação de vontade, pelo pai registral, durante o tempo de vida. Afirmação espontânea que deve prevalecer. Sentença reformada. Inversão do ônus de sucumbência. Recurso conhecido e provido.** STJ - AREsp: 397782 SC 2013/0310711-9, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 13/11/2014. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/153685527/agravo-em-recurso-especial-aresp-397782-sc-2013-0310711-9>. Acesso em: 18 dez. 2015.



BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo regimental em apelação cível. Ausência de fato novo. Agravo improvido. Agravo regimental conhecido e desprovido.** STJ - AREsp: 347160 GO 2013/0157602-7, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 02/03/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178378248/agravo-em-recurso-especial-aresp-347160-go-2013-0157602-7>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Processual civil. Negatória de paternidade. Ação rescisória. Art. 485, V, e IX, 1º do CPC. Violação literal dispositivo de lei. Erro de fato. Inexistência.** STJ - AREsp: 440225 AP 2013/0394130-0, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 02/03/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178377776/agravo-em-recurso-especial-aresp-440225-ap-2013-0394130-0>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Aplicações cíveis. Ação investigatória de paternidade. Decadência. Investiga do falecido. Exame de DNA realizado em descendentes do de cujus. Prova suficiente para confirmação da paternidade. Negaram. Provimento ao apelo, por maioria, vencido o DES. Presidente.** STJ - AREsp: 443556 RS 2013/0399415-8, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 02/03/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178377782/agravo-em-recurso-especial-aresp-443556-rs-2013-0399415-8>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso especial. Direito civil. Família. Adoção. Violação do art. 45 do estatuto da criança e do adolescente. Não ocorrência. Paternidade socioafetiva demonstrada com o adotante. Melhor interesse do adotando. Desnecessidade do consentimento do pai biológico.** STJ - REsp: 1444747 DF 2014/0067421-5, Relator: Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Data de Julgamento: 17/03/2015, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 23/03/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/178705916/recurso-especial-resp-1444747-df-2014-0067421-5>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Pedido de anulação de registro civil. Negação de paternidade. Prova pericial. Exclusão da paternidade biológica. Inexistência do liame socioafetivo. Cabimento.** STJ - AREsp: 119561 RS 2011/0278710-0, Relator: Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Data de Publicação: DJ 08/04/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/179668746/agravo-em-recurso-especial-aresp-119561-rs-2011-0278710-0>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação declaratória negativa de paternidade. Reconhecimento voluntário. Vínculo socioafetivo. Exame de DNA. Ausência de prova de vícios de consentimento. Retificação de registro. Impossibilidade. Apelo provido.** STJ - AREsp: 567748 GO 2014/0192120-7, Relator:

Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 09/04/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/180095431/agravo-em-recurso-especial-aresp-567748-go-2014-0192120-7>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Família. Nascimento. Registro civil. Reconhecimento de paternidade. Simulação. Falsidade. Paternidade biológica. Paternidade socioafetiva. Adoção. Devido processo. Vínculo afetivo. Inexistência. Efeitos. Paternidade social. Assistência material. Prestação de alimentos. Dignidade da pessoa humana. Paternidade responsável. 'Adoção à brasileira': consequências persistentes. V.V.P. Apelação cível. Família. Ação anulatória de registro de nascimento. Paternidade. Ausência de vínculo biológico confessado pelos litigantes. Demonstração inequívoca de inexistência de vínculo socioafetivo. Recurso desprovido.** STJ - AREsp: 653643 MG 2015/0009919-0, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 09/04/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/180092435/agravo-em-recurso-especial-aresp-653643-mg-2015-0009919-0>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Direito de família. Ação negatória de paternidade. Exame de DNA. Ausência de vínculo biológico. Paternidade socioafetiva. Reconhecimento. "adoção à brasileira". Improcedência do pedido.** STJ - REsp: 1352529 SP 2012/0211809-9, Relator: Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, T4 - QUARTA TURMA, Data de Publicação: DJe 13/04/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/181121079/recurso-especial-resp-1352529-sp-2012-0211809-9>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Direito civil. Processual civil. Ação negatória de paternidade. Reconhecimento espontâneo. Dúvidas quanto à paternidade. Adoção à brasileira. Posterior exame de DNA. Resultado negativo. Ausência de vício de consentimento. Relação socioafetiva. Sentença modificada.** STJ - REsp: 1201756 CE 2010/0133861-4, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 14/04/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/181635362/recurso-especial-resp-1201756-ce-2010-0133861-4>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Negatória de paternidade. Ausência de prova do erro ou falsidade da declaração. V.V. Ação negatória de paternidade. Exame de DNA excluindo a paternidade do requerente. Requisito. Inexistência de vínculo sócio-afetivo.** STJ - REsp: 1246751 MG 2011/0049489-6, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 07/05/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/186388545/recurso-especial-resp-1246751-mg-2011-0049489-6>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Superior Tribunal de Justiça. **Agravo interno. Decisão monocrática que nega seguimento a agravo de instrumento por manifesta improcedência. Manutenção. Nulidade. Inocorrência. Investigação de paternidade e anulação de**

**registro. Extinção. Adequação. Negaram provimento, por maioria.** STJ - REsp: 1261514 RS 2011/0112707-5, Relator: Ministro RAUL ARAÚJO, Data de Publicação: DJ 07/05/2015. Disponível em: <http://stj.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/186388543/recurso-especial-resp-1261514-rs-2011-0112707-5>. Acesso em: 18 dez. 2015.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). Perda parcial de objeto. Recebimento, na parte remanescente, como ação direta de inconstitucionalidade. União homoafetiva e seu reconhecimento como instituto jurídico. Convergência de objetos entre ações de natureza abstrata. Julgamento conjunto.** ADI: 4277 DF. Relator: Ministro AYRES BRITTO. Data de Julgamento: 05/05/2011. Tribunal Pleno. Data de Publicação: DJe-198. Divulgação 13/10/2011. Publicação 14/10/2011. Ementa VOL-02607-03 PP-00341. Disponível em: <http://stf.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20627236/acao-direta-de-inconstitucionalidade-adi-4277-df-stf>. Acesso em: 22 jun. 2014.

DISTRITO FEDERAL. Tribunal de Justiça. Civil. **Negatória de paternidade. Anulação de registro de nascimento. Impossibilidade. Relação sócio-afetiva configurada. Inexistência de vício.** TJ-DF - APL: 45559220088070007 DF 0004555-92.2008.807.0007, Relator: FLAVIO ROSTIROLA, Data de Julgamento: 04/02/2009, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: 16/02/2009, DJ-e Pág. 91. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6084664/apelacao-ci-vel-apl-45559220088070007-df-0004555-9220088070007-tjdf>. Acesso em: 19 jul. 2014.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Alteração de prenome - motivo relevante - art. 57 da lei de registros públicos - condição vexatória proporcionada pelo nome civil a ser alterado - não comprovação. Recurso conhecido e improvido - sentença mantida.** Primeira câmara cível apelação cível Nº 24060358603. Apte: Cornélio Oliveira Brito. Apdo: Ministério Público Estadual. Relator: Des. Frederico Guilherme Pimentel. Acórdão.TJ-ES - AC: 24060358603 ES 024060358603, Relator: Relator Designado: FABIO CLEM DE OLIVEIRA, Data de Julgamento: 04/06/2008, Primeira Câmara Cível, Data de Publicação: 05/08/2008. Disponível em: <http://tj-es.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/8310683/apelacao-civel-ac-24060358603-es-024060358603-tjes>. Acesso em: 1 dez. 2015.

PARAÍBA. Tribunal de Justiça. **Ação de retificação de prenome. Mera insatisfação. Ausência de demonstração de situação vexatória ou constrangimento. Improcedência do pedido. Irresignação. Mudança não motivada. Desprovimento do recurso. Apelação cível. Ação de retificação de registro civil. Alteração de prenome.** TJPB - Acórdão/Decisão do Processo nº 00001774720148150141, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator Des. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, j. em 19-11-2015. TJ-PB - APL: 00001774720148150141. Data de Julgamento: 19/11/2015, 3 CIVEL. Disponível em: <http://tj-pb.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/262159302/apelacao-apl-1774720148150141-0000177-4720148150141>. Acesso em: 1 dez. 2015.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Registros públicos. Alteração do assento de nascimento. Mudança de prenome de conotação feminina, sendo seu portador do sexo masculino. Possibilidade. Alegadas situações vexatórias e constrangedoras durante toda a vida. Previsão legislativa (lei n.º 6.015/73, art. 58). Pedido procedente. Apelo provido.** TJ-PR - AC: 3695125 PR 0369512-5, Relator: IVAN BORTOLETO, Data de Julgamento: 25/04/2007, 12ª Câmara Cível, Data de Publicação: DJ: 7367. Disponível em: <http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/6243991/apelacao-civel-ac-3695125-pr-0369512-5>. Acesso em: 1 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Pedido de retificação de registro civil. Característica de imutabilidade. Exceções. Pedido de substituição ou supressão de prenome. Segundo nome pelo qual é conhecida em seu convívio social. Apelido público e notório. Demonstração. Recurso conhecido e provido.** TJ-PR: 9238133 PR 923813-3, Relator: RUY MUGGIATI, Data de Julgamento: 03/10/2012, 11ª Câmara Cível. Disponível em: <http://tj-pr.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/22502500/9238133-pr-923813-3-acordao-tjpr>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Ação de adoção.** Comarca de Cascavel – PR. Vara da infância e da juventude. AUTOS Nº 0038958-54.2012.8.16.0021. Julgado em: 20 de fevereiro de 2013. Disponível em: [http://www.flaviotartuce.adv.br/jurisprudencias/201302281223270.multiparent\\_sentpr.PDF](http://www.flaviotartuce.adv.br/jurisprudencias/201302281223270.multiparent_sentpr.PDF). Acesso em: 19 set. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Investigação de paternidade. Investigante que já possui paternidade constante em seu assento de nascimento. Interpretação do art. 362, do código civil de 1916. Mudança de entendimento do autor do voto vencedor. Deram provimento, por maioria, vencido o relator.** Apelação Cível Nº70005246897, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS, Data de Julgamento: 12/03/2003. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Destituição do poder familiar. Abandono afetivo e material. Descumprimento injustificado dos deveres inerentes à paternidade.** Apelação Cível Nº 70008755159, Sétima Câmara Cível. Relator: LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS. Data de Julgamento: 11/08/2004. Disponível em: [http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70008755159&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as\\_q=](http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70008755159&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as_q=). Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Investigação de paternidade cumulada com desconstituição de registro civil. DNA positivo. Alegação de existência de paternidade socioafetiva com terceiro a inibir os reflexos da investigatória na esfera registral e patrimonial. Impossibilidade. Negaram**

**provimento à apelação. Unânime.** Apelação Cível Nº 70039013610, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, Data de Julgamento: 24/02/2011. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>. Acesso em: 16 dez. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Ação rescisória. Violação a literal dispositivo de lei. Inocorrência.** Ação Rescisória Nº 70041656729, Oitava Câmara Cível. Relator: RUI PORTANOVA. Data de Julgamento: 18/08/2011. Disponível em: [http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70041656729&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as\\_q=](http://www.tjrs.jus.br/busca/?q=70041656729&tb=jurisnova&pesq=ementario&partialfields=%28TipoDecisao%3Aac%25C3%25B3rd%25C3%25A3o%7CTipoDecisao%3Amonocr%25C3%25A1tica%29&requiredfields=&as_q=). Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Retificação de registro civil de nascimento. Nome estrangeiro. Equívoco no registro. Ação procedente. É possível a relativização da imutabilidade do nome em favor da verdade real dos fatos, concedendo ao infante o direito de portar nome com a grafia originalmente escolhida pelos pais. Preenchidos os requisitos elencados no art. 109 da lei dos registros públicos, cabe deferir a retificação na certidão de nascimento. Apelação provida.** Apelação Cível TJ-RS: 70044623213 RS, Relator: André Luiz Planella Villarinho, Data de Julgamento: 14/12/2011, Sétima Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 17/01/2012. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/21044099/apelacao-civel-ac-70044623-213-rs-tjrs>. Acesso em: 08 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível. Ação de destituição do poder familiar do genitor. Menor que vive em companhia da mãe e padrasto desde tenra idade. Paternidade socioafetiva caracterizada. Recurso desprovido.** Apelação Cível Nº 70053004784, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Liselena Schifino Robles Ribeiro, Julgado em 27/02/2013. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/112620563/apelacao-civel-ac-70053004784-rs>. Acesso em: 07 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Retificação do registro civil. Erro de grafia no nome dos ascendentes. Possibilidade de correção. Demonstrado erro na grafia dos nomes dos ascendentes imigrantes, mostra-se cabível a correção do registro. Apelação cível provida, de plano.** Apelação Cível Nº 70055212799, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luís Dall'agnol, Data de Julgamento: 04/10/2013. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/113417432/apelacao-civel-ac-70055212799-rs>. Acesso em: 16 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Agravo de instrumento. Retificação do registro civil. Inclusão do sobrenome do padrasto. Dispensa de participação do pai biológico registral no processo. Deram provimento.** Agravo de Instrumento TJ-RS: 70058578360 RS, Relator: RUI PORTANOVA, Data de Julgamento: 10/04/2014, Oitava Câmara Cível, Data de Publicação: Diário da Justiça do dia 16/04/2014.

Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/117155544/agravo-de-instrumento-ai-70058578360-rs>. Acesso em 15 dez. 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Retificação de registro civil. Transgênero. Mudança de nome e de sexo. Ausência de cirurgia de transexualização. Deram provimento. Unânime.** ApC N.º 70057414971, 8ª Câmara Cível, TJRS, Relator: RUI PORTANOVA, Data de Julgamento: 05/06/2014. Disponível em: <http://www.tjrs.jus.br/busca/?tb=proc>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação de adoção. Padrasto e enteada. Pedido de reconhecimento da adoção com a manutenção do pai biológico. Multiparentalidade. Deram provimento ao apelo.** Apelação Cível N.º 70064909864, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: ALZIR FELIPPE SCHMITZ, Data de Julgamento: 16/07/2015. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/211663570/apelacao-civel-ac-70064909864-rs>. Acesso em: 18 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação de adoção. Padrasto e enteados. Pedido formulado pelo ministério público de manutenção, na seara registral, do vínculo biológico. Multiparentalidade. Descabimento, no caso. Apelação desprovida.** Apelação Cível N.º 70066532680, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: RICARDO MOREIRA LINS PASTL, Data de Julgamento: 12/11/2015. Disponível em: <http://tj-rs.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/256581577/apelacao-civel-ac-70066532680-rs>. Acesso em: 16 dez. 2015.

RONDÔNIA. Tribunal de Justiça. **Ação de investigação de paternidade cumulada com anulação de registro civil.** Comarca de Ariquemes. 1ª Vara Cível. Processo 0012530-95.2010.8.22.0002. Procedimento Ordinário. Julgado em: 13/03/2012. Disponível em: <https://www.tjro.jus.br/appg/faces/jsp/appgProcesso.jsp>. Acesso em: 02 out. 2015.

SANTA CATARINA, Tribunal de Justiça. **Habeas corpus. Prisão por homonímia - demonstração do erro. Recurso ex officio conhecido e não provido. Sentença confirmada.** TJ-SC - RCCR: 143774 SC 2000.014377-4, Relator: NILTON MACEDO MACHADO, Data de Julgamento: 22/08/2000, Primeira Câmara Criminal, Data de Publicação: Recurso criminal n. 00.014377-4, de Mafra. Disponível em: <http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/5003932/recurso-criminal-rccr-143774-sc-2000014377-4>. Acesso em: 15 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Retificação de registro civil. Lei n. 11.924, de 17.04.2009, que acrescentou o § 8º ao art. 57 da lei dos registros públicos - lei n. 6.015, de 31.12.1973. Pretensão da enteada a inclusão do sobrenome do padrasto admitida com a concordância deste e sem prejuízo dos sobrenomes da família da interessada. Retificação que tem por motivo estabelecer a**

**identidade do nome da enteada com os dos outros dois filhos de sua mãe com o padrasto. Sentença reformada. Recurso provido.** TJ-SC - AC: 203810 SC 2010.020381-0, Relator: NELSON SCHAEFER MARTINS, Data de Julgamento: 03/08/2011, Segunda Câmara de Direito Civil, Data de Publicação: Apelação Cível n., de Videira. Disponível em: <http://tj-sc.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/20159008/apelacao-civel-ac-203810-sc-2010020381-0>. Acesso em: 18 dez. 2015.

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Retificação de registro civil modificação de nome. Abandono do pai ausência de óbice legal para a exclusão do sobrenome paterno. Recurso provido para se acolher o pedido.** TJ-SP - AC: 5811114000 SP, Relator: TEIXEIRA LEITE, Data de Julgamento: 09/10/2008, 4ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 20/10/2008. Disponível em: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/3048847/apelacao-civel-ac-5811114000-sp>. Acesso em: 08 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Danos morais. Penhora indevida configuração. Autor que teve seus bens penhorados indevidamente, por duas vezes em duas execuções fiscais distintas, por conta de homonímia. Dano moral caracterizado. Valor arbitrado em quantia módica. Gravidade maior do que um protesto indevido. Majoração devida. Sucumbência da parte requerida. Súmula 326 do stj. Recurso do autor provido em parte. Recurso adesivo da ré não provido.** Apelação: APL 30124809220138260554 SP 3012480-92.2013.8.26.0554. Inteiro Teor. (Apelação nº 994.08.211273-0, Relator: Des. JOSÉ LUIZ GERMANO, j. 27/04/2010). Disponível em: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/227128765/apelacao-apl-30124809220138260554-sp-3012480-9220138260554/inteiro-teor-227128818>. Acesso em 08 dez. 2015.

\_\_\_\_\_. Tribunal de Justiça. **Responsabilidade civil do estado. Dano moral. Penhora indevida. Homonímia. Autores que sofreram efetiva penhora de seu imóvel por conta de homônimo. Erro da municipalidade dano presumido. Indenização devida. Verba honorária. Sucumbência da municipalidade - inteligência da súmula 326 do STJ. Decisão reformada. Recurso da municipalidade improvido. Recurso adesivo dos autores provido.** TJ-SP - Apelação: APL 02580278020098260000 SP 0258027-80.2009.8.26.0000. Inteiro Teor (Apelação nº 0132603-96.2007.8.26.0000, Relator: Des. RUBENS RIHL, j. 15/06/2011). Disponível em: <http://tj-sp.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/120584784/apelacao-apl-2580278020098260000-sp-0258027-8020098260000/inteiro-teor-120584794>. Acesso em: 17 dez. 2015.

SERGIPE. Tribunal de Justiça. **Apelação cível. Ação de retificação de registro civil. Transexual. Não realização de cirurgia de neovaginoplastia. Impossibilidade. Não ocorrência de erro no registro. Inexistência de ofensa ao princípio da dignidade da pessoa humana. Nome que condiz com o estado físico. Apelo conhecido e improvido. Decisão unânime. Hodiernamente admite-se a alteração do registro de nascimento relativamente ao sexo e ao nome quando for realizada cirurgia de redesignação sexual.** TJ-SE - AC: 2011200408 SE, Relator: Des. ROBERTO EUGENIO DA FONSECA PORTO, Data de Julgamento: 14/04/2011, 1ª

CÂMARA CÍVEL. Disponível em: <http://tj-se.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18798516/apelacao-civel-ac-2011200408-se-tjse>. Acesso em: 08 dez. 2015.